

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

Gustavo Oliveira Ferreira

**As Polêmicas Flores:
Joaquim Veloso de Miranda e a prática científica nas
Minas Setecentistas**

Rio de Janeiro
2013

GUSTAVO OLIVEIRA FERREIRA

**As Polêmicas Flores:
Joaquim Veloso de Miranda e a prática científica nas
Minas Setecentistas**

**Dissertação de mestrado apresentada
ao Curso de Pós-Graduação em
História das Ciências e da Saúde da
Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como
requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre. Área de
Concentração: História das Ciências.**

**Orientador:
Prof.Dra. Lorelai Brilhante Kury**

**Rio de Janeiro
2013**

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

GUSTAVO OLIVEIRA FERREIRA

**As Polêmicas Flores:
Joaquim Veloso de Miranda e a prática científica nas
Minas Setecentistas**

**Dissertação de mestrado apresentada
ao Curso de Pós-Graduação em
História das Ciências e da Saúde da
Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como
requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre. Área de
Concentração: História das Ciências.**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lorelai Brilhante Kury (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) – Orientadora

Profa. Dra. Tânia Pimenta (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Profa. Dra. Íris Kantor (Universidade de São Paulo)

Suplente:

Profa. Heloisa Meireles Gesteira (Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST)

Profa. Dra. Maria Rachel Fróes (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

**Rio de Janeiro
2013**

F383p Ferreira, Gustavo Oliveira

As polêmicas Flores: Joaquim Veloso de Miranda e a prática científica nas Minas Setecentistas / Gustavo Oliveira Ferreira – Rio de Janeiro: [s.n.], 2013. 149 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) -Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2013.
Bibliografia: 126-130 f.

1.História das Ciências. 2. Expedições. 3. Plantas. 4. História Natural. 5. Naturalistas. 6. Biografia. 7. Portugal. 8. Brasil.

CDD 509

*A Minha Família,
Maria Aparecida Ferreira e Eduardo A. R. Valim*

Agradecimentos:

No início de uma jornada não temos uma efetiva ideia do número de pessoas que serão mobilizadas para a sua completude.

Aqui gostaria de fazer público o meu mais sincero agradecimento às pessoas que estiveram junto a minha pessoa nessa jornada.

Primeiramente gostaria de agradecer á guerreira incansável, mãe zelosa, Maria Aparecida Ferreira que com muito suor proporcionou todas as vitórias da minha vida, na fé inabalável de dias melhores, e de nunca mais pertencer a senzala alguma, a qual o trabalhador doméstico é reduzido no Brasil.

Ao meu Amigo, Companheiro e agora nos rigores da lei, esposo, Eduardo André Ribeiro Valim e a amiga Elis Furlan, pela força nos dias sem tempo, por aguentar minha falta de paciência e ansiedade crônica.

À Professora Lorelai Kury que aceitou me orientar, e partilhar suas luzes durante o desenvolvimento do trabalho.

Aos professores da banca do processo seletivo, Flávio Edler, Tânia Pimenta, Gilberto Hochman, Simone Kropf e Dilene Nascimento, pela oportunidade de estudar num programa privilegiado.

Às professoras Rachel e Magali, que sempre sorridentes me atendiam.

Ao professor Gilberto Hochman por descortinar um universo completamente novo na minha mentalidade.

A todos os professores e funcionários da Fundação Oswaldo Cruz, principalmente a Claudia, Paulo Henrique, Valéria, Nelson pelo auxílio nas atividades.

A todos os amigos da turma, que aguentaram as lamúrias de um mineiro expatriado. Especialmente Nanny, Gabriela Miranda, Maria Gabriela, Miriam, Fred e Diego.

Aos amigos mineiros no Rio de Janeiro, Isabel Leite, Manu, Ju, Vanuza, que me divertiam e acolhiam.

À professora Helena Mollo da UFOP, que gentilmente leu meu projeto inicial e fez ponderações significativas.

Aos funcionários dos arquivos do Brasil e Portugal pela boa vontade no auxílio a pesquisa, especialmente ao Victor Gens do Museu Bocage em Portugal, que gentilmente enviou as imagens dos documentos daquela instituição para análise.

A CAPES pela bolsa que se mostrou necessária para a atividade de pesquisa.

Muito Obrigado!!!

SUMÁRIO

Resumo p. 09

Abstract p.10

INTRODUÇÃO- p.1

História e Sociologia das ciências-p.13

As Luzes em Portugal –p.18

CAPÍTULO I

I.1 A reforma da Universidade de Coimbra –p.22

I.2 Ciências e Sociabilidade-p.25

I.3 As Colônias –p.30

I.4 Joaquim Veloso de Miranda: Do Inficionado a Coimbra -p.33

I.5 A Chegada ao Brasil -p. 38

CAPÍTULO II

II. 1 As Primeiras Remessas- p.40

II.2 As Polêmicas Flores –p.55

II.3 Governador, Amigo e protetor-p.69

CAPÍTULO III

III.1 Os Novos Ventos de D. Rodrigo –p.84

III.2 O Horto de Ouro Preto- p.102

CAPÍTULO IV

IV.1 Um Opulento Naturalista –p.115

IV.2 No Acantilado Rochedo e no Remanso da Filosofia –p.116

CONCLUSÃO.....p.124

BIBLIOGRAFIA.....p.126

ANEXO DE IMAGENS.....p.135

Abreviaturas:

ANRJ- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino

APM. Arquivo Público Mineiro

AEAM- Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AMOP- Arquivo Municipal de Ouro Preto

BNRJ- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

AHMB- Arquivo Histórico Museu Bocage

Resumo:

Nos últimos anos a Historiografia das ciências no Brasil vem ganhando contribuições singulares sobre as primeiras iniciativas científicas na colônia. Tais trabalhos tem evidenciado o papel de importantes homens de ciência para o desenvolvimento de informações científicas sobre o Brasil no período colonial. Nesse sentido o presente trabalho visa verificar e analisar a prática científica de Joaquim Veloso de Miranda, mineiro formado na universidade de Coimbra, que mais tarde retorna a sua terra natal onde desenvolve observações significativas. Sendo um caso particular, já que de seus escritos muito pouco se tem notícia, no entanto o pouco que fora publicado em parceria com Domingos Vandelli, causou grande repercussão na Academia de Real Ciências de Lisboa. Nesse sentido tentamos responder algumas perguntas que se colocavam sobre o referido naturalista e sua prática científica, no intuito de colaborar não só com a História das Ciências, mas, também com a historiografia geral que trata de Minas Gerais, chamando atenção para as práticas de sociabilidade na colônia.

Abstract:

In recent years the historiography of science in Brazil has been receiving singular contributions about the first scientific initiatives in the colony. These studies have shown the important role of men of science to the development of scientific information about Brazil during the colonial period. Accordingly the present study aims to identify and analyze the Joaquim Veloso de Miranda scientific practices, who was “mineiro” graduated from the University of Coimbra, later returning to his homeland where he develops significant observations. As a special case, since very little information about his writings is documented, however, in partnership with Domingos Vandelli, the few publications in the Royal Academy of Sciences of Lisbon caused great repercussions. Accordingly, we tried to answer some questions that has been rising about the naturalist and his scientific practice, in order to collaborate not only with the history of science, but also with the general historiography of Minas Gerais, calling attention to the sociability practices in the colony

INTRODUÇÃO

“Quando cada habitante dos sertões e das brenhas for filósofo, quando o filósofo for habitante das brenhas e dos sertões, ter-se-á achado o homem próprio para a grande empresa das descobertas da natureza e dos tesouros; o ministro da religião, o pároco do sertão e das brenhas, sábio e instruído nas ciências naturais é o homem que se deseja.”

(Joaquim José da Cunha Azeredo Coutinho, *Discurso sobre o estado das Minas de ouro do Brasil*, 1804,p.39)

A passagem do texto do ilustrado Bispo de Pernambuco, Joaquim José da Cunha Azeredo Coutinho, de forma muito clara reflete as transformações ocorridas em Portugal e implementadas no Império ultramarino, principalmente no Brasil durante as últimas décadas do século XVIII. A partir da segunda metade do século XVIII, as reformas impulsionadas pelo Marquês de Pombal “introduziram”, em Portugal, definitivamente um novo perfil de funcionários da coroa e de Homens de Ciências. A reforma da Universidade de Coimbra e a adoção de uma nova epistemologia baseada em uma razão pragmática passaram a criar no reino um novo corpo de funcionários que à luz de procedimentos científicos, esquadrihariam o Império ultramarino produzindo observações e informações de um mundo ainda pouco conhecido das colônias.

Dessa plêiade de funcionários, que nas palavras do Bispo Azeredo Coutinho “*poderia tanto fazer ver aos sábios, quanto aos que não tem olhos, em um universo privilegiado*” destacamos no presente trabalho as atividades de Joaquim Veloso de Miranda. Homem de ciências mineiro do final do século XVIII, talvez um dos alunos mais próximos do professor Domingos Vandelli, e até bem pouco, homem de ciências esquecido, ocultado pelo verniz enegrecido no quadro da história das ciências no Brasil.

Em 2012, Caio César Boschi, ao analisar a atuação dos secretários de Governo da Capitania de Minas, dedicou a Veloso de Miranda um esmerado trabalho retomando informações importantes sobre o naturalista, que além de Homem de Ciências também foi secretário de governo de Bernardo José de Lorena em princípios do século XIX.

Em sua tese doutoral, Ermelinda Moutinho Pataca, além de arregimentar e transcrever inúmeras fontes sobre Miranda, também procurava compreender os vários homens de ciências do século XVIII, dedicando ao naturalista um capítulo sobre suas

atividades e destacando a importância de um estudo mais verticalizado sobre a atuação do naturalista na capitania de Minas Gerais.

Outro texto importante sobre Miranda é o de Carlos Stelfeld de 1956, onde o autor buscava maiores informações sobre o célebre Frei Veloso autor da *Flora Fluminensis*, dedicando a Miranda algumas páginas no intuito de diferenciá-lo de seu homônimo.

Assim como propõe Ermelinda Pataca o presente trabalho tem por objetivo verificar a atuação de Veloso de Miranda em Minas Gerais no último quartel do século XVIII, e continuando o trabalho de Caio Boschi, dessa vez sobre o prisma da História das Ciências.

Nesse sentido, usamos da metodologia da História Social das Ciências tendo em vista as relações sociais de Veloso de Miranda com outros agentes da coroa, como o professor Paduano Domingos Vandelli, o Governador Visconde de Barbacena, e ainda os secretários de Estado D. Martinho Melo e Castro e D. Rodrigo Sousa Coutinho.

Para tal, tendo por base a documentação produzida no período, observamos as atividades científicas do naturalista mineiro dentro da cultura do Antigo Regime, nas ditas relações clientelares. Seguindo a proposta de Mario Biagioli sobre Galileu Galilei no seu *Galileu, cortesão: a Prática científica na cultura do antigo regime*, analisaremos as atividades científicas de Joaquim Veloso de Miranda dentro de uma cultura mecenática. O trabalho de Biagioli se mostrou fundamental para nossa análise, já que procuramos no presente trabalho observar os imperativos sociais que a atividade científica e o homem de ciências estavam expostos no referido período, observando as “regras do jogo” dessa sociedade de ordens estabelecida nos trópicos, fortemente permeada por valores como prestígio e honra.

Demonstrando que na América portuguesa, as relações sociais se davam no mesmo diapasão da Europa, e levando em conta os imperativos sociais nos quais Miranda estava exposto, assim como os estatutos de sangue e ofício, e ao mesmo tempo realizando “trabalhos” que ainda não possuíam na colônia a mesma valorização que na Europa.

No que se refere às atividades científicas de Joaquim Veloso de Miranda, para sua análise levamos em consideração a nova História Social das Ciências que propõe a atividade científica como atividade socialmente situada, para tal buscamos dialogar com essa nova historiografia que compreende o tecido social onde o cientista está imerso observando sua interação com ele.

Nesse sentido, privilegamos a formação do naturalista na universidade de Coimbra recém reformada, sem esquecer de sua formação no seminário da Boa Morte em Mariana, Minas Gerais, sendo merecido uma exposição sobre a reforma da Universidade.

As linhas que seguem antes de entramos de fato nas atividades do personagem, pretendem demonstrar a linha de interpretação que comungo, e nas outras, uma breve explanação sobre o universo que Miranda se depararia ao sair de Minas Gerais e, sua chegada em Portugal.

i. a História e Sociologia das Ciências

A Historiografia das Ciências dos últimos 40 anos vem dando passos significativos na interpretação do fenômeno do desenvolvimento da ciência na modernidade.

As contribuições de diferentes autores vêm tentando observar o desenvolvimento das ciências atrelado a fenômenos sociais e culturais, indicando vias e possibilidades que embora não determinem, acabam por colaborar para o florescimento de campos científicos em determinados períodos.

O estudo inaugural desta forma de observar a História das Ciências foi o de Robert K. Merton, na década de 70.

Em sua principal obra *Science, technology & society in seventeenth-century England*, Merton analisa a interação entre o puritanismo e o “cientificismo” na Inglaterra do século XVII em que seu argumento central da teoria é: o puritanismo teve uma contribuição significativa para o desenvolvimento da ciência na Inglaterra do século XVII. Neste sentido, seria pouco fecundo pensar o avanço do conhecimento científico inglês sem o pano de fundo da religião. Defendendo as interações entre filosofia e puritanismo, Merton não estabelece uma ligação imediata entre ambas, ou seja, uma não seria preponderante nem determinante sobre a outra, e sim uma interação recíproca.

No prefácio de 1970, constitutivo da versão em espanhol do livro, Merton reitera a importância da interação/intercâmbio entre ciência e sociedade. De acordo com o autor,

"Ao investigar as inter-relações entre a ciência, como atividade intelectual em andamento, e a estrutura social e cultural em torno, a monografia

conseguiu evitar a tendência atual ... para prestar atenção desigual para as diferentes direções desta reciprocidade, isto é, prestar muita atenção para a influência da ciência (e tecnologia baseada na ciência) na sociedade, e muito pouco para a influência da sociedade na ciência. O estudo leva a sério o intercâmbio institucional ideia, deixando o pressuposto fácil de uma influência unilateral "(Merton, 1984, p 13.)

Merton ao construir seu argumento dialoga fortemente com Max Weber e sua obra *Ética Protestante e o espírito do Capitalismo*, observando toda a esfera cultural do puritanismo inglês do século XVII, deixando claro que conceitos como vocação e predestinação compunham preocupações constantes no cotidiano inglês, dialogando e interagindo com o conhecimento científico do período e nesse sentido, “*para os calvinistas o estudo da natureza era uma maneira de prestigiar a obra de Deus e, portanto, glorificá-lo*”. (Merton, 2001, pp. 60-63)

O autor verifica que boa parte dos membros da *Royal Society* eram homens religiosos de orientação puritana e que a universidade implementada por Oliver Cromwell era voltada para as ciências em geral – como recorda Merton, a única instituição universitária criada entre os tempos medievais e o século XIX (Ib.). “*As academias dissidentes*”, na realidade, escolas universitárias, colocavam os estudos científicos entre as suas mais importantes preocupações (Ib.).

Tal tese de Merton causou debates acalorados no universo da História e da Sociologia das Ciências. Muitos o criticaram, no entanto outros estudiosos como Christopher Hill e Rupert Hall o defenderam, não em sua totalidade, mas concordavam com pontos importantes da tese em questão.

O ponto problemático da tese de Merton é no que consiste à ligação entre ciência e problemas práticos relativos ao comércio, técnica militar, agrimensura, navegação e mineralogia. Este relacionamento exprimiria uma dupla dimensão: a) os cientistas produziam pesquisas direcionadas a questões de ordem prática; b) problemas utilitários despertavam a atenção dos filósofos – mesmo que tais cientistas desconhecem os efeitos pragmáticos da emergência destes problemas¹. Hall discordava de tal ponto de vista. Para este autor, as questões que inquietavam os filósofos da época eram questões puramente científicas como anatomia humana, movimento planetário, a queda de

¹ MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970. p. 711.

corpos pesados e assim por diante²”. Embora o autor argumentasse “*que nem todo cientista inglês daquele tempo, suficientemente ilustre para poder ser mencionado nas histórias gerais da ciência, relacionava em forma explícita, num ou noutro momento, suas investigações científicas com problemas práticos imediatos*³”.

Ao contrário de Hall, Hill concorda com tal ponto de vista de Merton verificando que boa parte dos Homens de Ciência daquele período tinham preocupações com o conhecimento utilitário, como por exemplo, lecionando aulas na *Gresham College*, instituição destinada à pessoas não eruditas, ao contrário das universidades de Cambridge e Oxford, fornecendo a adultos e curiosos, normalmente profissionais ligados a marcenaria, agricultura e outras áreas, um conhecimento útil e debate sobre problemas práticos numa clara demonstração do enlace entre ciência e técnica no sentido de um conhecimento útil ao cotidiano. De qualquer maneira, Hill não foi o único a enfatizar o “acordo” entre técnicos e cientistas. Paolo Rossi (1989) igualmente sublinha este aspecto. Vejamos:

*“O processo que conduziu a uma nova e diversa valorização das artes mecânicas e do trabalho dos técnicos, levando ao reconhecimento da função exercida pelos artesãos e engenheiros no interior da cultura e da sociedade, tem características muito diferentes. Este processo tem um caráter europeu, e está ligado à ascensão da burguesia e à consolidação das monarquias e dos estados nacionais*⁴”.

Rossi é enfático ao estabelecer ligações nas mudanças entre trabalho filosófico/científico ao mecânico, e a forma de organização da sociedade. Por exemplo, o trabalho técnico e mecânico estão ligados à ascensão da burguesia e não há consolidação da aristocracia, sobretudo àquela das cortes tradicionais que desprezam o trabalho mecânico por julgá-lo inferior ao “*filosófico*”, mais nobre e preocupado com questões universais. Neste sentido podemos observar outros trabalhos que levam em conta a ligação entre trabalho filosófico e prático/mecânico como o de Steven Shapin /Simon Schaffer (1985) e Mario Biagioli(2003).

Shapin e Schaffer, em texto já consagrado pela historiografia o *Leviatã e a bomba de Vácuo*, tratam do mesmo local e recorte temporal analisados por Merton, ou

² HALL, Rupert. *A revolução na ciência, 1500-1700*. Lisboa: Edições 70, 1988. Hall, op. cit., p. 44

³ HALL, Rupert. 1970, pp. 710-711.

⁴ ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas, 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 39-40

seja, a Inglaterra seiscentista. Analisando os postulados de Robert Boyle em torno de seu trabalho sobre a construção da bomba de vácuo e a produção de conhecimento científico, considerado legítimo, os autores analisam as instâncias em que se deram os debates sobre os princípios experimentalistas. Os autores são enfáticos na demonstração dos esforços de Boyle naquilo que acreditava ser a melhor forma de produzir e validar o conhecimento, observando que este processo fora atribulado e inflamado por debates da intelectualidade da época, e no caso em questão, é evidenciada a contenda entre Boyle e Thomas Hobbes, sempre lembrado como filósofo ligado às questões políticas, mas que era também filósofo naturalista.

Entre a atuação e contribuições do debate entre Boyle e Hobbes para a ciência destaca-se uma linguagem mais objetiva na descrição do fato, o uso do inglês ao invés do latim, além de demonstrar os esforços de Boyle numa forma de trabalho científico em "lugares" definidos.

Um dos avanços desse estudo é a refinada e dedicada atenção que o autor dá ao pano de fundo dos acontecimentos compreendendo que *a Ciência é uma atividade social e historicamente situada, que deve ser entendida em relação com o contexto que é desenvolvida*⁵.

Os autores demonstram que a assimilação de técnicos no universo "científico" foi algo problemático, verificando que correntes de pensamento embora reconhecessem o caráter público do exercício e prática filosófica compreendiam que, tais locais públicos para tal atividade e discussão seria um espaço público de acesso limitado, com público normalmente composto por pessoas de bem e de algum prestígio social – homens bons – ou seja, havia regras sociais para que algum "experimento" filosófico fosse exposto a observação pública.

Entre as demais contendas nos chama atenção a visão de Hobbes sobre a ciência enquanto prática filosófica. Embora os autores salientem que este não observasse um local específico para a prática, e que compreendesse o caráter público da filosofia natural – qualquer confinamento em espaços especializados trairiam seu princípio público –, Hobbes afirmava que existiam locais inapropriados, pois a filosofia natural era uma atividade nobre e não deveria se realizar em jardins destinados a Boticários ou ainda em oficinas, sendo enfático ao caracterizar o Filósofo Natural como categoria

⁵ SHAPIN, Steven. *La revolución científica: una interpretación alternativa*. Barcelona: Paidós, 2000., p. 26

superior, diferente daqueles ligados a problemas de ordem prática e cotidiana, tidos como de menor valor universal.

Outro trabalho significativo onde o universo sociocultural é levado em conta e principalmente muitas vezes prepondera nas ações dos cientistas ou Homens de Ciência, é o de Mario Biagioli sobre Galileu Galilei na obra *Galileu, Cortesão a prática da ciência na Cultura do absolutismo*. Personagem já explorado à exaustão pela literatura, Biagioli inova ao compreender Galileu em seu meio cultural, distanciando-se de interpretações idealistas, nas quais o tecido social onde o cientista estava imerso era descartado. Biagioli apresenta um Galileu ativo que interage com demandas sociais e pessoais, demonstrando que o matemático tinha em mente uma estratégia de metamorfosear-se em cortesão pela via das relações de clientela e mecenato, procurando alcançar uma posição social de relevo. Apresentando que, naquele período a ciência não tinha um sistema e uma linguagem que lhe fossem próprios, Galileu consegue por meio de relações de clientela com bons patronos um lugar social na corte dos Médici e, ao mesmo tempo, consegue elevar a matemática de disciplina puramente técnica e mecânica ao status de Filosofia.

Como demonstra o autor, esse processo não é tranquilo, pelo contrário, demonstra as querelas sobre as várias posições de Galileu, desde suas afirmativas sobre o campo científico até seu local social de alto prestígio, primeiro na corte dos Médici depois como conselheiro Papal na corte vaticana.

Em larga medida, o que tais autores compreendem e deixam entrever em seus trabalhos é a ciência e o “cientista” dentro de seu contexto social e cultural, percebendo as várias especificidades sociais e culturais de cada local para que a ciência se desenvolvesse.

A historiografia ressalta, assim, uma ciência feita de acordo com as interferências de seu meio, e que aqueles que se dedicaram a esta atividade fizeram escolhas de acordo com seu meio social e cultural. É nesse sentido que proponho a análise das atividades de Joaquim Veloso de Miranda em Minas Gerais, demonstrando como este Homem de Ciência interagiu com seu meio social, e que seu sucesso ou fracasso são questões relativas às escolhas conscientes que fez durante sua carreira, num período marcado por mudanças sociais, políticas e culturais significativas.

i.b As Luzes em Portugal

Assim como na tese de Merton, a Historiografia das Ciências Luso Brasileiras tem como ponto de partida reformas de cunho sociocultural – no caso a divulgação do Iluminismo em Portugal. O consulado Pombalino e a Reforma da Universidade de Coimbra, em larga medida, são tradicionalmente vistos como ponto de partida para as análises sobre o Iluminismo Luso, pois teriam propiciado a adoção de uma nova epistemologia baseada na razão.

Sob a insígnia de um suposto isolamento cultural, a universidade de Coimbra e Portugal como um todo, e o sistema de educação tutelado pelos inicianos foram alvo das maiores críticas de grupos intelectuais da época, que observavam no sistema adotado pelos jesuítas e pela Igreja, de forma geral, uma fonte de ignorância e obscurantismo. Esta tese foi sustentada e cristalizada por parte da historiografia clássica entendendo que Portugal não havia participado da renovação das ideias ocorridas no Além-Pirineus. Essa historiografia clássica ou tradicionalista ao que se constata absorveu e naturalizou postulados propostos pela “*geração de 1870*”, tendo no filósofo e poeta Antero de Quental (1842-1891) um dos seus maiores representantes.

Tal postura tem sido revista por autores como Francisco Contente Domingues, Pedro Calafate, Flavio Rey de Carvalho e Eduardo Lourenço, que, rebatem tal ideia verificando que

“a ideia de atraso só faz sentido para os intelectuais dos séculos XVIII e XIX, pois, com exceção de alguns eruditos da primeira metade do Setecentos, que tiveram contato com o estrangeiro, e do ambiente pombalino de crítica à pedagogia dos jesuítas, não era hábito estabelecer comparações entre a situação cultural interna do país com a de outras nações. Os portugueses, no geral, não se abalavam por viverem sob os dogmas do catolicismo, nem se sentiam atrasados em relação às demais regiões da Europa, cuja situação - por questões de ordem religiosa - não era almejada.” (Carvalho, 2008 p.23)

Essa nova historiografia verifica a assimilação acrítica dessa corrente tida como tradicionalista, dos relatos dos intelectuais do século XVIII sobre o quadro político, cultural e econômico de Portugal em comparação a outras nações europeias, em larga medida de colaboradores de Pombal ou de críticos ao modelo escolástico.

Ao que se percebe o ensino jesuítico na universidade de Coimbra se mostrava pouco favorável às ciências ditas experimentais, de tipo baconiano, embora alguns tópicos fossem tratados no Curso de Filosofia como noções básicas e elementares de matemática, na lógica, de aritmética, na Geometria, na Perspectiva e na Esfera; conteúdos de física, astronomia e cosmografia, na Física e mesmo assim ficando longo tempo no campo programático⁶.

O ensino Jesuítico era balizado e legitimado pelo conhecimento produzido no contexto da Contra-Reforma e dos postulados do Concílio de Trento, privilegiando autores que segundo a Igreja e o Estado não fossem nocivos à “sociedade” e à fé católica, e confirmados pelos Estatutos da Universidade.

No que se refere ao ensino das ciências os autores privilegiados pelos Jesuítas eram Aristóteles e São Tomás de Aquino, tendo sido recomendada aos mestres pelo *Ratio Studiorum* desde 1559, e um axioma conformava e sumulava a orientação coimbrã “em não se afastarem de Aristóteles em coisa alguma”.⁷ O pensamento balizado pela dialética de Aristóteles adotada confundia-se com a tópica e constituía a base da “*árvore dos saberes*” a fonte de todas as formas de conhecimento, das ciências e das artes em geral, dominando o ensino nas escolas menores e na universidade. A tópica era um método de raciocínio que repousava numa lógica de argumentação cuja ordem envolvia 05 (cinco) estágios, *Proposição problema, Tópicos, Argumentos e razões, Ponderações das razões* e por último a *Solução mais Provável*. Funcionando da seguinte forma: Na primeira etapa era apresentada uma proposição que ao mesmo tempo se tornava um problema – proposição problema; na segunda etapa – os tópicos – o dialético pesquisava os pontos de vista sob os quais poderiam ser analisados os problemas; na etapa seguinte – argumentos e razões – reunia-se todos os argumentos encontrados na pesquisa favorável a uma ou outra solução; na ponderação das razões, o dialético analisava as soluções; e por fim, na última etapa da solução provável optava-se pela solução mais provável. Este exercício, sempre aplicado na forma de disputa, acabou por proporcionar o afastamento dos textos originais por parte dos estudantes à medida que o prestígio do conhecimento retórico crescia, aumentando também os repertórios sobre os vários temas propostos, os chamados *florilégios*.

⁶ VILLALTA, Luis Carlos; *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p.41

⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. 1999.p.42.

Outro ponto importante que deve ser levado em conta ao se analisar o ensino Jesuítico se refere à ênfase a e à valorização das áreas de formação da universidade, em larga medida os cursos de leis e cânones eram os mais procurados e principalmente considerados os de maior excelência naquela instituição.

É de se notar que tais áreas receberam tanto dos Reitores da instituição como da Coroa Portuguesa uma maior atenção em detrimento de outras áreas de conhecimento ligadas mais ao universo prático e experimental como é o caso da medicina.

Paralela à atividade educacional dos jesuítas em Portugal é notório a inserção dos Oratorianos⁸ no contexto educacional português.

Os oratorianos se estabeleceram definitivamente em Portugal no reinado de D. João V que os proveu de um edifício amplo – a chamada Casa das Necessidades –, dispendo de ótima biblioteca, gabinete de Ciências Naturais e tipografia, todos devidamente apetrechados, ficando estabelecido o que deveriam lecionar Teologia, Moral, Retórica, Filosofia e Gramática Latina, quebrando naquele momento a hegemonia dos Jesuítas no que concerne a educação⁹.

Desde 1708 muitos dos alvarás régios privilegiavam a congregação do Oratório criando uma competição de influências com os Jesuítas, e no campo das ideias, houve querelas referentes à metodologia de ensino, um exemplo é a polêmica sobre a aula de Física experimental em 1750, publicada no panfleto *Mercúrio Philosophico* e assinado por *Philiarco Pereponio* dedicado a narrar uma apresentação e uma experiência com uma máquina pneumática e a aparente ressurreição de um coelho, narrando ainda as várias reações da assistência, o autor cita a pergunta de um cavalheiro que ali assistia:

“se na época de Aristóteles havia outra máquina semelhante? E dizendo-lhe que não, disse com hum grande alvoroço: “Logo nós já sabemos mais do que Aristóteles”, e bem, disse o Padre Explicante, que elle(Aristóteles) nas matérias de Phisyca fora hum medraço.” (apud in *Carneiro et all, pag73*)

O ápice destas polêmicas foi a crítica da Gramática Latina do jesuíta Manuel Álvares pelo oratoriano Antonio Pereira de Figueiredo. (Carvalho, 1986b)

Desta congregação fazem parte grandes nomes do Iluminismo português como, Luis Antonio Verney, Teodoro de Almeida, Frei Manuel do Cenáculo e Bento José de Sousa

⁸CARNEIRO et All; Ana, ”Imagens de Portugal setecentista”, Penélope, n 22, 2000, p73-72

⁹ CARNEIRO et All; 2000.p73-72.

Farinha, todos adeptos da experimentação e da doutrina das Luzes e críticos assíduos dos Jesuítas e sua metodologia de ensino na Universidade de Coimbra.

Uma vez quebrada a hegemonia dos jesuítas na educação portuguesa, quebrava-se também a hegemonia de uma visão de mundo, já que os oratorianos ofereciam aos estudantes uma visão para além da segunda escolástica tomista.

Embora fizessem parte de visões diferentes, os jesuítas conheciam bem a literatura adotada pelos Oratorianos, e em alguns casos chegaram a incluir em seus cursos fora da universidade. Um exemplo são os professores do colégio de Santo Antão, Henrique Buseu, Francisco Borri e Francisco Soares Lusitano.

Francisco Contente Domingues (1994) verifica que Francisco Borri foi um dos principais divulgadores de Galileu Galilei e da doutrina Copernicana em suas aulas, chegando a publicar um livro *Collecta Astronômica* em 1631, indo de encontro com o trabalho de Joaquim de Carvalho (1943) que percebe nessa publicação a introdução das ideias de Galileu em Portugal¹⁰, tratando ainda das aproximações de Francisco Soares Luzitano com as ideias de Descartes.

Como se nota, os Jesuítas conheciam bem a literatura coeva de seu tempo, no entanto esse conhecimento acabava por ser utilizado de forma privada no uso de seus pares, e pouquíssimas vezes era divulgado em sala de aula por ousadia de um ou outro mestre, acabando por chamar a atenção das autoridades que logo os censuravam.

Neste sentido não se pode considerar como verdadeira a ideia de que os jesuítas eram pouco afeitos às inovações e principalmente aquelas que, em larga medida, divergiam da escolástica tomista, e como indica Francisco Contente Domingues. E também não se pode considerar o universo jesuítico como homogêneo no que diz respeito a orientações filosóficas quando são analisadas trajetórias individuais em comparação à coletiva ou mesmo se compararmos intuições diferentes.

¹⁰ Em trabalho recente Henrique Leitão chama a atenção afirmando que a introdução de Galileu em Portugal se dera ainda em momento anterior a Borri via Giovanni Paolo Lembo (1570?-1618), amigo de Galileu e professor em Lisboa no colégio de Santo Antão de 1615 a 1617)

CAPÍTULO I

I.1 A REFORMA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Como já dito, as contendas entre inacianos e oratorianos ganharam público e partidários da sociedade portuguesa. Pombal por exemplo, serviu-se dessa querela aproximando-se mais ideologicamente dos Oratorianos.

É certo que Pombal pretendia afastar os jesuítas de suas funções e áreas de influência na nova ordem que se estabelecia no Portugal setecentista. Como veio a ocorrer, tal afastamento dos inacianos do reino e de seus domínios, problemas de ordem direta ficaram evidentes, sobretudo no ensino.

A primeira instituição a ser criada para educação fora da interferência jesuítica e com profundas orientações iluministas foi o Colégio dos Nobres, em 1761, onde os filhos da aristocracia teriam educação baseada na "razão", sendo contratados inclusive professores italianos para lecionarem, como é caso de Domingos Vandelli, Dala Bella, Michel Franzini e Julio Matiazzi. Embora a iniciativa em remodelar o ensino básico tenha se mostrado efetivo no que se concerne à educação nobre, o resultado não fora o esperado o que levou o Marquês a centralizar seus esforços na Universidade de Coimbra.

No que se refere à Universidade, após ter espoliado a companhia de Jesus de todos os seus bens e expulsos de Portugal e seus domínios, Pombal teve o caminho aberto para reformar os seus estatutos, consolidando em Portugal uma nova epistemologia, que, segundo o discurso da época, se baseava na razão e na observação.

Antes de iniciar a elaboração dos novos estatutos da universidade os reformadores, membros da Junta da Providencia Literária – órgão também fundado por Pombal – tiveram que responder a uma consulta Real sobre os estado da Universidade de Coimbra. Tal consulta resultou no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, sendo esta uma obra de caráter fortemente ideológico onde seus autores demonstravam os “*estragos e a ruína*” causados pelos inacianos na educação de Portugal¹¹.

Tal obra constituía uma peça fundamental para que Pombal pudesse abolir os estatutos anteriores e reformular um novo com cláusula perpétua, revogando qualquer

¹¹ CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da; *Coisas por mim vistas e observadas ou Oxalá foram sonhadas*, 2004, Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p. 96

outro antes dele existido. Tal documento estabelecia todas as atividades da universidade em seus pormenores, constando de três livros referindo o primeiro ao Curso Teológico, o segundo aos cursos Jurídicos das Faculdades de Cânones e Leis e o terceiro aos Cursos das Ciências Naturais e Filosóficas.

Os novos estatutos definiam dois campos distintos de conhecimento – a teologia e o direito – que conjuntamente formavam o corpo das Ciências Positivas, que compunham o campo das Ciências da Razão.

Não há dúvidas que a reforma da Universidade de Coimbra atendia a interesses diretos da Coroa portuguesa, como chama a atenção Maxwell, para seu caráter utilitarista produzindo um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal a burocracia estatal na nova política que se iniciou nesse período¹².

Este novo corpo de funcionários além de formados em áreas tradicionais, como direito, medicina, teologia, teriam também aulas obrigatórias nas disciplinas que envolviam a experimentação na Filosofia Natural. Neste sentido, foram criadas duas faculdades, a de matemática e a de filosofia, devendo esta última incorporar não só as matérias tradicionais de metafísica, lógica e ética mas também as novas ciências naturais que utilizavam da observação e experimentação.

A propósito, a experimentação se daria em locais determinados como o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra que Vandelli, em 1773, então incorporado à universidade, apressou em enviar uma planta com a organização do espaço que seria construído, esse primeiro projeto fora negado pelo Marquês justificando que se adequasse o local “*ao ensino de meninos e não a exibição de príncipes e indivíduos, executando apenas parte do projeto inicial*”¹³, e também em idas a campo supervisionadas pelos responsáveis das disciplinas, levando consigo amostras que seriam exibidas no Real Museu de História Natural, instituição também criada na época. Portanto, introduzindo na Universidade, de forma definitiva, o experimentalismo. Esclareça-se que aulas experimentais também contemplavam a família Real, anos antes, no Paço de Ajuda, residência de D. José I, fora construído um Jardim Botânico e as salas de aula dos Infantes também foram dotadas de materiais de física e química para instrução dos príncipes¹⁴.

¹² MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal e o Paradoxo do Iluminismo*, 1996.p.110

¹³ Maxwell, Kenneth, *Marquês de Pombal e o Paradoxo do Iluminismo*.1996. p. 111

¹⁴ BRIGOLA, João; “A introdução dos estudos de história natural na reforma pombalina - o quadro cultural e o movimento das ideias.” Texto adaptado do livro *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, FCG/FCT, 2003

Os laboratórios de química e física e a Casa do Risco também foram construídos e devidamente equipados com o que melhor se podia obter na época, sob a supervisão de Pombal que por tudo se interessou e acompanhou diretamente.

As disciplinas de Filosofia e História natural passaram a ser obrigatórias a todos os cursos da universidade, inclusive aos cursos de Teologia e Leis, compreendendo o ciclo básico da formação Coimbra.

O objetivo era formar profissionais aptos a exercerem múltiplas funções no Reino e no Ultramar, além daquela área que se formara, por exemplo, médicos que além de curar poderiam manejar e indagar sobre propriedades medicinais de plantas; matemáticos, que além de astrônomos, como o curso assim habilitava, também pudessem exercer funções de observações nas áreas de Química nas averiguações de metais.

Embora tal reforma tenha figurado em boa parte da historiografia como a entrada de Portugal na Europa da alta cultura, e sendo enfática no isolamento cultural de Portugal e da Universidade de Coimbra, tal ideia se mostra ligada à assimilação acrítica da visão de Pombal já que, os novos estatutos faziam crer que o estudo das modernas ciências inaugurava-se naquele momento, fazendo tábula rasa de todo o saber anteriormente acumulado pela elite intelectual portuguesa¹⁵. A ideia de renovação científica que a reforma de 1772 introduziu na Universidade de Coimbra, vinha de longa data sendo discutida nos círculos intelectuais, tanto leigos como religiosos e mesmo no interior da própria universidade. Em 1731, o médico judeu, refugiado e radicado na Inglaterra, Jacob de Castro Sarmiento, enviava de Londres ao reitor da Universidade de Coimbra, Francisco Carneiro de Figueiroa, a planta de um Jardim Botânico e de uma Biblioteca Botânica a serem construídos naquele local, além da oferta de um microscópio de Culpeper, sendo proposta recusada pelo reitor¹⁶.

A campanha antijesuítica acabou por levar de roldão todos os esforços e discussões sobre o conhecimento desenvolvido na universidade de Coimbra antes de 1772 pelos intelectuais portugueses, ficando a ideia que só a partir daquele momento Portugal se inteirava de uma nova epistemologia.

Pombal se serviu das ideias de intelectuais como Luis Antonio Verney, Teodoro de Almeida, Frei Manuel do Cenáculo e Jacob de Castro Sarmiento para a concepção do novo estatuto da universidade, dos novos cursos a serem oferecidos e dos laboratórios a

¹⁵ CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da; .. 2004, . p. 97

¹⁶ BRIGOLA, João; “A introdução dos estudos de história natural na reforma pombalina - o quadro cultural e o movimento das ideias”. Texto adaptado do livro *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, FCG/FCT, 2003

serem criados. São esses autores que vão indicar o “tipo” de iluminismo a ser adotado em Portugal, um iluminismo particular, fortemente ligado à ideia de providência, seja ela divina ou naturalizada. Esta característica não foi exclusiva de Portugal, já que segundo Pedro Calafate (1997) poderíamos verificar em outros países, como França e Inglaterra, intelectuais ligados ao providencialismo filosófico e científico e que tal corrente observava a atuação do homem no mundo de forma próxima ao utilitarismo presente entre alguns “*philosophes*”, inclusive a própria *Encyclopédie*, de Diderot e D'Alembert.

Assim como observa Ana Lucia Barbalho da Cruz, longe de minorar a importância da reforma de 1772, melhor seria compreendê-la na perspectiva de uma sociedade em transição. Permeada tanto por continuidades quanto descontinuidades, o ministério Pombalino assumiu a ilustração possível num contexto de interesses contraditórios¹⁷. Pombal apenas acelerou um movimento que vinha de longe e que, na altura das suas primeiras reformas, se tornara já incoercível. O que significa igualmente que, apesar de o iluminismo ter nascido e crescido em polêmica com o barroco, entre a consciência das duas épocas não existe, contudo, aquele abismo ideológico sugerido, no passado, por alguns historiadores¹⁸.

I.2 Ciência e Sociabilidade

Para que as disciplinas relativas ao campo da Filosofia Natural fossem lecionadas em Portugal, Pombal contratou na Itália os mestres Julio Mattiazzi, Michelle Franzini, Antonio Dalla Bela e Domingos Vandelli. Com destaque para este último. Vandelli parece ter sido o mais socialmente ativo dos professores italianos, estabelecendo ligações sociais importantes seja com homens de ciências de diferentes nacionalidades ou ainda políticos importantes. Neste sentido, verificaremos a atuação de Veloso de Miranda, importante aliado de Vandelli, percebendo estes homens de ciências como agentes sociais ativos capazes de articular seus interesses científicos e pessoais no meio social que faziam parte, tornando-se imprescindível a análise das obras de ambos os naturalistas como produto de estratégias sociais bem definidas.

¹⁷ CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da; .. 2004, . p.98

¹⁸ BRIGOLA, João;” A introdução dos estudos de história natural na reforma pombalina - o quadro cultural e o movimento das ideias”.Texto adaptado do livro *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, FCG/FCT, 2003

Domingos Vandelli era natural da cidade Pádua, na Itália, médico e naturalista de formação, filho de família prestigiada e reconhecida pela atuação no campo da medicina, se destacando naquela localidade nos estudos de História natural na Universidade de Pádua onde seu pai era Professor¹⁹. Vandelli gozava de certa proximidade com o naturalista Sueco Carl Lineu, trocando com este intensa correspondência, e a quem chamava de forma direta de patrono e príncipe das ciências, não se pode afirmar como tal aproximação se deu ou quando se iniciou a troca de correspondências.

Tais formas de tratamento nas cartas demonstram a proximidade dos naturalistas e não podem ser consideradas como mera formalidade da escrita missivista. Como já demonstrou Biagioli, a troca de cartas entre indivíduos ao longo do período moderno, podem revelar traços importantes de relações de patronato, clientela e mecenato²⁰.

Em larga medida a Historiografia que trata do período moderno vem chamando a atenção no que se refere ao estudo das sociabilidades e o estabelecimento de uma cultura mecenática. O mecenato é demonstrado como uma forma fundamental de vinculação social e de organização hierárquica entre indivíduos socialmente diferentes. Tais interpretações levam em conta as perspectivas do antropólogo Marcel Mauss (1967), observando na cultura de diferentes povos a prática de dar, receber e restituir presentes, ato muitas vezes tido como deliberado, no entanto o autor demonstra os fortes imperativos sociais nessa atividade.

No caso da Europa Moderna os bens muitas vezes não possuíam um valor econômico definido, o que se torna difícil de constatar qual o real valor da “troca”, já que o capital envolvido muitas vezes é algo simbólico, podendo se configurar em alianças políticas duradouras, mantendo o cliente sempre em débito, ligado a um patrono de grande prestígio consubstanciando-se em uma espécie de epifania do poder dentro da microfísica das relações sociais²¹.

¹⁹ Para maiores detalhes AA. VV. *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro, Dantes Editora, p. 39, vol. 2

²⁰ BIAGIOLI; Mario. Galileu, *Cortesão a prática da ciência na cultura do absolutismo*. Porto editora, 2003.p.31

²¹ Como já demonstrado por boa parte da Historiografia as relações de clientela cimentavam as relações sociais em Portugal bem como em todos os países da Europa no referido período Ângela Barreto Xavier e Antonio Manuel Hespanha *Relações Clientelares e Monteiro; Nunno Gonçalo,* “ Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e aristocracia” in: Mattoso, José, *Historia de Portugal, o Antigo Regime*. V.4. Editora Estampa. Portugal ,2001.

As denominadas relações clientelares, são compreendidas como relações sociais informais entre diferentes, onde existem agentes capazes de arregimentar um número significativo de indivíduos (clientes) e intermediar com estâncias superiores interesses mútuos, como um nobre de primeira grandeza arruinado com um burguês banqueiro, um musicista com um Cardeal, e, no presente caso, um homem de ciências e um soberano.

Participar de tais redes de mecenato ou patronato não pode ser compreendido como algo opcional se tivermos em conta que este tipo de sociabilidade faziam parte da sociedade europeia desde tempos imemoráveis, estar fora desse tipo de relação pode ser considerado um suicídio social para aqueles que ambicionavam certa mobilidade social e o estreitamento de laços com famílias abastadas e prestigiadas²². E nem pode ser compreendido como mero conjunto de estratégias e de relações racionais que visam benesses econômicas, pois se acabaria por acreditar que os clientes eram indivíduos totalmente racionais, e no presente caso, empenhados numa espécie de programa de investigação, em função do qual tentavam manipular esse sistema²³.

De forma geral compreende-se tal forma de sociabilidade como parte integrante da cultura do antigo regime, de sua etiqueta, da norma social, da polítez que os membros dessa sociedade deveriam articular.

Existiam deveres bem definidos a ambas as partes – dar, receber, restituir – embora atos considerados voluntários, estes são feitos sobre fortes imperativos sociais, e caso uma dessas obrigações não sejam cumpridas implica em constrangimento social grave. Esse tipo de sociabilidade fixava os níveis sociais e igualmente os constituía à medida que refletiam e reforçavam hierarquias e estatutos de uma sociedade normativa com níveis sociais bem delimitados, se tratando de uma sociabilidade verticalizada. No caso de relações sociais assimétricas, ou seja, entre socialmente diferentes, era necessário a figura de um intermediador – de um patrono.

Neste sentido, nem todo cliente estava apto para todos os tipos de mecenato. Um cliente mais modesto não poderia abordar diretamente um mecenas mais poderoso. Por exemplo, Vandelli não poderia abordar diretamente a Czarina da Moscovia, rainha da Rússia, para conquista de alocação na corte de São Petersburgo, então solicitava a

²² BIAGIOLI:2003, p.16

²³ BIAGIOLI:2003, p.16

Lineu, seu patrono científico, sua intervenção para que pudesse alcançar tal posto naquele reino²⁴.

Para que um cliente aproxima-se de um patrono era necessário também que este possuísse boa reputação, honra, e determinado prestígio por suas funções, essas “qualidades” seriam abonadas pelo patrono que lhe garantiria certa estabilidade social no exercício de suas funções.

Cabia ainda ao cliente o dever da gratidão, que poderiam se evidenciar de várias formas, no universo científico, o oferecimento de uma obra era algo costumeiro, ou ainda o batismo dos resultados com o nome que evidenciava ou referenciava o patrono da descoberta científica.

Domingos Vandelli certamente participava de uma rede significativa de contatos se correspondendo inclusive com pessoas ligadas a corte vaticana do Papa Clemente XIII (1758-1769) que enviou a Pádua nova espécie de tartaruga para classificação²⁵, além de membros de sua família que possuíam estreitos laços com os duques e Príncipes de Módena²⁶.

Provavelmente graças a essa rede, Vandelli foi contratado pelo conde de Oeiras para ministrar aulas de História natural em Portugal em 1765, primeiro no Colégio dos Nobres (1766) e com o fracasso deste empreendimento, incorporado à Universidade de Coimbra (1772-1791).

Ao contratar Vandelli, Pombal se tornava seu principal patrono, garantindo sua proteção e continuidade dos seus trabalhos, o que não significa que o naturalista paduano tenha deixado de ser membro da rede de clientela de Lineu, após sua contratação por Pombal e início de remessas de plantas do Brasil é notório o aumento do prestígio do naturalista italiano junto ao sueco, que o homenageou no batismo de um novo espécime com o nome *Dracaena Vandelli*²⁷.

Tal homenagem não pode ser reduzida meramente a cortesia entre naturalistas, Lineu tinha interesse em continuar recebendo as amostras oriundas das colônias portuguesas, e por outro lado Vandelli precisava de Lineu que lhe garantia prestígio internacional,

²⁴ Carta de Vandelli a Lineu reproduzida em AA. VV. *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro, Dantes Editora, p. 45, vol. 2.

²⁵ Carta de Vandelli a Lineu reproduzida em AA. VV. *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro, Dantes Editora, p. 32, 33, vol. 2.

²⁶ Carta de Vandelli a Lineu reproduzida em AA. VV. *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro, Dantes Editora, p. 39, 40, vol. 2.

²⁷ Embora Vandelli tenha descrito a espécie, Lineu é quem adiciona Vandelli ao novo gênero. Carta de Vandelli a Lineu reproduzida em AA. VV. *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro, Dantes Editora, p. 88, 89, vol. 2.

além de outros favores como indicação e obtenção de livros de história natural²⁸ ou confecção de lâminas de imagens de plantas²⁹.

Fazer parte de uma rede clientelar não quer dizer que o cliente ou patrono participassem de uma única rede, ambos poderiam participar de várias ao mesmo tempo, contanto que tal não representasse constrangimento a nenhuma das partes. Neste sentido algumas das obras de Vandelli refletem exemplos claros dessa forma de sociabilidade e por certo era cliente de uma imbricada rede política e científica tendo no Marquês de Pombal seu principal protetor.

Em carta a Lineu datada de 02 de dezembro de 1767, Vandelli além de informar ao naturalista sueco sobre os muitos gêneros novos que recolhia em Portugal e solicitar o envio de livros sobre História Natural, o naturalista é muito claro em sua gratidão a Pombal e a sua rede colaboradores.

“Sob os auspícios do Homem Mais Importante do Reino, a historia natural começa florescer aqui; por isso, sob tão grande patrono, poderei realizar grandes descobertas, e talvez um dia redigir toda a historia natural desse reino.”

(In Dantes Editora, p. 90,92 , vol. 2)

Ao se analisar as primeiras publicações de Vandelli em Portugal, como o *Fasciculus Plantarum* de 1772, pode-se notar sua gratidão a vários personagens importantes da política científica portuguesa, e que faziam parte do xadrez social do naturalista, indo do Rei D. José I, passando ao Marquês de Pombal seu patrono, incluindo o Marquês de Angeja e membros importantes da administração colonial, no caso Luiz Pinto Sousa Coutinho, governador da capitania de Mato Grosso no Brasil, com quem o naturalista paduano correspondia com regularidade, recebendo deste algumas amostras remetidas da capitania como demonstra carta de 01 de novembro de 1770;

“Pela presente ocasião, remeto ao meu correspondente Paulo Jorge uma boceta com a semente da Jalapa, que lha recomendou o Sr. Lineu; como também a casca de uma produção desta capitania, em alguma coisa semelhante

²⁸ Carta de Vandelli a Lineu reproduzida em AA. VV. *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro, Dantes Editora, p. 69, 70, vol. 2

²⁹ Carta de Vandelli a Lineu reproduzida em AA. VV. *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro, Dantes Editora, p. 83, vol. 2

a quina; a qual produz aqui os mesmos efeitos, tirando as seções com felicidade para que Vmce. possa fazer as experiências que julgar mais proporcionadas.”

(AHMB-Manuscrito CN/S55)

Embora Luiz Pinto fosse de melhor colocação social do que Vandelli, este chegou a solicitar ao naturalista paduano intervenção junto ao Mordomo Mor de D. José I, Marquês de Angeja, que lhe era muito próximo, o seu retorno a Portugal, pois não gozava de boa saúde nos trópicos. Junto à solicitação do governador seguiam várias amostras da história natural do Mato Grosso. (AHMB-Manuscrito CN/B-93)

Ao publicar o *Fasciculum Plantarum* em 1772, Vandelli deixava claro sua condição de vassalo agradecido ao monarca D. José I, e de cliente do Marquês de Pombal, além de estreitar laços com o Marquês de Angeja e Luis Pinto Sousa Coutinho ao nomear quatro plantas na referida publicação como novas espécies, *Bragantia*, *Pombalia (Ipecacuanha)*, *Angeja* e a *Balsamona Pinto*, respectivamente.

Embora tal publicação possa ter agregado a Vandelli boa reputação como colaborador direto de Pombal, tal iniciativa também pode ter marcado para sempre sua vida e sua articulação na sociedade portuguesa, já que D. José I morreria pouco tempo depois e conseqüentemente o Marquês de Pombal cairia em desgraça.

Tal trabalho visa verificar as atividades de Joaquim Veloso de Miranda, levando em conta as venturas e desventuras de Domingos Vandelli, seu patrono, no que concerne as suas atividades científicas.

I.3 As colônias

É durante a segunda metade do século XVIII que nas colônias, sobre tudo na América, uma forte elite local ansiosa de benesses e interesses, estava começando a se articular visando maior reconhecimento por parte da metrópole.

No que concerne Minas Gerais, é nesse período que uma sociedade mais acomodada e fixa na capitania começa sedimentar-se deixando para trás o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “aluvial”, ou seja, composta por hordas de aventureiros em busca da riqueza fácil do ouro, para dar lugar a uma sociedade estabelecida nas colônias.

Na mesma direção de Sergio Buarque de Holanda, Maria Odila Leite da Silva Dias (1972), chama a atenção e verifica a existência de uma elite reinol-americana que atuava fortemente na construção de novo império nos trópicos. Sua análise é sedimentada em

considerar o processo de “enraizamento” de novos capitais e interesses portugueses em associação com a elite local, resultando em um processo de transformação da colônia em metrópole interiorizada.

Segundo Laura Melo e Souza (2007), a medida em que a administração se tornou mais complexa, incorporando moradores locais, os potentados passaram a desejar um “*enobrecimento*” ou “*desejo de distinção*”³⁰, compondo altos cargos administrativos da coroa e legitimando seu local social de destaque naquela sociedade. Ainda de acordo com a autora, esta elite colonial espelhou a ambiguidade de então, louvando a sociedade de estados, os atributos da nobreza e, ao mesmo tempo reconhecendo o mérito individual, buscando na administração régia o status e o reconhecimento da metrópole³¹.

Neste sentido, o trabalho burocrático ou estar a serviço de sua majestade seja que forma for, “nobilitava” aquele que executava tal função, conferindo prestígio ao seu executor e para tal a Coroa escolhia homens honrados e civilizados, familiarizados com os valores da época. Com isso ser civilizado incorria em ser devidamente letrado, naquele momento o estudo era o caminho para aquele que pretendia ingressar seus filhos nas carreiras administrativas da colônia.

É a partir da segunda metade do século XVIII que boa parte da elite mineira começa a enviar à Europa seus filhos para a continuidade de estudos, e boa parte na Universidade de Coimbra onde os cursos mais procurados eram os cursos de Cânones e Leis.

Normalmente o serviço educacional na colônia era realizado nos seminários destinados à formação de clérigos, ao ingressar em tais instituições era costumeiro observações importantes do candidato a sacerdote e sua família, era praxe os processos de *Degenerare* onde constavam atestações sobre patrimônio do candidato e principalmente sobre sua limpeza de sangue, já que o candidato não deveria descender de judeus, mouros ou qualquer outra nação tida naquele período como infecta³².

No que concerne a Minas Gerais, mais propriamente a região de Mariana e Vila Rica, o seminário de Nossa Senhora da Boa Morte desempenhava papel de destaque na formação inicial dos filhos da elite na carreira eclesiástica, consonante com o universo

³⁰ SILVEIRA, Marco Antonio; *O universo do Indistinto. Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*, Hucitec, 1997, São Paulo.

³¹ SOUZA, Laura de Mello e; *O Sol e a Sombra política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*, Cia das Letras, São Paulo, 2007 p.173

³² VILLALTA, Luiz Carlos. “A Igreja a Sociedade e o Clero”. In *História de Minas Gerais, as Minas Setecentistas*. V.2 Org. Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta. Autêntica. 2007. p.34/35

tridentino e com os postulados das diretrizes e normas das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Além do já citado estatuto de sangue, o Seminário da Boa Morte de Mariana seguia também as ordens das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia no que concerne à ocupação dos clérigos em relação a ofícios mecânicos, tais diretrizes estão ligadas ao universo cultural do antigo regime de maneira geral, sendo aos clérigos interdito o exercício de ofícios tidos como indignos: *“Proibi-se aos clérigos que exercitem ofícios de Médico, e Cirurgião, nem ofícios mecânicos, nem exercitem ofícios indecentes a seu estado, se ordena aos Clérigos que não usem de trato, e mercancia, nem finanças por ganhos ou interesses³³”*.

Tais interdições não eram exclusivas aos clérigos, os nobres e os aspirantes a cargos Administrativos na colônia deveriam também se abster desses ofícios já que tais quesitos eram observados para ocupação de cargos de maior relevância ou ainda na admissão e composições de mesa em irmandades de maior prestígio, como as Misericórdias. Nesse sentido, os estudantes luso brasileiros normalmente, ingressavam nas escolas menores na colônia e quando se dirigiam a Europa no intuito de completarem sua formação e na maioria solicitavam matrícula nos cursos de Leis e Cânones em detrimento a outras formações profissionais como a Medicina.

A partir da segunda metade do século XVIII a valorização dos estudos vai ao encontro dos interesses tanto da sociedade colonial, que se firmava em seus interesses, quanto da metrópole que já aproveitava membros dessa sociedade em seus quadros burocráticos. Enviar os filhos à Universidade de Coimbra era honra estendida a toda a família e pode ser considerada estratégia dessa elite colonial como forma de estreitamento de laços entre colônia e metrópole. A honra de ter um filho na Universidade de Coimbra com título de bacharel ou doutor era estendida a família do graduado.

“(...) depois de passados (os anos em Coimbra), tem V.M. o gosto, e glória de ter um filho que seja a honra, e lustre de toda a sua geração, pois até agora não tivemos nela pessoa ou parente que passasse a estudar a esta Universidade, e com suas letras honrasse a sua progênie”. (Apud: Cruz, Pereira,2009)

³³ VIDE, d. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do arcebispado da Bahia*. Coimbra 1720. v.III, Tit. I-XII

Ter estudado na Universidade constituía estratégia eficaz para aqueles que pretendiam ingressar na burocracia colonial, além de estreitar laços de amizade com outros filhos de potentados locais das capitâneas do Brasil, e, principalmente com os futuros grandes do reino, os futuros condes, marqueses e viscondes de Portugal os alunos Luso-brasileiros se inseriam em redes de influência mais amplas.

Dos vários filhos de potentados da capitania de Minas Gerais destacamos Joaquim Veloso de Miranda que mereceu atenção mais detida dos historiadores Carlos Stelfeld(1952) e Caio Cesar Boschi(2012)³⁴.

I.4 Joaquim Veloso de Miranda: do Inficionado a Coimbra

Joaquim Veloso de Miranda era natural do Arraial de Nossa Senhora de Nazaré do Inficionado – termo de Mariana – filho do sargento Mor Francisco Veloso de Miranda e Dona Maria Tereza de Nazareth, sendo esta irmã de Frei José de Santa Rita Durão, e descendente de figuras de proa nos primeiros tempos da capitania.

Embora seu tio, Frei José de Santa Rita Durão, seja sempre lembrado pelo seu épico poema Caramuru, acredito que no referido período, ele fosse lembrado mais como o secretário do Bispo D. João Cosme da Cunha, Arcebispo de Évora, e autor de importante documento, a Carta pastoral, que incriminava os Jesuítas da tentativa de regicídio e dava ao Marquês de Pombal autoridade para prender vários inicianos, e iniciar a tão almejada expulsão da Companhia de Jesus³⁵.

Ingressando no Seminário Menor de Nossa Senhora da Boa Morte, na Leal Cidade de Mariana em 1766, Veloso de Miranda passou pelas investigações de praxe sobre sua origem familiar, há dúvidas se ele ordenou padre. O que pode ter sido o impedimento de seu ordenamento é o fato de seus avós maternos, Ana Garcês de Moraes e o Capitão Paulo Rodrigues Durão, terem vivido em concubinato, ordenando o visitador que o capitão a expulsasse de casa³⁶.

Ao terminar seus estudos no Seminário de Mariana, Miranda segue para Coimbra, em 1770, no intuito de terminar seus estudos, solicitando matrícula no curso de Cânones da Universidade.

³⁴ Cabe aqui registrar meu agradecimento ao Professor Doutor Caio Cesar Boschi, da PUC-MG, que gentilmente me presenteou com um exemplar de seu livro *Exercícios de Pesquisa Histórica*, onde dedica um capítulo a Joaquim Veloso de Miranda. Trabalho que se mostrou fundamental para as páginas que seguem.

³⁵ MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal e o Paradoxo do Iluminismo*, 1996.p.91.

³⁶ AEAM,Devassas-1721-1735,fls.34

É de crer que Miranda pretendia seguir os passos de seu tio, ou que este o orientasse em sua chegada a Portugal, no entanto o Frei Durão se indispôs com o Bispo da Cunha e automaticamente com o Marquês de Pombal, o que o levou a deixar Portugal em 1761, e exilar-se em Roma solicitando ao Papa Clemente XIII seu perdão, tanto pela carta pastoral quanto pelo Sermão pregado contra os jesuítas, portanto Miranda não contava com a orientação direta de seu tio em Portugal.

Chegando à Universidade de Coimbra em pleno período efervescente das mudanças que nela se estabeleceu durante os anos de sua reforma, já em 1772, sem deixar o curso de Cânones, Veloso de Miranda, solicita matrícula no curso de Geometria, onde foi aceito, e, em 1774, foi matriculado no curso de Matemática, deixando completo o ano letivo e ingressando definitivamente em outro curso da universidade³⁷. Matriculado naquele curso, ficava Veloso de Miranda obrigado a cumprir toda grade curricular, participando de todas as disciplinas referentes à Filosofia Natural, muito provavelmente é nesse momento a aproximação com Domingos Vandelli. Tal movimentação naquele período, no que se refere à transferência de curso, não fora exclusividade do mineiro, já que os novos cursos passaram a ser procurados por grande parte dos estudantes em detrimento dos cursos de Leis e cânones³⁸.

Em 1775, Veloso de Miranda e o futuro visconde Barbacena, Luis Antonio Castro Rio Furtado, excursionaram pela serra do Buçaco. No âmbito de suas atividades discentes da Universidade de Coimbra é muito provável que foi neste momento que o futuro naturalista estreitou os laços que foram cruciais ao longo de sua trajetória. Percebe-se nas ligações de Veloso de Miranda com professores e futuros administradores régios relação próxima e amistosa, mostrando-se mais ligado à elite reinol do que a seus conterrâneos, assim como outros “brasileiros” seus contemporâneos.

Em 18 de junho de 1776, Veloso de Miranda prestou exames nas disciplinas do curso filosófico e três dias depois se submeteu a formatura equivalente ao quinto ano de sua graduação, e em ambos os exames foi declarado *nemine discrepante*³⁹.

Ao que consta, seus estudos tiveram sequência. Em julho de 1778 passou por exames privados tendo como padrinho o Dr. Domingos Vandelli, Lente proprietário da cadeira de História Natural e substituto da cadeira de Química, com quem tinha relação amistosa, arguido pelo próprio Vandelli e pelo professor João Antonio Dalla Bella.

³⁷ BOSCHI, Caio. *Exercícios de Pesquisa Histórica*, PUC Minas, Belo Horizonte, 2012, p.105

³⁸ Como demonstra Ana Lucia Rocha Barbalho da Cruz e Magnus Pereira

³⁹ BOSCHI, Caio. 2012,p106

Fora-lhe conferido o grau de licenciado *Authoritate Legia* o que o conferia licença para tomar o grau de Doutor “quando quiser ou puder”, o que fora feito cinco dias depois, apresentando a tese para julgamento com título *Teses ex Universa Philosophia* se tornando ao lado de Teotônio José de Figueiredo um dos primeiros doutores graduados pela universidade⁴⁰.

Os méritos acadêmicos de Veloso de Miranda logo foram aproveitados pela própria Universidade. Ainda em 1778 foi nomeado demonstrador substituto e interino para a cadeira de História Natural, com rendimentos de cento e vinte mil reis anuais.

As competências de Veloso de Miranda sempre foram abonadas pelos membros da congregação da universidade. Antes mesmo de seu doutoramento, consta em carta do Visconde Barbacena, então secretário da Academia de Ciências, endereçada a Vandelli, informando que Miranda havia dado conta de ter encontrado mármore preto e carvão de pedra próximo ao porto Mós⁴¹.

Com prestígio na comunidade acadêmica de Coimbra, Veloso de Miranda já figurava entre os eleitos para o doutoramento e para compor o corpo docente da faculdade de filosofia antes mesmo dos exames. O próprio Bispo reformador e Reitor da Universidade, em carta, dava conta ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, em 23 de janeiro de 1778 da necessidade de, o quanto antes, se constituir o corpo docente próprio para a faculdade de Filosofia, indicando que tais professores deveriam ser doutorados pela universidade e escolhidos “*os seis bacharéis mais distintos e que mais louvadamente se empregavam no estudo e progresso da referida faculdade*”⁴². Seguindo a carta constava lista de nomes a serem contemplados, dentre eles o de Joaquim Veloso de Miranda.

Com o alto prestígio junto à comunidade acadêmica, o Reitor com autorização régia procedeu com doutoramento, e logo Veloso de Miranda é aproveitado como professor substituto na faculdade de Filosofia e História Natural.

Neste sentido o que se observa nas relações sociais de Miranda é sua indubitável aproximação de prestigiados membros da política ilustrada portuguesa, responsáveis pela administração educacional e política do Reino e do Ultramar, o que o coloca como membro de uma rede de influências que não se tratava unicamente de questões

⁴⁰ Como explica Caio Cesar Boschi, antes de Joaquim Veloso de Miranda e Teotônio Jose de Figueredo, apenas Luis Antonio Castro Rio Furtado, futuro visconde de Barbacena , havia adquirido o título via intervenção direta do Marques de Pombal. BOSCHI, Caio. 2012,p106

⁴¹ BOSCHI, Caio... 2012.pag.108

⁴² BOSCHI, Caio...2012.pag.109

científicas, pois no referido período ciência e administração compunham uma mesma agenda de governo.

Em 1779, já como docente da Universidade de Coimbra, Veloso de Miranda é designado a uma excursão acompanhado por alunos a serra da Estrela e do Gerês, uma "viagem filosófica", como eram chamadas as viagens de cunho científico, com orientações e planos de Domingos Vandelli, de acordo com decisão da congregação da Faculdade a quem deveriam ser prestadas contas das atividades. Tais viagens no interior de Portugal eram os primeiros testes e treinamento dos alunos para as viagens científicas a serem realizadas no interior do Império Ultramarino. Para que além da recolha de gêneros de todos os reinos na natureza, a serem enviados às novas instituições como o Real Gabinete de História natural ou os Jardins Botânicos de Ajuda e Coimbra, também pudessem indagar sobre suas qualidades no uso prático, criando novos ramos de comércio, importante premissa do iluminismo utilitarista português. Ao contrário de seu colega Teotônio José de Figueiredo, há fortes indícios de que Veloso de Miranda não tenha efetuado tal empreitada. Tudo indica que se quer se preparou para executá-la, e no ano seguinte Francisco Antonio de Ribeiro de Paiva, também doutor, ministrava as aulas que eram de responsabilidade de Veloso de Miranda no gabinete de História natural e Física⁴³. A que se dedicava o naturalista neste período, nada se pode afirmar.

Embora com carreira promissora e principalmente alto prestígio na universidade, é neste período que Veloso de Miranda decide voltar ao Brasil.

Nunca ficou claro a real motivação de sua partida para o Brasil, acredito que tal iniciativa esteja intimamente ligada com a movimentação de seu tio, Frei Santa Rita Durão, em voltar a Portugal após exílio na Itália, como já citado, decorrido de perseguições políticas, como outros colaboradores de Pombal que caíram em desgraça com o Marquês e se viram obrigados a sair de Portugal, e após sua queda decidiram por voltar.

Sendo Durão, inimigo dos partidários de Pombal, e Miranda, seu sobrinho, muito afeito e prestigiado por aqueles que de alguma forma estavam ligados ideologicamente ao Marquês, tal situação deveria ser no mínimo embaraçosa e poderia atrapalhar ambos, já que além de retornar a Portugal o Frei retomou as aulas de Teologia que lecionava na Universidade de Coimbra (1777/1784)⁴⁴.

⁴³ BOSCHI, Caio 2012...p.110

⁴⁴ Consta ainda um texto pouco explorado pelos estudiosos do Frei Jose de Santa Rita Durão, intitulado *O.E.S.A. pro annua studiorum instauratione Oratio* de 1778, um discurso onde o autor faz uma exposição

Sob justificativa de cuidar de negócios de sua casa, Miranda peticiona ao Reitor sua licença e retorno a Minas Gerais. Como salienta Caio Boschi, o prudente Reitor da universidade emite em resposta às cláusulas da licença:

“Ao mesmo tempo, desejava mostrar-se útil à Faculdade em que se achava incorporado, conservando com ela uma correspondência literária, sem interrupção alguma, por tempo de sua ausência, remetendo várias e escolhidas amostras dos produtos naturais até agora pouco conhecidos, de que abundam aqueles países; fazendo todas as averiguações possíveis, que, conforme as intenções da mesma congregação [da faculdade] pudessem contribuir para o progresso [e] adiantamento destes conhecimentos de que justamente se esperam grandes vantagens para as Artes, Comercio e felicidade dos vassallos de Sua Majestade⁴⁵”. (Apud :Boschi:2012, p.111)

Portanto, Veloso de Miranda ficava obrigado a relatar todas as suas diligências científicas pelo interior da colônia à Universidade de Coimbra, bem como enviar todos os resultados e amostras delas resultantes a Domingos Vandelli, sendo compreendido como primeiro naturalista em excursão pelo interior do Brasil.

Com licença concedida, pouco depois o passaporte era expedido pela rainha e nele solicitava que o naturalista tivesse todo o amparo e apoio necessário de qualquer autoridade Reinol, como governadores e capitães gerais, câmaras, justiças e todas as pessoas a quem sua carta fosse apresentada⁴⁶.

É provável que entre Domingos Vandelli e Joaquim Veloso de Miranda constasse algum acordo sobre a produção científica do naturalista na colônia. A documentação consultada da conta de que Veloso de Miranda enviava seus resultados

do ensino de ciências em Portugal, embora se mostre consonante com a reforma da universidade, o autor parece endereçar algumas críticas aos professores italianos; *Unum ceteris exemplar esto dissidium adversus Petrum Ramum Subortum de Logicae definitione, quod interpellata etiam Senatus Regii auctoritate, non nisi miselli illus sanguine conquievit. Nae; Ferox nimis sillogismi furor! Atque haec pestis Salmanticam, Patavium, Bonomiam, atque academias ea tempestate plures incerat.*

Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00880700#page/1/mode/1up>>, página 20. Acesso em 20/12/2012.

Pra maiores detalhes da biografia de frei Durão; MORAES, E. Vilhena de. ” *O frade poeta: frei José de Santa Rita Durão*”. In:Três Figuras: o frade poeta, o padre voador, o frade preceptor. Petrópolis: Vozes, [1937]. p. 9-72; VIEGAS, Arthur. *O Poeta Santa Rita Durão: revelações históricas da sua vida e do seu século*. Bruxelles, Paris: Gaudio, 1914.

⁴⁵ BOSCHI, Caio, 2012...pag.111

⁴⁶ BOSCHI, Caio.2012..pag.114

iniciais à Vandelli que corrigia e adequava seus trabalhos para publicações ou exibição no Real Museu, enviando espécies vegetais, animais e minerais juntamente com catálogos e imagens de suas observações.

Acredito que tal acordo e a periodicidade das remessas podem ter dispensado o naturalista dos diários de viagem, ficando delegada a Vandelli as observações mais precisas dos resultados e sua preparação para publicação, ficando Veloso de Miranda como um tipo de coletor.

Embora a produção de resultados que levem o nome de Veloso de Miranda seja absolutamente reduzida, contando apenas de uma publicação em parceria de Vandelli, esta causou polêmica significativa na comunidade científica portuguesa e principalmente na Real Academia de Ciências de Lisboa, de onde se tornou sócio correspondente no ínterim de seu traslado para o Brasil em 1779⁴⁷.

I.5 Chegada ao Brasil

Pouco tempo depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, logo enviava correspondência a Vandelli dando informações sobre sua chegada datada de 13 de fevereiro de 1780⁴⁸.

Veloso de Miranda informava a Vandelli que, chegando ao Rio de Janeiro em princípios de Janeiro de 1780, levava consigo cartas de recomendação do Visconde de Barbacena ao Governador de Minas D. Rodrigo José de Meneses, que ali também estava prestes a ser empossado no cargo, e, segundo ele, foi “recebido com toda a benignidade”. Segundo o naturalista, ficou por ali por pouco mais de mês e meio, em parte para se recompor do desgaste da viagem de 65 dias, e pelo motivo de o Vice-Rei D. Luis de Vasconcelos e Sousa ter lhe solicitado produções raras contidas naquela capitania a serem enviadas a Lisboa, o que via de regra, como narra em carta a Vandelli, ocorreu de forma rápida já que estava de partida para Minas Gerais.

Na mesma carta o olhar do natural da terra do Brasil é suplantado pelo olhar treinado de naturalista e, como demonstra na documentação, Veloso de Miranda percebe a realidade local, sua flora e fauna, como quem a observa pela primeira vez, estranhamento típico de boa parte dos estudantes que foram a Europa e em seu retorno tentaram traduzir em palavras as nuances da realidade local que talvez não percebessem

⁴⁷ BOSCHI, Caio.2012..pag.122

⁴⁸ APM. Fundo José Bonifácio. Transcrito em PATACA. Ermelinda Moutinha. Terra, Água e ar nas Viagens científicas portuguesas (1755-1808). Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade de Campinas, 2006, Campinas. p.231

quando aqui estavam. Miranda ainda informa ao mestre que durante a travessia não observou muita coisa, pois não se pescou mais que peixes ordinários e comuns. No entanto, o que mais estimou foi ver o *Echeneis Rémora* sobre qual muito se fabulava na época.

Já em terra firme, no Rio de Janeiro, informa que observou algumas plantas que em muito diferem dos postulados de Lineu, onde observa grandes diferenças citando como exemplo *Phyllanthus niruri* a respeito de seus nectários e a *Bixa orellana* a respeito de sua corola.

Na mesma carta a Vandelli, Veloso de Miranda informa que observou a fecundidade das terras bem como a introdução de culturas exóticas na região, “que feitas de forma correta seriam proficuas como a cochonilha, o café a baunilha e o cacau”.

“O mesmo vi a respeito do cacau pois que produz muito bem só se contam poucos pés, pelas matas desta cidade e o que vi foi na cerca dos Barbadinhos Italianos, bem exercido e me disse um dos padres que tinha feito chocolate com todos os símplices do país.” (Apud: Pataca,2006.p.231)

Mais adiante Veloso de Miranda informa ao antigo mestre, que “*o pouco que viu pouco lhe serve de argumento, pois muito mais pretendia observar de forma mais detalhada*” e em local propício e seguro como reclama, “*porém aqui me faltam os cômodos, que espero em minha casa*”.

Ao terminar a carta ao mestre, Veloso de Miranda informa a Vandelli que adquiriu alguns volumes para sua biblioteca, numa botica onde se achavam desprezados 03 (três) volumes com estampas de Jean Bauhin, antiga propriedade dos jesuítas, gastando com estes 6.400 reis, no entanto lastima a falta de Piso e Marcgrave e de sua obra *Historia Naturalis Brasiliae*, de 1648, obra publicada nos tempos da ocupação Holandesa no nordeste do Brasil, mas que mandaria vir pela utilidade das obras.

Tal obra para os naturalistas em viagem pelo Brasil foi quase obrigatória dada à falta de literatura sobre a flora e fauna da colônia, sendo constantemente utilizada por naturalistas não só do século XVIII, mas também durante boa parte do século XIX.

CAPÍTULO II

II.1 As Primeiras remessas

O retorno de Veloso de Miranda em 1780, a Minas Gerais, coincide exatamente com o momento em que a Coroa Portuguesa passava a planejar de forma mais efetiva as incursões no interior de seu Império.

A partir de 1778, em Portugal, Julio Mattiazi, chefe e diretor do Museu Real da Ajuda e do Jardim Botânico do mesmo local, reuniu para treinamento os alunos que mais se destacaram nas várias áreas da História Natural. Composta majoritariamente de naturais do Brasil, o intuito era treiná-los para efetivo deslocamento para as colônias da América e África para que se compusesse a História Natural dos referidos locais.

Em larga medida é atribuído a Veloso de Miranda o pioneirismo em tal atividade⁴⁹. Sendo o primeiro discípulo de Domingos Vandelli a sair de Portugal com destino ao Brasil no sentido de pesquisar sua natureza e produções naturais e provavelmente não tenha participando dessas atividades complementares ministradas por Julio Mattiazi no museu de Ajuda. Para tais empreitadas era relevante o conhecimento dos procedimentos de campo, um conjunto de técnicas como o desenho, taxidermia, técnicas de herborização e coleta.

Tais atividades exigiam do naturalista o conhecimento geral desses procedimentos bem como o “*gosto pela observação*”, nas palavras dos Homens de Ciência da época. Mesmo que todas essas atividades não fossem executadas pelo mesmo indivíduo era importante que o naturalista em viagem ou em campo soubesse fazer ponderações sobre a qualidade dos produtos recolhidos e dos resultados das pesquisas.

Além dessas atividades era fundamental que o naturalista escrevesse um diário, em que registraria informações dos locais visitados e notas sobre suas observações sobre os vários gêneros naturais recolhidos, seus usos e ocorrência na natureza.

Em Portugal tais diários não possuíam funções exclusivamente científicas, mas também função político administrativa, dando conta de vilas, suas condições, populações e seus hábitos. Em Portugal, Vandelli dava instruções precisas sobre a confecção desses diários bem como de todas essas atividades em pequenos compêndios intitulados *Instruções para viajantes*. Como demonstra Magnus Pereira e Ana Lúcia Rocha

⁴⁹ Ermelinda Moutinho Pataca (2006) e Caio Cesar Boschi (2012) atribuem a Joaquim Veloso de Miranda por ser o primeiro aluno de Vandelli em atividade científicas no Brasil.

Barbalho da Cruz (2011) normalmente essas instruções eram compilações de instruções publicadas em outros países como Inglaterra e França. Escritos como os de Duhamel du Monceau, compunham as instruções de práticas e procedimentos para os naturalistas viajantes luso brasileiros.

Assim como outros naturalistas viajantes posteriores, como João da Silva Feijó, Joaquim José da Silva e Manuel Galvão da Silva partiram em direção a África, Veloso de Miranda partiu sozinho de Portugal em direção a América em fins de 1779.

Estar sozinho de maneira nenhuma se mostrou como impeditivo para realizações de suas funções. Na licença expedida pelo Reitor da Universidade de Coimbra consta que todo o aparelho administrativo e militar deveria estar a sua disposição proporcionando o auxílio em suas diligências⁵⁰.

Ângela Domingues (2000) já chamou a atenção para o esforço dos administradores coloniais para as atividades científicas nas colônias, demonstrando que, no referido período todos os órgãos da administração colonial e seus agentes, clérigos, funcionários de diferentes formações, militares, governadores, Vice-reis e curiosos enviavam a Lisboa amostras de gêneros botânicos, animais e minerais.

A autora é enfática ao demonstrar o papel dos governadores e capitães-generais neste processo onde ciência e administração eram faces de uma mesma moeda. Segundo a autora, o material que veio a enriquecer as coleções do Real Gabinete e Jardim Botânico da Ajuda ou da Academia de Real Ciências não foi recolhido somente pelas viagens científicas, mas também pela iniciativa dos Vice-reis do Brasil, como D. Luiz de Vasconcelos e Sousa, e pelos governadores e capitães-generais das capitanias da América. Cabe registrar também a importância dos Secretários de Estado D. Martinho Mello e Castro e D. Rodrigo Sousa Coutinho que tiveram um papel central na continuidade da política reformista iniciada por Pombal. Embora com diferenças significativas de modelos de administração cada um teve um papel crucial no que concerne às atividades científicas.

A D. Martinho é atribuída, por parte da historiografia, uma política fortemente marcada pelos interesses metropolitanos em detrimento dos desejos e anseios da elite colonial⁵¹, o que criou uma tensão significativa entre colônia e metrópole.

⁵⁰BOSCHI, Caio. *Exercícios de Pesquisa Histórica*, PUC Minas, Belo Horizonte, 2012, p.114

⁵¹ Segundo Maxwell, 1999; Com ascensão da rainha em 1777 e conseqüentemente ascensão de Martinho de Melo e Castro, houve uma inflexão: verificou-se um certo distanciamento em relação à perspectiva imperial pombalina, em razão do que a ação governamental tornou-se prisioneira dos interesses e preconceitos da metrópole e afastou membros das elites coloniais de postos de mando, política esta executada em Minas pelos governadores Luís da Cunha Menezes (1783-1788) e Visconde de Barbacena

A ele é atribuído ainda, um certo conservadorismo, se comparado a seu sucessor. No entanto o referido Secretário da Rainha continuou a política ilustrada no que concerne ao conhecimento sobre as colônias, dando sequência ao movimento que estava em curso, solicitando aos governadores e capitães gerais amostras e observações detalhadas das localidades coloniais. No entanto, como demonstra Magnus Pereira, D. Martinho privilegiava as amostras em detrimento dos escritos: *‘As “palavras inúteis” de um naturalista eram “nada, ou pouco mais de nada”. O que lhe interessava era o envio regular e bem acondicionado de minerais, vegetais e animais.’* (Pereira, 2002)

Ainda segundo Magnus, o ministro era detentor de forte espírito colecionista considerando as amostras enviadas como presentes que alimentariam o Real Gabinete de História Natural.

É do período de governo deste secretário toda a documentação utilizada neste capítulo, e em sua maioria compõe-se de missivas dos governadores informando, ao então secretário, sobre as atividades de Veloso de Miranda na capitania de Minas Gerais.

Assim como ocorreu em boa parte das colônias de Portugal e outras capitanias do Brasil, em Minas não foi diferente, os governadores tiveram um papel ativo, seja no cumprimento das ordens de juntar e remeter toda sorte de gêneros naturais, ou no auxílio aos profissionais que a essa função se dedicavam, enviando informações a D. Martinho, destinatário inicial das remessas e em seguida remetidas para o Real Gabinete de História Natural no Paço da Ajuda, aos cuidados de Domingos Vandelli e Julio Matiazzi.

Veloso de Miranda chegou a Minas durante o governo de D. Rodrigo José de Meneses, com quem se encontrou no Rio de Janeiro em sua chegada. Teria obtido deste governador a promessa de ser atendido naquilo que fosse necessário em suas atividades pela capitania⁵².

Embora não fosse o único que se ocupava da coleta e das indagações sobre a História Natural na capitania e enviar amostras a Portugal, apenas Miranda estava oficialmente, por ordem da Universidade de Coimbra e da Coroa, nas ditas Viagens Filosóficas na capitania naquele momento. Os demais eram "curiosos" sem formação específica. Com formação superior, pode ser destacado Simão Pires Sardinha,

Em Minas, Veloso de Miranda além de resolver “os negócios importantes de sua casa”, continuou com suas observações e coleta de gêneros naturais sempre sendo

(1788-1797), os quais trouxeram de Lisboa duras determinações fiscais e de cunho administrativo.

⁵² Carta de Joaquim Veloso de Miranda a Domingos Vandelli 13-02-1780, APM/Fundo José Bonifácio Arq.29-276

solicitado pelo governador da capitania para acondicionamento de remessas a serem enviadas a Lisboa. Em correspondência de 08 de junho de 1781⁵³, ou seja, um ano após a chegada do naturalista a Minas, o Vice-Rei do Brasil, Luiz de Vasconcelos e Souza, informa ao governador de Minas a chegada ao Rio de Janeiro de 32 caixões com plantas vivas a serem remetidas à Corte na Fragata de guerra São João Batista. Embora tal documento não revele quem tenha preparado as plantas para viagem por terra e mar, acredita-se que pela dificuldade e quantidade de plantas Veloso de Miranda esteve diretamente envolvido, sendo portanto, sua primeira remessa de gêneros naturais.

O transporte de plantas vivas sempre foi um desafio para os botânicos e jardineiros daquele período, pois a exposição das espécies a condições climáticas diferentes, falta de água doce para rega, além de recipientes específicos para transporte sempre se mostraram precários como indica a historiadora Marianne Klemun (2012). Embora os portugueses tivessem alguma experiência com aclimação de plantas, crê-se que naquele momento, e dadas às condições de transporte entre Minas e Rio de Janeiro e depois Rio de Janeiro a Lisboa, somente um especialista no assunto poderia providenciar as 32 caixas para a dupla jornada.

A metodologia mais usada para este tipo de transporte naquele período era aquela descrita e desenvolvida por Nikolaus Joseph Von Jacquin (1727-1817) em suas viagens ao Caribe com o patrocínio da corte Austríaca. Consistia, grosso modo, em retirar a árvore ainda jovem, juntamente com a terra de sua localidade, protegendo suas raízes com musgo e outras plantas locais e depois acondicionadas em caixões para transporte (Klemun, 2012).

No referido período é muito provável que em Vila Rica a única pessoa capaz de dar execução a tal diligência era Joaquim Veloso de Miranda. É fato que este conhecia os escritos de Jacquin possuindo em sua Biblioteca 02 (dois) tomos de sua obra⁵⁴, além de muito provavelmente ter tido contato com as instruções compiladas por Vandelli, e alguns de seus alunos, sobre as práticas de campo. Como demonstra Magnus Pereira e Ana Lúcia da Cruz (2011), em larga medida essas instruções foram compiladas das obras do engenheiro Frances Henri Louis Duhamel du Monceau (1700-1782), que tratavam, entre outros procedimentos, da recolha de plantas vivas e seu transporte por terra e mar. Ainda segundo esses autores essas instruções tiveram grande influência na formação dos naturalista luso brasileiros.

⁵³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro -Código 68,volume4,fl.123

⁵⁴ Inventário de Joaquim Veloso de Miranda In: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, (Casa do Pilar) – Cartório do 2 ofício- Cod.34, auto 380.

Tais plantas não foram embarcadas para Lisboa de imediato, ficando algum tempo na cidade do Rio de Janeiro. Pois, segundo o Vice-rei e o capitão da fragata São João Batista, o navio não possuía acomodações que comportassem o transporte de plantas vivas, pois não havia jardim ou local próprio para o transporte, e tal remessa demandava cuidados para a água do mar não danificar ou matar as plantas, e ainda água doce para que fossem regadas, optando o governante do Brasil em mandar as plantas aos poucos em navios diferentes, ficando o custo da “aguada” e demais gastos com o transporte à custa da Real Fazenda⁵⁵.

Em missiva de 22 de agosto do mesmo ano Vasconcelos e Souza informa ao Secretário Martinho de Mello e Castro o envio do restante dos 32 (trinta e dois) caixões a Portugal nos navios Santa Rosa e Senhor do Bomfim, o que demonstra que tal carregamento já era aguardado pelas autoridades reinóis, além de demonstrar a dificuldade e despesa para envio de plantas vivas⁵⁶.

Junto a essa remessa seguia dois catálogos escritos por Veloso de Miranda, um intitulado *Catálogos Mineralogiae* contendo 25 (vinte e cinco) amostras minerais, seu nome vulgar e um breve texto sobre as minas de ouro do Brasil juntamente com desenho descritivo, e outro manuscrito *Catalogus Herbaris*, no qual o naturalista classifica 69 (sessenta e nove) espécies de plantas no sistema de Lineu constando ainda o nome popular de cada espécie. Apenas no número 69 possui comentário de nome cotidiano referente a seu uso prático⁵⁷.

Tal remessa deve ter animado Domingos Vandelli, pois é fato que o paduano utilizou esse material de forma sistemática para escrever algumas de suas observações.

Sobre os manuscritos do *Catálogos Mineralogiae*⁵⁸ que continha sobretudo minerais encontrados na mineração de Ouro, Vandelli escreveu uma memória embora tardiamente com o título *Memórias Sobre as Minas de Ouro do Brasil*, utilizando os escritos de Veloso de Miranda de 1781, ao qual agradece de forma explícita pelo relato minucioso das minas de Ouro de Minas Gerais e de como era o processo de garimpo ao longo do século XVIII.

A colaboração do naturalista mineiro é sem dúvida grande, descrevendo as técnicas e expedientes para extração do ouro e, sobretudo, na descrição da mina da Cata Preta ou

⁵⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro -Codice 68,volume4,fl.123.

⁵⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro-Codice 68,volume4,fl.178.

⁵⁷ Museu Historico do Museu Bocage- cota: Div-16ª,16b,16c. Agradeço ao funcionário do Museu Bocage Victor Gris que gentilmente enviou as fotos de muitos dos documentos analisados.

⁵⁸ Museu Historico do Museu Bocage-636

Caldeirão, situada no arraial do Inficionado – termo de Mariana – por acaso local de nascimento do naturalista e ainda sendo propriedade de sua família.

No texto, passando por breve descrição do arraial e da geografia da região, Veloso deixa entrever as proporções da referida mina, bem como sua produção nos seus tempos de maior extração, onde trabalhavam 200 (duzentos) escravos e 05 (cinco) feitores no desmonte de morros para as lavagens das terras e processamento de torrões cristalinos, onde se encontravam algumas onças e oitavas de ouro.

Miranda é enfático no que diz respeito ao atraso da técnica, atribuindo o declínio da extração à falta de conhecimento e tecnologia, informando que tal método de extração do ouro não se aprofundava muito a terra ou ainda abria galerias subterrâneas como nas minas Inglesas, se concentrando em desmontar morros e lavar as terras de formas superficiais. Segundo Miranda, caso a metodologia fosse reformada e implementado maquinário moderno que a Inglaterra já utilizava em suas minas, consorciados a novas práticas químicas para apuro do metal, sem dúvida a exploração de ouro ganharia novo estímulo, o que aumentaria a arrecadação do Quinto.

A leitura do texto nos faz crer que Veloso de Miranda, ao compor de forma precisa cada detalhe da mineração, estivesse também fazendo experimentos sobre a extração de ouro. O próprio Vandelli deixa entrever que o naturalista estava de fato reformulando o garimpo de sua família, implementando novas técnicas.

"Isto é quanto presentemente posso dizer sobre as minas de Ouro em geral e do Brasil em particular, as quais poderão promover-se os mineiros que quiserem seguir as instruções e exemplo do Doutor Joaquim Veloso, e também extrairém o ouro das Minas de ferro, e das piritas que as montanhas vizinhas há em abundancia, o qual trabalho me parece ser menos dispendioso que as lavagens das terras, ou áreas, e mais segura e constante mina"...

(Memória sobre as Minas de Ouro do Brasil, 1798, In Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro v.20, 1889,p.279)

Tal descrição de Veloso de Miranda pode ser considerada como o primeiro relato sobre a mineração realizada em Minas Gerais naquele período, observada por um discípulo de Vandelli. Embora seja um importante texto, este não se tornou uma publicação permanecendo como manuscrito e datado de 1798, talvez pela problemática em divulgar

detalhes sobre as minas de Ouro do Brasil, haja vista que Portugal sempre fez desse assunto segredo de estado.

É certo ainda que Vandelli utilizou as descrições do *Catalogus Herbarie* para classificar as plantas como relatado em carta ao Abade Correia da Serra em 12 de julho de 1782. “*Eu continuo a fazer abrir os novos gêneros do nosso Vellozo, que acabei de examinar com seu herbário e a um deles lhe ponho o nome Corrêa.*”⁵⁹ (Pataca, 2006, p.309)

Tal catálogo foi incorporado a *Florae Luzitanice et Brasiliensis especimen* publicada em 1788, lá constando a imagem do citado gênero em homenagem ao Abade naturalista e também aos seu colaborador direto, Veloso de Miranda, na espécie *Vellozia*. Ele homenageia ainda casas ilustres de Portugal, o que não passaria imperceptível aos olhos dos pares dos naturalistas como se verá.

Essa primeira remessa demonstra como se dariam os trabalhos de Veloso de Miranda e sua parceria com Domingos Vandelli, ou seja, uma produção conjunta. Miranda enviava os resultados das suas observações e coletas com detalhes minuciosos, desenhos e amostras a Vandelli, que, por sua vez, ficava responsável por corrigir, complementar e fazer as adequações necessárias para produção de publicação e conhecimento sistemático da historia natural da Capitania de Minas Gerais. Miranda trabalhava como um coletor e Vandelli como sistematizador.

O envio de espécimes acompanhados de textos e desenhos era prática comum no referido período, naquele momento o desenho passava a compor elemento fundamental na descrição referente à história natural, cabendo, em cada diligência, ao naturalista viajante ou a outro profissional preparado para este fim, estar equipado com apetrechos para desenho e escrita dos diários de viagem.

Para tal, Veloso de Miranda arregimentou em Minas alguns colaboradores para suas viagens no interior da capitania, em sua maioria militares, com destaque para José Gervásio de Souza Lobo e Apolinário de Sousa Caldas como artistas encarregados dos desenhos.

Em 1804, o militar José Gervásio de Souza Lobo mantinha patente de capitão da Companhia de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos. Era pintor reconhecido em seu tempo, deixando na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Rica pinturas no altar mor e dois altares laterais, onde nota-se a delicadeza de seu traço ao

⁵⁹59 PATACA. Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)* tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade de Campinas 2006 pág. 309

retratar flores e rosas, não somente em estilo Rococó, como era praxe dos artistas de sua época, mas revelando em sua pintura detalhes muito próximos dos desenhos botânicos presentes em obras ilustradas do Século das Luzes⁶⁰. Percebe-se, por exemplo, no altar de Santo Antonio de Catigeró e São Benedito da referida igreja, nas rosas que os ornamenta, o cuidado do artista em demonstrar dos botões às nervuras das folhas, o que chamou a atenção de pesquisadores de História da Arte⁶¹ pela singularidade do trabalho, sendo atribuído a Veloso de Miranda influência da percepção da natureza retratada pelo artista⁶².

É de crer que o referido militar e artista tenha tido contato com livros sobre desenho, na busca por referências de sua instrução, tendo em vista as obras seguramente de sua autoria, como os Novíssimos dos Homens, obra composta por quatro quadros, encomendados pela irmandade do Rosário de Vila Rica para ornamentação da sacristia. Percebe-se que este conhecia, por exemplo, as gravuras dos irmãos Joseph Sebastian Klauber (1710-1768) e Johann Baptist Klauber (1712-1787), gravadores oficiais do Bispo de Augsburgo, autores de estampas com temas religiosos durante o século XVIII e de muita aceitação pública, portanto possuía alguma instrução e referência na arte do desenho.

Há na Historiografia da Arte certo consenso no que se refere à circulação de imagens vindas da Europa, e sua emulação⁶³ pelos artistas mineiros do século XVIII desse repertório imagético⁶⁴, muitas vezes imagens que compunham missais ou bíblias ilustradas. No caso dos irmãos Klauber é atribuída a influência na divulgação das

⁶⁰ CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Vida Cotidiana e Produção Artística de Pintores Leigos nas Minas Gerais. José Gervásio de Souza Lobo, Manoel Ribeiro Roza e Manoel da Costa Ataíde.” In: PAIVA, Eduardo França, ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). *O Trabalho Mestiço. Maneiras de Pensar e Formas de Viver Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume/ PPGH-UFMG), 2002.

⁶¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Notas sobre um pintor lusobrasileiro e a iconografia dos novíssimos (a Morte, o Juízo, o Inferno, o Paraíso) em fins da Época Colonial”. *Fênix* (UFU. Online), v. IX, p. 01-20, 2012. http://www.revistafenix.pro.br/PDF29/DOSSIE_ARTIGO_3_ADALGISA_ARANTES_CAMPOS_FENIX_MAI_JUN_JUL_AGO_2012.pdf

⁶² CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Mecenato e estilo Rococó na Época Barroca: A capela do Rosário dos pretos em Vila Rica”. *Cronos* (Pedro Leopoldo), Pedro Leopoldo/MG, v. 4, p. 37-45, 2001

⁶³ Emular ou copiar uma imagem durante boa parte do período moderno era visto como algo educado, de bom tom, não havia naquele momento preocupações com autoria. Nesse sentido uma boa obra dialogava fortemente com um repertório já estabelecido e com técnicas estilísticas específicas. João Adolfo Hansen compreende a emulação como uma espécie de imitação de autoridade do Gênero e que deve ser reposta como autoridade daquele gênero. A emulação não é uma imitação servil, meramente reprodutora, ela é produzida pelo engenho do autor como variação da obra citada na emulação. Pressupondo que haja um destinatário capacitado a perceber o preceito que é aplicado, para na variação, perceber também a engenhosidade, a perspicácia a versatilidade de quem faz e produz o efeito. Em suma, a emulação confere autoridade discursiva, seja na forma textual ou imagética que compõe as tópicas da retórica. HANSEN, João. “O lugar Comum” In *Retórica*, org. Adma Muhana, Mayra Laudanna e Luiz Armando Bagolin, Annablume, São Paulo, 2012.

⁶⁴ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003 p.94.

Rocails do estilo Rococó⁶⁵ nas demais regiões da Europa por sua aceitação pública das imagens, estampas que como se constata circulavam também em Minas Gerais em fins do século XVIII. No presente caso constata-se a influência desses gravadores europeus nas obras de Gervásio, via imagens avulsas⁶⁶, nos quadros que se referem à Morte e ao Inferno, no caso dos Novíssimos do Homem. Não se trata aqui em fazer a análise iconográfica, iconológica ou estilística dessas obras, já feita pela pesquisadora Adalgisa Arantes Campos, e sim indicar o referencial desses artistas, que como outros de sua época tinham contato com produções imagéticas ou literárias corrente na Europa e na América no mesmo período, e ao emular tais imagens angariavam para si a autoridade artística.

O mais conhecido dos ajudantes de Veloso de Miranda em campo é Apolinário de Sousa Caldas, também militar com a patente de cabo de esquadra da VI Companhia de Regimento de Cavalaria de Linha de Vila Rica, que, como atesta o naturalista em documentação de 1803, o acompanhou:

“(...) pela maior parte desta capitania a recolher gêneros e observar os seus produtos naturais, no dito[Apolinário] cumpriu muito bem com as obrigações(...), por ser bastante hábil no desenho.”(AHU-cx188, Doc35/APM rolo 174)

Sobre sua instrução, não se tem pistas ou fontes relativas à sua aprendizagem no desenho. Sousa Caldas não acompanhou somente Veloso de Miranda em suas atividades de campo, mas também José Vieira Couto, naturalista sediado no Distrito Diamantino em sua viagem a região denominada Nova Lorena Diamantina, conforme consta no mesmo documento.

“José Vieira Couto naturalista empregado por ordem de Sua Alteza Real certifico que Apolinário de Souza Caldas cabo de esquadra do Regimento regular de Minas Gerais, fez comigo várias diligências tendentes ao Real Serviço nas descobertas e exames da Nova Lorena Diamantina em cujo serviços mostrou com muito zelo e atividade no mesmo Real Serviço o que atesto e juro se preciso for.

Vila Rica, aos 8 de Junho de 1803” (AHU-cx.188,doc.35/APM rolo 174)

⁶⁵ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus. São Paulo: Cosac & Naif, 2003 p.94.

⁶⁶ As imagens dos Irmãos Klauber são assinadas com as iniciais C.P.S.C.M que significa *Cum Privilegiae Casareae Maiestatis*, seguido por , *Klauber cath.sc. et. esc. A.V* (Os Klauber católicos gravaram e publicaram em Augusta dos Vindelicos[Augsburgo]). Maiores detalhes ver. BASADONA.G e SANTARELLI.G: *Ladainhas de nossa senhora*. Loyola, São Paulo, 2000. p46.

Para atividades gerais, é certo que Veloso ainda contava com suporte de escravos, seja para herborização e recolha de amostras minerais ou simplesmente como carregadores e condutores de bestas.

Para tais viagens no interior de Minas, o naturalista recebia uma quantia monetária para suas comedorias e sua equipe, e ainda para arcar com custos com escravos e bestas, no valor de mil e duzentos reis, mais meia pataca para comedoria da equipe, e dependendo do tempo da jornada a Real Fazenda lhe poderia adiantar valor referente a 04 (quatro) meses de jornada (Stellfeld, 1956, p.228).

Os ajudantes foram designados por ordem dos governadores que os deslocaram de suas funções no exército para as atividades junto ao naturalista.

Nesse sentido é de se perceber na documentação, que Veloso de Miranda gozava de boa relação com a administração local que nunca se mostrou adversa a suas atividades, não se envolvendo em nenhuma querela que pudesse prejudicar suas diligências, a propósito do que aconteceu com alguns de seus contemporâneos como José da Silva Feijó⁶⁷ e seus desentendimentos com o Bispo Governador de Cabo Verde, ou, mais tarde, como José Vieira Couto⁶⁸ com o Intendente do distrito Diamantino.

Após breve período de silêncio sobre as atividades de Miranda durante o governo de D. Rodrigo José de Meneses (1780-1783), há novas notícias sobre as atividades científicas na capitania de Minas apenas a partir do mandato de Luis da Cunha Meneses.

Embora o governo de Luis da Cunha Meneses tenha sido lembrado por boa parte da historiografia como o momento conturbado com o início da articulação da Inconfidência Mineira, sendo atribuído a ele um caráter autoritário e despótico, o referido governador, como outros de seus contemporâneos, também teve seu papel na História Natural da Capitania de Minas, utilizando os serviços de naturalistas durante seu governo (1783-1788). Alguns naturalistas ressaltavam o papel do governador e seus esforços para desenvolvimento de atividades científicas na capitania. Simão Pires Sardinha, por exemplo, escrevia;

“Como este Senhor e dotado de uma vasta [danificado], e cheio do mais ardente zelo pela ciências, o que se prova pelas

⁶⁷ Sobre Feijó, ver PEREIRA, Magnus Roberto de M. “Um jovem naturalista num ninho de cobras, a trajetória de João da Silva Feijó em cabo Verde em finais do século XVIII”. In: *História: Questões & Debates*, n. 36, 2002, pp. 29-60.

⁶⁸ Sobre José Vieira Couto, ver SILVA, Clarete Paranhos. “Desvendar o Grande livro da Natureza: as Práticas geocientíficas no Brasil vista por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista Brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade de Campinas, 1999.

rigorosas ordens, que ele tem dado na sua Capitania para que se lhe apresentem diariamente noticias de tudo quanto sucede, e aparece de raro na sua Capitania; para fazer a mais perfeita Geografia, e verídicas historia de um país ainda não conhecido, pois com esta mesma diligencia, durante o seu governo de Goyás fez uma exata Carta Geografica da mesma capitania, e uma perfeita historia, desde a sua fundação até finalizar o seu Governo, no qual teve a felicidade, e gloria de deixar a capitania em paz com os bárbaros Caiapós, Bororós, e outros, que de continuo a envadiam; e reduzir os mesmos a Religião Evangelica, deixando-o em avultadas povoações debaixo do domínio Português” (AHU- cx123, doc. 89)

Cunha Meneses, como outros governadores de outras capitanias do Brasil, se esforçava em enviar a Portugal amostras da História Natural da capitania que administrava. Consonante com as perspectivas e diretrizes da Coroa, o governador, engajou o naturalista Simão Pires Sardinha⁶⁹ no reconhecimento de uma grande ossada encontrada em uma mina em Prados distrito de São João Del Rey.

Em 26 de fevereiro de 1786 Cunha Meneses enviou a Portugal 03 (três) caixões com produtos vindos do distrito Diamantino e acondicionados por Joaquim Veloso de Miranda, e a documentação refere ainda ao envio de grandes “tigres”: um grande tigre Preto, uma onça Pintada e uma de cor amarelada chamada Sucerana, seguindo na mesma remessa um Tamanduá-mirin, e uma pele de cobra Sucuri (AHU-cx 124doc19/APM rolo111).

Em 1787, o referido governador de Minas informava ao secretário Martinho Mello e Castro:

"Em virtude da Ordem de Sua majestade, que recebo pela mão de V. Exa. na data de 31 do mês de Julho de 1785 para fim de encarregar, como encarreguei ao hábil naturalista o Doutor Joaquim Veloso de Miranda de procurar em toda esta capitania todos os gêneros e todas as generalidades de espécies pertencentes à historia natural: Faço a primeira remessa nessa ocasião possível, em três caixotes com o sobrescrito a V.Exa., e de que são chaves inclusas de uma grande parte dos pássaros e mais alguns animais que tem sido possível o dito naturalista adquirir e [ilegível] constantes todos da sua narração e descrição tão bem inclusa.

⁶⁹ Naturalista formado na universidade de Coimbra, no entanto, não há consenso se este se este tenha sido aluno de Domingos Vandelli. Natural do Tejuco, Filho primogênito de Francisca da Silva celebre ex escrava Xica da Silva, “esposa” do contratador de Diamantes João Fernandes de Oliveira. Para mais detalhes. PATAÇA. Ermelinda Moutinho. Terra, *Água e Ar nas Viagens Cientificas Portuguesas (1755-1808)* tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade de Campinas 2006. BOSCHI, Caio. *Exercícios de Pesquisa Histórica*, PUC Minas, Belo Horizonte, 2012

Vila Rica, 07 de junho 1787”

(AHU-doc 126cx48)

Embora já tivesse enviado uma remessa no ano anterior, em 1786, possivelmente de outros naturalistas, o governador informava a D. Martinho, o envio dos primeiros carregamentos com os produtos coletados por Joaquim Veloso de Miranda sob sua ordem, seguida de espécimes, presumivelmente empalhados, juntamente com suas descrições.

Nesse sentido, observa-se que Veloso de Miranda se ocupava não somente de botânica, mas também com gêneros animais a serem enviados a Portugal. E nesse mesmo documento é perceptível o prestígio do naturalista junto às autoridades régias, na pessoa de D. Martinho, que por vezes enviava aos governadores ordens de aproveitar as habilidades de Miranda na recolha dos artigos de História Natural a serem enviados a Portugal.

Vale ressaltar que o destinatário dessas remessas era o Real Gabinete de História Natural no Paço de Ajuda, onde Domingos Vandelli, continuaria o trabalho de Miranda, catalogando e corrigindo sua sistematização inicial, e preparando os resultados tanto para serem publicados quanto expostos no Real Museu.

No ano seguinte, em 17 de fevereiro de 1788, o governador Cunha Meneses mais uma vez escrevia ao secretário informando o envio de uma remessa significativa,

Em quatro caixões cobertos de couro com o seu rotulo a V.Exma faça dirigir ao Rio de Janeiro para ali serem remetidos ao Real Museu na forma da ordem que recebi de V.Exa. para o dito fim, dos produtos naturais que pode adquirir o hábil naturalista o Doutor Joaquim Veloso de Miranda desde a ultima remessa que já fiz dos mesmo produtos, na outra de 07 de julho de 1787 adquiridos pelo mesmo doutor assim como se verifica da inclusa descrição feita por ele mesmo.

Unidos a mesma remessa vão mais vinte e um caixões mais pequenos de um sal que se extraiu uma mina que se encontrou na Serra do Itacambiruna quatro léguas distante do Quartel Geral da Sua Guarnição, na ideia de ser salitre próprio de fazer pólvora; porém como na experiência que mandei fazer do mesmo sal se acha ser ainda que diferente natureza ou serventia, muito mais útil; vão também entre os mesmos caixões alguns que levam a mesma petição quina em bruto e de

onde ele se extrai para o fim de se poder fazer alguma mais exata averiguação.

(AHU-cx128,doc.23/APM rolo114)

Tal documento demonstra que, de maneira geral, Veloso de Miranda buscava em suas jornadas diferentes produtos dos três reinos da natureza que pudessem gerar algum ramo de comércio ou utilidade econômica. No entanto, a Coroa portuguesa possuía interesses específicos como a árvore da Quina, ou novos depósitos de metais e pedras preciosas para exploração, além de referir aos primeiros testes com amostras de salitre do naturalista, tão importante para produção de pólvora.

Ao mesmo tempo em que Veloso de Miranda realizava suas funções com a História natural, José Bintencourt e Sá, José Joaquim da Rocha, e João Álvares Maciel iniciavam em funções de levantamento de informações sobre a Capitania de Minas Gerais.

José Joaquim da Rocha era engenheiro militar e português. Durante sua estada em Minas Gerais, escreveu três importantes *Memórias Históricas* sobre a capitania, e também ficou conhecido por sua produção cartográfica.

A primeira delas, intitulada *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais* (1778-1780), foi dedicada a Dom Rodrigo José de Meneses, novo governador da capitania, recém-empossado em 1780.

A segunda nomeada *Geografia: a descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania das Minas Gerais* (1783) é dedicada ao governador D. Luis da Cunha Meneses.

A terceira *Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*, veio à luz em 1788, é novamente dedicada ao novo governador da capitania, o visconde de Barbacena.

Todas essas memórias são manuscritos e os textos são muito parecidos. Contendo descrições históricas sobre Minas Gerais, reunindo um conjunto notável de documentos, listas de impostos, mapas de população, tábuas de ofícios, folhas de despesa dos ofícios, folhas eclesiásticas, relação de paróquias, entre outros. As informações estavam sistematizadas por vilas e comarcas, permitindo, ao governador recém-chegado, uma visão integral das Minas Gerais, o que em muito facilitaria suas futuras ações.

Sem dúvida uma documentação muito importante para os governadores, como demonstrou Junia Ferreira Furtado (2009) que agradecidos sempre “retribuíam” as “gentilezas” com benesses e mercês, honoríficas ou pecuniárias

Da produção cartográfica de José Joaquim da Rocha, destacam-se cinco, todos datados de 1778. Uma que corresponde a Minas Gerais e quatro outras que tratam cada uma das comarcas de que se compunha a capitania: Rio das Mortes, Sabará (Rio das Velhas), Vila Rica (Ouro Preto) e Serro do Frio⁷⁰.

José Bittencourt e Sá e João Álvares Maciel tinham ligações familiares e se dedicavam à exploração de nitratos na capitania.

Foi neste período que começaram a circular em Vila Rica poemas satíricos que vituperavam o governo de Cunha de Meneses.

De autoria anônima e presumivelmente do ouvidor Thomas Antonio Gonzaga, as *Cartas Chilenas* (1785), satirizavam o governador Meneses, o chamando de Fanfarrão Minésio, não poupando nenhum funcionário consonante com o governo estabelecido.

O próprio Veloso de Miranda é retratado e satirizado pelo árcade⁷¹, a quem chamava de Damião, num jocoso jogo de palavras Dá-me-ão, fazendo troça do naturalista que muito provavelmente exercia suas atividades na perspectiva da recompensa com a criação de possível fábrica de salitre, como se nota no fragmento abaixo.

..Nada lhe importa, nem do mundo sabe,
Ao som do vento, dos trovões e chuva,
Como em noite tranquila, dorme e ronca;
O nosso Damião, enfim, abana
Ao lento fogo com que, sábio, tira
Os úteis sais da terra⁷²...

Tal demonstração do poeta nos faz crer que Veloso de Miranda era próximo de Cunha Meneses e por isso não tenha se envolvido em questões políticas contra o governo estabelecido, afinal era ele que localmente lhe garantia seus serviços, embora estivesse

⁷⁰ FURTADO, Junia Ferreira, “Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais”. in *Anais do Museu Paulista*. v. 17. n.2. jul.-dez. 2009

⁷¹ LAPA, Manuel Rodrigues; *As cartas Chilenas, um problema histórico e Filológico*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1958.

⁷² GONZAGA. Thomas A. *As cartas chilenas, Cia de Bolso*, São Paulo 2006,p.98.

comissionado pela Universidade de Coimbra e recomendado pela Coroa. Alguma querela ou constrangimento com tal autoridade muito o prejudicaria.

Ainda em 1788, mais uma vez escreve Cunha Meneses ao secretário. Desta vez revela certo embaraço e nervosismo,

“Em conformidade da ordem, que V. Exma. Foi servido dirigir-me no aviso de 31 de julho de 1785. Remeto duas caixas de produtos naturais mineralógicos, que pude ajuntar em dois anos; e constam da dita inclusa”.

“A mania universal de todos que passam da Europa para este país, a respeito de ajustarem tudo o que é relativo a Historia Natural, [ilegível] as remessas; não obstante esse embaraço, trabalhei com o maior zelo por satisfazer, como devo, as ordens de V. Exa.”

(AHU-cx 128, doc.60)

De fato, no referido período todos os gêneros de História Natural se tornam objetos procurados e desejados, tanto pelas Coroas dos vários reinos europeus quanto por estudiosos particulares desses reinos, seja pelo seu valor científico como objeto de estudo, ainda pela raridade e exotismo, ou mesmo pelo valor monetário que estes materiais passaram a ter, sendo procurados com o objetivo de compor coleções, Gabinetes e Museus de História Natural.

É provável que tal remessa tenha sido uma das últimas de seu governo, já que no mesmo ano a administração da capitania passaria ao Visconde de Barbacena, o que talvez justifique o nervosismo do governador em vias de deixar o cargo acusado de “descaminhos” pela Coroa.

Como já dito, o novo governador que assumiria o cargo em 1788, Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, Visconde de Barbacena, era conhecido de longa data de Joaquim Veloso de Miranda, pois haviam sido contemporâneos da Universidade de Coimbra e ainda companheiros de jornada nas atividades discentes da referida universidade.

Havia entre Barbacena e Miranda, sem sombra de dúvida, uma amizade longa e duradoura e nesse sentido Veloso só teria a ganhar com a chegada do antigo amigo, seja nos seus afazeres com a História Natural ou na defesa de seus interesses junto a Coroa Portuguesa. No entanto, em Portugal era lançada, neste mesmo ano, os primeiros

resultados das pesquisas de Miranda na obra organizada por Domingos Vandelli intitulada *Florae Luzitanicae et Braziliensis especimen*. Tal obra abalaria significativamente a carreira de ambos os naturalistas, já que dessa publicação resultou querela significativa no interior da Academia de Real Ciências de Lisboa, entre Vandelli e Frei Loureiro evidenciando debates importantes sobre a prática científica naquele momento.

II.2 AS POLÊMICAS FLORES

De retorno à Capitania, Miranda não se descuidou de seus afazeres, sempre enviando listas, desenhos botânicos, animais e minerais que observava na capitania. De tais diligências o único trabalho que parece ter sido publicado por Vandelli foi aquele relacionado à primeira remessa enviada em 1781 pelo governador D. Rodrigo José de Menezes e incorporado ao *Florae Luzitanicae et Braziliensis especimen* em 1788.

Tal obra tem caráter marcante na carreira científica tanto de Domingos Vandelli quanto de Joaquim Veloso de Miranda, dada à polêmica ocorrida na Academia de Ciências de Lisboa onde este último era sócio correspondente e o primeiro membro honorário. Embora muitos autores tenham tratado tal publicação como sendo de autoria exclusiva de Domingos Vandelli, ou ainda sugerindo que este havia de certa forma, “usurpado” Joaquim Veloso de Miranda sua coautoria na obra, tal ideia se mostra infundada.

Vandelli sempre ao tratar das novas espécies que compõe o pequeno volume coloca em cada verbete o sobrenome do naturalista – *VELLOZO* – como era praxe nas descrições Lineanas, embora não coloque ou explicita em sua apresentação a colaboração de Veloso de Miranda.

Além de ser oferecida, já em seu título, ao naturalista sueco Lineu, a obra contava ainda com um apêndice contendo cartas particulares trocadas entre Vandelli e o célebre naturalista, o que pode ser entendido como estratégia de legitimação do conhecimento e mais que isso, uma demonstração de prestígio por parte do Paduano.

No entanto, tal demonstração de prestígio e de conhecimento não era a única a ser refletida naquela publicação, principalmente no tocante à nomenclatura dada as novas plantas exóticas provenientes de Minas Gerais. Tal obra pode ser considerada como exemplo e resultado de uma estratégia bem delimitada no que se refere às relações sociais de ambos os naturalistas e tal estratégia teria riscos consideráveis.

Ao nomear os novos espécimes botânicos, Vandelli e Veloso optaram por homenagear Casas⁷³ e personalidades ilustres de Portugal. Tal opção reflete estratégias sociais muito claras, buscando o naturalista e seu discípulo, maior proximidade com autoridades de Portugal e prestígio com a comunidade científica portuguesa.

Em larga medida, Vandelli homenageou várias famílias ilustres de Portugal, com o objetivo de chamar a atenção desses homens para seu trabalho, afinal desde a queda de Pombal, em 1777, estavam sem patrono ou proteção direta.

Como já observado no *Fasciculum Plantarum*, publicado em 1772, Vandelli usou dessa estratégia para estreitar laços com o Marquês de Pombal nomeando a Ipecacuanha com o nome *Pombalia*; e a Luíz de Sousa Coutinho, governador da Capitania de Mato Grosso com uma *Balsamona pinto*, tal estratégia, anos antes, era certamente um agradecimento à contratação e proteção que estes deveriam lhe proporcionar como patronos.

Com a queda de Pombal, anos depois, ainda ficava gravado, naquela publicação, a homenagem a ele, o que certamente era problemático, pois tal atitude demonstrava que o naturalista havia pertencido ao círculo do Marquês.

Como muito demonstra Antonio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier, nas relações de clientela em Portugal, assim como no restante da Europa moderna, com a queda de um patrono e subida ao poder de rede concorrente, era normal e natural que os clientes dessa rede, também se retirassem no intuito de se preservarem⁷⁴. Assim como outros partidários ligados a Pombal, Vandelli optou por ficar em suas funções sem um patrono direto – o que era problemático – contando com a proteção de algum nobre mais próximo que lhe garantia alguma estabilidade.

Vandelli era, assim como os outros professores Italianos, pertencente a uma categoria de funcionários híbridos sendo considerados fundamentais para continuidades de projetos que estavam em curso como a formação de um novo corpo de funcionários para a burocracia portuguesa e gestão de instituições como os jardins Botânicos de Ajuda e Coimbra e o Real Museu de História Natural.

Com a mudança do cenário político é certo que Vandelli acabou por ficar sem margem de ação política mais efetiva para fazer valer seus interesses.

⁷³ Conceito de Casa, segundo Antonio Manuel Hespanha, está ligado à questões referentes a toda economia de bens simbólicos que uma família pode angariar.

⁷⁴ Xavier/Hespanha, Ângela B. e Antonio Manuel. “As redes clientelares”. in *História de Portugal*. Livro 6. Org Jose Mattoso. Estampa.

Ter relação de proximidade com partidários confessos e públicos de Pombal poderia significar sério alinhamento político e constrangimento com os setores da sociedade portuguesa, antes postos à margem do processo político pelo Marquês que naquele momento retornavam a postos importantes.

Como já demonstrado, Vandelli homenageou no *Fasciculum Plantarum* em 1772, o Marquês de Pombal com a *Pombalia Ipecacuanha*, no decorrer dos anos tal nomenclatura não se sustentou, Lineu e seus discípulos enquadraram tal planta com o novo gênero *Viola*, como se verá mais adiante.

A redefinição do gênero por Lineu pode, de certa forma, ter colaborado com Vandelli que decidiu por publicar a imagem novamente com sua correção, dessa vez sem o nome de *Pombalia* e agora com o nome do gênero, *Viola*.

Ao mesmo tempo Vandelli ao nomear as novas plantas do Brasil, coletadas e enviadas por Joaquim Veloso de Miranda, deu a elas nomes das casas ilustres de Portugal, numa tentativa de conquistar novo patrono o que chamou atenção dos membros da Real Academia de Ciências, em particular de João de Loureiro.

Na tabela abaixo segue os nomes das novas Plantas juntamente com o nome do patrono.

Espécie	Referência à pessoa ou casa ilustre
Vochia	Não Localizado
Urceola	Não Localizado
Biaslia	Não Localizado
Tapanhuacanga	Indígena
Lavradia	Antônio de Almeida Soares Portugal, Marquês de Lavradio
Galvania	Casa dos Condes de Galveas
Fereiria	Vicente Ferrer, membro Academia de Ciências de Lisboa
Barbacenia	Casa dos Visconde de Barbacena*
Quelusia	Palácio de Queluz, provavelmente em Homenagem a Carlota Joaquina, (Vulgar Brinco de Princesa)
Davilla	Visconde de Vila Nova de Cerveira * Tomás Xavier de Lima
Lemia	Reitor da universidade reformada, Francisco de Lemos
Marialva	Casa dos Marqueses de Marialva
Correia	Abade Correia da Serra
Vellosia	Joaquim Veloso de Miranda
Lafoensia	Duque de Lafões
Paliavana	Quinta da Palhavã, Propriedade dos Marqueses de Louriçal e Condes de Ericeira
Cantarenia	Não Localizado
Limia	Casa da Ponte de Lima, Tomás Xavier de Lima*
Mella	Martinho de Melo Castro
Orobanchia	Arraial de Ouro Branco, arraial onde Veloso de Miranda residia
Mendoncia	Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, pessoa * Visconde de Barbacena

Vismia	Gerard de Visme
Balsamona pinto	Luiz Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsamão, governador do Mato grosso
Viola Ipecacuanha	Espécime corrigido

Ao nomear os novos gêneros Vandelli priorizou os membros da Academia das Ciências de Lisboa, boa parte dos nomes são de membros daquela sociedade, como o fundador, Duque de Lafões, o primeiro secretário Visconde de Barbacena, o secretário adjunto Abade Correia da Serra, entre outros membros como Vicente Ferrer.

Com a espécie *Galvania*, Vandelli fazia uma homenagem à casa dos Condes de Galveas, ressalte-se que tal homenagem estava relacionada diretamente a D. Martinho Melo e Castro que embora não tivesse esse título, era neto de D André de Melo e Castro (1668-1753), quarto Conde de Galveas⁷⁵. O mesmo acontece com o gênero *Marialva*, numa menção clara a D. Rodrigo José de Meneses governador de Minas Gerais no ano do envio da remessa que originou tal publicação, seu pai possuía o título de Marquês de Marialva⁷⁶.

Ao que se percebe, os únicos discípulos que Vandelli homenageou ao nomear as novas plantas foram Joaquim Veloso de Miranda e o Visconde de Barbacena, ao contrário do que acredita Pataca (2006), ao atribuir os gêneros *Fereiria* e *Galvania* respectivamente a Alexandre Rodrigues Ferreira e Manoel Galvão da Silva.

Além de homenagear Veloso de Miranda, Vandelli ainda dá a uma planta o nome do local onde o naturalista mineiro residiu boa parte de sua vida, na fazenda do Mau Cabelo no arraial de Ouro Branco com o espécime *Orobanchia*. Tal iniciativa demonstra que Vandelli pretendia incluir o naturalista mineiro em uma nova rede de influências colocando seu nome em evidência na publicação, dando destaque a seu trabalho como autor e Homem de Ciências.

Embora alguns dos nomes que constam na lista não fossem membros da Academia, de alguma forma contribuía para o desenvolvimento científico em Portugal e acima de tudo eram peças importantes no xadrez social de Vandelli. Por exemplo, o futuro Visconde de Balsemão, D. Luiz Pinto Sousa Coutinho, antigo governador da Capitania de Mato Grosso, naquele momento ocupava o Ministério do Comércio

⁷⁵ GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*, Oficinas gráficas, Braga, Portugal 1938, p.138. T.V

⁷⁶ GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*, Oficinas gráficas, Braga, Portugal 1938, p.97. T.XV

Exterior e Guerra, anteriormente ocupado pelo Marquês de Lima e Visconde de Vila Nova de Cerveira, Tomás Xavier de Lima, ambos homenageados por Vandelli com os espécimes, *Balsamona pinto* no caso primeiro, *Davilla* e *Limia* ao segundo, homenageando simultaneamente à pessoa e sua casa.

Tal homenagem sem dúvida era derivada de algumas questões que se ligam à ciência Portuguesa naquele momento e às necessidades de Vandelli. O exército, por exemplo, foi sem dúvida importante no que concerne às viagens Filosóficas e transporte dos gêneros naturais. Como já observou Ângela Domingues (2004), muitos soldados foram deslocados de suas funções para atividades científicas sejam elas em terra ou mar, tornando-se essencial sua colaboração.

No caso de Luíz Pinto Sousa Coutinho, de casa proeminente, já que pouco depois foi agraciado com o título de Visconde, era antigo governador da Capitania de Mato Grosso e com quem Vandelli tinha muita proximidade, chegando a se corresponder diretamente quando Governador (1769-1772). Como já demonstrado, o futuro visconde de Balsemão já tinha sido homenageado na publicação de 1772 no *Fascuculum plantarum*, tal espécime também volta à baila na *Florae Lusitanicae* de 1788, provavelmente no intuito de chamar a atenção de Luis Pinto.

A origem do nome *Balsamona* é advinda de localidade de nome Balsemão, um morgado na região do Minho em Portugal, propriedade da família de Luiz Pinto de Sousa Coutinho como esse narra o então governador a Vandelli em carta enviada da capitania do Mato Grosso em 1771:

"E quando eu chegar a esse Reino, indo de ir a Serra Gerez, na província do Minho, que é a mais abundante de Portugal, em plantas raras, e arvores e jardins; os meus Vales de Balsemão, e Saborbeas também são férteis em plantas, e relvas."

(AHMB-manuscrito CN/B-93)

Vandelli ainda homenageou o Marquês de Lavradio, António de Almeida Soares Portugal, Vice-Rei do Brasil entre 1769 e 1778, com o espécime *Lavradia*.

O Espécime *Paliavana*, faz referência a uma quinta nos arredores de Lisboa na denominada Palhavã, tal propriedade era de Henrique de Meneses, Marquês de Louriçal e Conde de Ericeira, tal personagem teve um papel importante na divulgação e debate do iluminismo em Portugal naquele período e deveria ser próximo de Vandelli. .

No caso do espécime *Vismia*, Vandelli homenageou um importante personagem inglês residente em Portugal, o negociante Gerard de Visme. Gerard era abastado negociante de diamantes do Brasil, bem como de outros negócios que mantinha na Índia, considerado precursor na construção de jardins botânicos particulares em Portugal. Sendo o mais conhecido, o jardim da quinta de Montserrat em Sintra, onde era sua residência, bem como sua coleção de espécimes botânicos.

Dos jardins de Visme, Vandelli ainda chama a atenção em seu pequeno texto sobre a *Utilidade dos Jardins Botânicos*⁷⁷.

'Basta que se saiba que muitas delas[plantas] uteis á economia, ás Artes, e ao comercio se dão felizmente, e que são raríssimas as plantas da America Setentrional, que aqui não se dão bem, e de uma parte delas pode servir de prova o Jardim de Mr. De Visme.'

(Vandelli, 1788, p.297)

Visme mantinha contato com o naturalista inglês Joshep Banks, o qual recebeu em sua casa em Lisboa e de quem teve aulas de História Natural⁷⁸. É muito provável que foi graças a Visme a aproximação de Vandelli com o naturalista Joseph Banks, para quem o naturalista paduano enviou os desenhos das plantas brasileiras feitas por Veloso de Miranda.

Como verificou W. J.Simon (1983) constam no Arquivo Inglês de *Kew Gardens* os originais da *Florae Luzitanae et Braziliensis especimen* que Vandelli enviou ao naturalista Joseph Banks.

Em consulta a tal manuscrito⁷⁹ e suas figuras, constata-se que somente parte das imagens enviadas por Veloso de Miranda foram publicadas em 1788, faltando na referida publicação as plantas *Amomum*, *Portlandia* e *Cardiospermum*, e que duas outras plantas tiveram seu nome alterado no caso a *Biaslia* e a *Lavradia* constando nos referidos desenhos originais, respectivamente como *Calissia* e *Fransinia*.

⁷⁷VANDELLI, Domingos. *Diccionario dos termos technicos de Historia Natural, extrahidos das obras de Linneo, e a memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos*. Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788.

⁷⁸ Para Maiores Informações sobre Gerard de Visme ver: LUCKHURST, Gerald. Gerard de Visme: The introduction landscape garden to Portugal (1782-1793)" In. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. N 20. Lisboa, 2011. Disponível em <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/6945/1/REAP20.pdf>>. Acesso em (13/01/2012).

⁷⁹ Sobre as referidas imagens, gostaria de agradecer à Professora Doutora Lorelai Kury, que de forma muito gentil cedeu as imagens para análise, proporcionando a consulta que de outra forma seria inviável. Muito Obrigado!

A princípio a planta com nome *Fransinia* era sem dúvida uma homenagem a Michelle Franzini, professor de Matemática na Universidade de Coimbra.

Tal iniciativa de Vandelli deve ser observada com maior atenção, pois esta decisão nos faz crer que o naturalista dava prioridade em homenagear os nobres portugueses ligados ao campo científico em detrimento de alguns alunos e companheiros de “profissão”, visando uma melhor articulação no universo político tanto da Academia de Real Ciências de Lisboa como no Reino.

Como visto até aqui a *Florae Luzitanicae et Brasiliensis especimen* possuía várias condições sociais para ter grande aceitação, além de render aos seus autores um maior prestígio da congregação da Academia, além da proteção dos ilustres de Portugal. No entanto, não se pode esquecer o contexto político no qual Portugal estava imerso no referido período: a nomeação ao cargo de Secretário da Marinha e Ultramar de D. Martinho de Melo Castro que significava uma “conciliação” no interior da elite portuguesa entre partidários de Pombal e entre aqueles que se viram perseguidos e colocados à margem durante o consulado do Marquês, embora também significasse continuidade das reformas iniciadas por Pombal.

De certa forma essa reconciliação se mostrava aparente e acabava por ser evidenciada em locais de convergência destas correntes políticas, onde normalmente os grupos se encontravam.

Vandelli se mudou para Portugal a convite do próprio Marquês, a quem por obrigação tinha dívida moral. Nesse sentido não é de se espantar que este pudesse sofrer algumas admoestações advindas de setores contrários à reforma Pombalina.

Como dito anteriormente, Vandelli ao publicar a *Florae Luzitanicae*, adicionou a ela as cartas que trocava com Lineu, em que além de demonstrar as discussões sobre História Natural, sobretudo a botânica, também se referiam aos esforços do Marquês de Pombal, louvando o Sueco o período que se inaugurava naquele momento em Portugal, o “afastamento das trevas” e o “florescer da História Natural”.

Tal atitude de Vandelli é politicamente problemática. Pombal já estava afastado da política, um elogio que deveria ter permanecido no foro privado acabou por vir a público em momento delicado, já que os perseguidos pelo Marquês estavam novamente no cenário político, e poderia acabar por reacender querelas antigas, como no caso dos oratorianos adeptos da experimentação e observação contra os escolásticos Jesuítas.

O que, de fato veio a ocorrer. O recém-admitido sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa, Frei João de Loureiro acusou Vandelli de adulator e de falta de rigor científico.

Nesse sentido, é importante observar o personagem que acusa o naturalista paduano, no caso o ex-Jesuíta João de Loureiro. Como já demonstrado os jesuítas haviam sido expulsos de Portugal há poucos anos, embora ex professo, certamente sua atuação como membro da Companhia era algo relevante. Loureiro era botânico de renome internacional e também próximo de alguns políticos ilustrados de Portugal, sua indicação na Academia de Ciências de Lisboa foi via Luiz Pinto de Souza Coutinho como demonstra carta do Visconde de Barbacena a Vandelli.

*“Chegou a Portugal um Ex Jesuíta português da Conchinchina chamado Frei Loureiro, que a Academia já tinha há muitos meses eleito membro correspondente(...) Dizem-me que é grande Botânico e muito observador, e por tal tinha sido lembrado e recomendado pelo Balsemão, que nos deu a conhecer.”*⁸⁰ (Apud: Brigola 2003)

É importante perceber a participação de Loureiro no círculo de Balsemão, do qual Vandelli também fazia parte.

Outro ponto importante e que deve ser levado em consideração é a localização das reuniões da Academia das Ciências naquele período: na Casa das Necessidades, colégio dos Oratorianos e antigos contendores dos jesuítas durante o século XVIII no que se refere à metodologia de ensino, além de alguns de seus membros como João Faustino e Teodoro de Almeida serem da referida ordem, portanto como já demonstrado no primeiro capítulo, ambiente naturalmente hostil ao Frei Loureiro.

Não é de se estranhar também, que houvesse por parte dos setores ditos “conservadores” de Portugal o desejo de retirar de vários cargos aqueles que ainda restassem do consulado Pombalino e nesse caso Vandelli era um desses poucos indivíduos.

As obras de João de Loureiro, *Florae Cochinchinensis* e de Domingos Vandelli com os resultados de Miranda foram publicadas no mesmo ano de 1788, a primeira sob os auspícios da já Real Academia das Ciências e a outra pela Universidade de Coimbra. Neste mesmo ano deu-se a denúncia de Frei João de Loureiro contra Vandelli de adulator e de falta de rigor científico.

Na obra do jesuíta, não há indícios de nomes que possam ser considerados em homenagem a pessoas ou Casas ilustres de Portugal, o que também poderia ser

⁸⁰ BRIGOLA, João Carlos. “Viagens Ciências e administração no Brasil Colonial- os gabinetes de historia natural de Luiz Pinto de Balsemão, de Luiz de Vasconcelos e Sousa e Luís de Albuquerque e Cáceres.” In *Coleção, Gabinetes e museus em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Fundação para Ciência e Tecnologia/ Fundação Coloute Gulbekian 2003.

problemático, pois tal iniciativa poderia ser interpretada como ingratidão, em não homenagear ninguém ligado à Coroa ou patrono das Ciências de Portugal.

Não há dúvida de que Vandelli e Veloso de Miranda utilizaram tal nomenclatura dos vegetais como dispositivo social, não se utilizando dos preceitos que naquele momento começavam a vigorar, em se basear o nome da planta a sua morfologia, cor e formato. Conhecedor desta estratégia, o ex-jesuíta pode ter se ressentido com as afirmativas que constam nas cartas de Lineu à Vandelli ou ainda se intimidado com a proximidade do professor com as autoridades, optando assim em expor a estratégia alheia no intuito de se livrar de possíveis constrangimentos ou acusação de ingratidão para com os patronos da Ciência Portuguesa. Podendo ainda Loureiro conquistar a confiança de indivíduos que possivelmente nutriam certa aversão a Vandelli e às transformações que ele sem dúvida representava.

Embora esse tipo de homenagem fosse recorrente, sua exposição de forma pejorativa gerava constrangimento da parte do homenageado, patrono da área, tanto ao cliente, àquele que decidiu por fazê-la.

De tal querela não se tem muitos documentos, no entanto o mais importante e mais citado é um documento anônimo, por certo parte de um memorando ou ata da Real Academia das Ciências de Lisboa, com o título *Notas sobre Fasciculum Plantarum Brasiliium*. Embora o título do documento não coincida com a obra publicada, todas as plantas citadas constam da obra publicada em 1788. Em trabalho recente sobre as viagens filosóficas no interior do Brasil, Ermelinda Moutinho Pataca (2006) questiona se Vandelli estaria preparando outra publicação sobre a flora brasileira.

Creio que se fosse o caso de uma nova publicação, muito provavelmente surgiriam mais nomes e outras ponderações. Embora o documento seja apenas um fragmento, possivelmente de um processo mais longo, acredita-se que tal discussão se deu exclusivamente pela *Florae Lusitanicae et Braziliense specimen*, demonstrando que a Academia deliberou a favor de Loureiro.

“Tendose lido em hua assemblea da Academia este Fasciculus Plantarum Brasiliensium do S.or Vellozo, se notou, q aos novos generos desta estimavel collecção botanica se tinham posto pella maior parte os nomes das familias Illustres de Portugal, sem motivo, ou fundam.to algu Botanico: e q isto em outras Nações poderia ser julgado por adulação. A mim pareceome, q os nomes Bragantia, Barbacenia, e Correana se podião conservar sem aquelle receio, pello motivo, q em seo lugar se declara. Todos os

outros em q não milita semelhante razão (ou eu a ignoro) vão trocados como melhor me occorreo. O S.or Vandelli poderá conservallos ou mudallos, conforme julgar: e assim tambem as notas, q sendo mandado foi sobre a ditta collecção de plantas: o q.tudo sugeito ingenuam.te a sua correcção e da Academia⁸¹”.

Os nomes listados a serem trocados por Vandelli eram: *Galvanea, Fereirea, Barbacenea, Queluzia, Correia, Vellozia, Lafoensia, Barbacenia, Davillia, Lemia, Marialva, paliavana, Contarenia e Mendoncia.*

Ainda de forma enérgica, Loureiro escrevia que sendo parte da obra de autoria de Veloso de Miranda nenhuma planta deveria ter o nome de seu autor, frisando que “*saindo a luz estas plantas em nome do Sr. Veloso, é contra os princípios da ética, que ele ponha o seu nome a alguma delas⁸²”.*

Durante boa parte do período moderno os homens de ciências homenageavam seus patronos, mestres ou outros ilustres ligados, de alguma forma ao campo científico, lhes dedicando suas obras. Galileu, por exemplo, batizou uma de suas descobertas, no caso os 04 (quatro) satélites de Júpiter, em estrela de Médici, homenagem explícita à prestigiada família italiana que o patrocinava (BLAGIOLI, 2003, p.27).

Diante do exposto, a atividade científica pode ser considerada como um dispositivo social, cumprindo muitas vezes funções locais de manutenção de laços sociais e reconhecimento de relações de proteção, subordinação e homenagem.

Como demonstra Lorelai Kury (2004), a história natural estava em vias de se constituir como um campo autônomo e autojustificado durante esse processo de afirmação, que só se estabilizaria em meados do século XIX. Foi comum que naturalistas não se restringissem ao exercício de funções propriamente filosóficas sendo aproveitados em cargos administrativos ou honoríficos e, para tal, a manutenção de laços sociais com figuras de proa da alta administração eram essenciais para conquista de cargos e patrocínio para as atividades científicas.

Assim como explica Dorinda Outram (1980) o campo científico em vias de se consolidar como campo autojustificado não garantia àquele que se dedicava a essa função a continuidade de suas pesquisas nem que estes homens de ciências

⁸¹ IN: “Notas sobre as Fasciculus das plantas do Brasil de Joaquim Velloso de Miranda”, de autoria do Padre João de Loureiro. Biblioteca do Muséum d’Histoire Naturelle, Paris. Mss. 2445. Apud: SIMON (1983: 113)

⁸² IN: “Notas sobre as Fasciculus das plantas do Brasil de Joaquim Velloso de Miranda”, de autoria do Padre João de Loureiro. Biblioteca do Muséum d’Histoire Naturelle, Paris. Mss. 2445. Apud: SIMON (1983: 113)

sobreviveriam de suas atividades científicas. Portanto, as relações de clientela e patronato eram para o naturalista uma forma de garantir sua colocação em funções que viabilizassem suas atividades, enfatizando que o reconhecimento público dos patronos constituía como uma forma de agradecimento pela posição alcançada ou almejada.

Muitos naturalistas usaram de seu ofício como dispositivo social, como é o caso de Arruda da Câmara que usava os procedimentos científicos como forma de ativar sua rede de inserção política. Segundo Kury (2004), nos poucos manuscritos do naturalista, consta um caderno com desenhos e folhas coladas e em suas descrições dos vegetais que por vezes homenageia personagens importantes da elite administrativa do império luso, como “*Azeredea pernambucana*”, um algodoeiro bravo, em homenagem a Azeredo Coutinho.

Mesmo depois do ocorrido, muitos naturalistas continuaram a nomear gêneros da natureza e até regiões geográficas em homenagem aos patronos das viagens científicas. Por exemplo, em 1800, José Vieira Couto na viagem que fez a região do Abaeté e rio São Francisco nomeou tal local como Nova Lorena Diamantina⁸³ em homenagem a Bernardo Jose de Lorena, e em região próxima onde se encontrava o Monte Rorigo em homenagem ao secretário Rodrigo Souza Coutinho, o que não gerou grandes constrangimentos nem grandes discussões, a constatação vem da leitura da dedicatória das *Memórias sobre as Salitreiras Naturais do Monte Rorigo* publicado em 1803, em que de forma aguda⁸⁴ agradece D. Rodrigo;

"MAS EXCELENTISSOMO SENHOR! pelo que toca o nome destes aprazíveis, e até hoje inominados Montes que deram sujeito a elas ...não praza aos céus que ofenda eu a filosofia, modéstia V. EXCELENCIA! Monte Rorigo é uma cordilheira de formosos montes, e uma daquelas, que por ventura o tempo nunca aplainara, e tirara do numero das montanhas; encerra em si tesouro de apreço; e tesouro que faz hoje a principal defesa, e padrao dos impérios⁸⁵; monte Rorigo seja em boa hora, e com fausto agouro!"

⁸³MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tejuco – Cidade Dimantina*, Editora Itatiaia, 1980, Belo Horizonte. P 208.

⁸⁴ O conceito de agudo segundo João Adolfo Hansen é uma técnica retórica em estabelecer semelhanças entre coisas e seres absolutamente dispares, no caso Vieira Couto compara d. Rodrigo a Montanha. Mais detalhes ver: HANSEN, João Adolfo. Retórica da agudeza. In *Letras Clássicas*, N4. p.317-342. 2000. Disponível em <<http://www.revistas.fflch.usp.br/letrasclassicas/article/view/659>>. Acesso em (13/02/2013).

⁸⁵ O Império que o autor se refere por certo é o Napoleônico do qual Portugal se defendia, sendo D. Rodrigo o seu padrao.

Um ponto que nos chama a atenção é o silêncio por parte dos homenageados em relação à obra, não intervindo a favor de Vandelli e Veloso de Miranda, já que a acusação de adulação parece ter sido bem maior que a dita falta de rigor científico. O que revela que sem sobra de dúvida, que alguma movimentação política ocorria na Academia de Ciências de Lisboa, haja vista que em 1785 seu fundador o duque de Lafões retirou da entidade os fundos que havia doado e um ano depois o abade Correia da Serra deixava Portugal em direção à França só retornando de lá 05 (cinco) anos depois.

É deste período também o momento em que a Academia ganha seu Caráter Real, ou seja, a Coroa concedeu rendimentos dado a sua utilidade pública, o que indica mais uma vez que a referida instituição ganhava uma importância política significativa.

Dorinda Outram (1980) demonstrou a influência política nas Academias francesas após 1798, quando, segundo a autora, no período napoleônico o *Institut* de Paris passou por serias atribulações políticas, derivadas do patrocínio e interesses do Estado, onde muitos dos seus membros se envolveram em brigas prejudicando a autonomia da instituição⁸⁶.

Diante do exposto, é possível crer que a Academia de Ciências de Lisboa passasse por situação semelhante quando foi agraciada com o título Real.

Não há dúvida que o incidente com Loureiro tenha desgastado a imagem de Vandelli, principalmente quando a querela ganha o conhecimento “popular” com a publicação do artigo do médico naturalista Manuel Henriques de Paiva no *Jornal Enciclopédico* de Julho 1788⁸⁷, que atribuía ao professor paduano incompetência e falta de rigor científico no mesmo sentido do jesuíta. Ou ainda em 1797 no primeiro tomo da publicação das *Memórias da Academia de Real Ciências de Lisboa*, onde consta um trabalho de Vandelli indicando os trabalhos de Veloso de Miranda e as referidas Flores, além de um pequeno texto sobre um Vulcão, de autoria de José Alves Maciel.

Em tal publicação percebe-se que a princípio foram impressas pranchas com flores, no entanto, ao encadernar a obra, a academia, provavelmente, decidiu suprimi-las, já que a numeração pula da página 37 para 40, ou ainda, que as referidas páginas foram

⁸⁶ OUTRAM, Dorinda. “Politics and Vocation: French Science, 1793-1830”. In *The British Journal for the History of Science*, Vol. 13, No. 1 (Mar., 1980), pp. 27-43 Cambridge University Press. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/4026118>>. Acesso em (05/01/2012).

⁸⁷ PAIVA, Manuel Henriques de. Uma Critica a Florae Luzitanicae. In *Jornal Enciclopédico*, Coimbra, 1788.

arrancadas, o que pode demonstrar o problema sobre tais plantas mesmo depois de quase 10 (dez) anos do ocorrido⁸⁸.

No tocante à dita falta de rigor científico certamente se refere à questão da *Ipecacuanna*. Como já demonstrado Vandelli nomeou uma como *Pombalia Ipecacuanha*, em 1772, acreditando criar um novo gênero ou espécime.

A *Ipecauanha* tinha um valor comercial significativo, sua raiz, a *Ipeca*, era usada nas boticas dada a sua capacidade emética, ou seja, capaz de produzir vômito, estando de acordo com a terapêutica da época que privilegiava, purgas, sangrias e vomitórios.

Como explica o Dr. Jose Carlos Lopes (1879), a *ipecacuanha* era gênero polêmico. Foram os naturalistas Piso e Marcgraf que, em 1646, em sua obra, *Historia Naturalis Brasiliae*, publicaram a primeira descrição da Ipecauanha, sendo sua descrição e desenho muito imperfeito, o que levou muitos estudiosos a atribuir à outras plantas como sendo aquela descrita⁸⁹.

Segundo Lopes, o naturalista inglês Jhon Ray, a planta fornecedora da *Ipeca* era do gênero *Paris* e da família das *Aspargineas* e outros estudiosos como Morison e Plucknet, afirmavam que a *Ipeca* era fornecida por uma espécie de *Madressilva*⁹⁰.

Ainda segundo Lopes, Lineu partilhava da opinião de Morison, no entanto mais tarde atribuiu à *ipeca* como advinda do gênero *Viola*⁹¹.

Dessa diversidade de opiniões resultou a confusão, e, como consequência, o de dar a denominação de *ipecacuanha* a todas as raízes, que possuíam em maior ou menor grau a propriedade emética, apresentando cada país a sua espécie particular de *ipecacuanha*.

A confusão sobre a *Ipecacuanha* não foi exclusiva de Vandelli. O que pode ter reforçado o argumento de Loureiro pode ter sido o fato do naturalista paduano não citar os escritos de Piso e nem de outros autores como Jhon Ray ou ainda outros que estudaram o gênero e o espécime da *Ipeca*.

De maneira geral as acusações de Loureiro, embora acatada pela Real Academia de Ciências se mostram frágeis. Vandelli agiu de acordo com o costume no que concerne à nomenclatura das espécimes do Brasil, dando a elas os nomes de nobres ligados ao campo científico ou àqueles que colaboravam com o campo de maneira geral, embora

⁸⁸.Memórias da Real academia de Ciências de Lisboa Tomo I Disponível em <<http://www.archive.org/stream/memoriasdaacade00lisbgoog#page/n48/mode/2up>>. Acesso em (12/03/2012).

⁸⁹ LOPES, José Carlos. *A Ipecauanha acções Physiologica e applicações Therapeuticas*, Porto, Tipografia ocidental, 1879.

⁹⁰ LOPES, José Carlos...p.9-10

⁹¹ Tal constatação foi trabalho exclusivamente de Lineu, seu discípulo Daniel Wickman em 1774 publicou *Dissertatio Medica de Viola Ipecacuanha*, descrição e a justificativa para o gênero *Viola*.

naquele momento constituía-se um novo *ethos* na prática da sistematização botânica e de homens de ciências, tentando criar validações internas dentro da República das Letras, que muito provavelmente o paduano não acompanhou.

Resta-nos o motivo político, se tratando da denúncia de um revide de antigas polêmicas e querelas, de correntes de visões de mundo diferentes, como aquelas ocorridas algumas décadas antes entre oratorianos e jesuítas, o que se torna absolutamente irônico. Anteriormente os Jesuítas eram tidos como obscuros e adeptos de uma metodologia que levava à ignorância e ao atraso, no presente caso Frei Loureiro, ex-jesuíta, volta a Portugal cientificamente “mais aprimorado” em sua metodologia do que Vandelli tido até aquele momento, como um dos propulsores das novas ciências em Portugal.

A partir deste episódio, crê-se que o prestígio tanto de Vandelli como de Veloso de Miranda passou a se desgastar tanto com seus pares quanto com círculos da nobreza portuguesa e piorando à medida que as críticas do paduano privilegiavam alguns membros do governo que compunham o Ministério. Como muito bem demonstra Jobim (1988), nas instruções ao príncipe D. João, Vandelli afirma que todos os ministros de Portugal, com exceção de D. Rodrigo, deveriam ser demitidos, no intuito de se combater o jacobinismo que corrompia a administração portuguesa.

Como se percebe, Vandelli continuou próximo do Príncipe D. João, embora seu prestígio estivesse em colapso com o restante da nobreza portuguesa, ainda se manteve como conselheiro pessoal do infante português por certo tempo.

Em 20 de janeiro de 1789, Vandelli é nomeado deputado da Real Junta de Comércio e suspenso de parte de suas aulas na Universidade de Coimbra, ficando apenas responsável pelas aulas no laboratório de química e na maiorias das vezes, era substituído em suas aulas.

No que se refere à publicação, Vandelli assumiu sozinho a autoria e a responsabilidade pela nomenclatura dos novos espécimes, livrando Veloso de Miranda de qualquer responsabilidade ou constrangimento que dela pudesse resultar.

Tendo em mente esse prestígio em declínio, é que se deve observar a ligação entre Vandelli e Veloso de Miranda, a partir de 1788, nesta sociedade onde as relações clientelares criavam obrigações morais entre os membros de uma mesma corrente. No caso, o elo que ligava Veloso à administração central era Vandelli, que paulatinamente vai perdendo espaço nos círculos científicos, que também eram compostos pelos

mesmos nobres que deliberaram “contra” sua obra e a quem mais tarde criticaria em alguns de seus escritos⁹².

Como já visto, Vandelli era decisivo nas observações de Veloso de Miranda, portanto à medida que este vai caindo no desprestígio, automaticamente muitas questões que envolvem Veloso de Miranda poderiam ser dificilmente dirimidas, afinal o nome de ambos está intimamente ligado pela *Florae Luzitanicae et Brasiliensis especimen* e muito provavelmente tal aliança, mesmo que de amizade ou na busca por novos patronos, não deveriam vir a público novamente em novas publicações.

A partir do que foi exposto nesse capítulo, veremos as estratégias do naturalista na colônia e sua articulação com um amigo de longa data – o Visconde de Barbacena – que, ao contrário do que é colocado pela historiografia, se mostra favorável a Veloso de Miranda.

E mais tarde, as diligências do naturalista em torno de interesses específicos da Coroa Portuguesa acabaram conquistando, mesmo que a distância, o apreço por parte de D. Rodrigo Sousa Coutinho.

II.3 GOVERNADOR, AMIGO E PROTETOR

A chegada do Visconde de Barbacena para o cargo de Governador da Capitania foi algo relevante na trajetória de Joaquim Veloso de Miranda, ambos já eram mais que conhecidos da Universidade de Coimbra, onde estudaram juntos, é de crer que essa amizade lá tenha se iniciado. Ser amigo próximo do governador naquele período era sem dúvida ter uma proteção importante tanto local quanto junto à Coroa Portuguesa.

A amizade durante o período moderno, compreendida em sentido aristotélico, era dividida em três tipos: da *virtude* simples onde ela se encerra em si mesma; a amizade *útil*, que segundo Aristóteles, visa apenas benesses e vantagens; e uma terceira ligada ao prazer, e todas incorrem em obrigações sociais muito bem delimitadas⁹³.

No que se refere ao antigo regime a mais estudada como fenômeno social é a útil, como demonstrado no primeiro capítulo. Antonio Manuel Hespanha, Ângela Barreto Xavier e

⁹² Em seus textos enviados ao príncipe regente que lhe solicitava opiniões sobre o quadro político e econômico de Portugal, Vandelli tecia críticas ferinas aos ministros que outrora homenageou, como por exemplo, o Marquês de Balsemeão. Segundo o paduano somente D. Rodrigo era digno de seu posto devendo ser conservado e todos os outros demitidos. JOBIM, Leopoldo Collor. “Domingos Vandelli e a revolução Francesa”. In *Historia das Ideias*, vol. 10. 1988..

⁹³ PICHLER. Nadir Antonio, *Ágora Filosófica*, ano 4, n2, Jul/Dez 2004 p193-207

Mario Biagioli inovaram na interpretação observando que os atores sociais se aproximam dos indivíduos visando obter benesses e que tal forma de amizade consubstancia-se em estratégia político-social duradoura e acabam por ligar indivíduos socialmente diferentes.

Acredito que a amizade de Veloso de Miranda e Barbacena pode ser considerada como amizade entre diferentes em seu sentido social: um era nobre e representante da Coroa, e em si já possuía o Dom⁹⁴ e a Graça⁹⁵, ou seja, era pessoa que poderia distribuir benesse e ou fazer com que ela fosse alcançada junto ao soberano, magnânimo por excelência.

Miranda, embora potentado local abastado, não possuía nobreza, e para a execução de suas tarefas e demais demandas junto à Coroa, necessitava de alguém de elevado prestígio social para dirimir questões pessoais junto à corte. Nesse caso a amizade de Veloso de Miranda e Barbacena pode ser considerada como virtuosa e útil. As obrigações sociais que cerceavam as amizades desiguais incorria que a parte melhor apetejada protegesse e zelasse pela parte em desvantagem. Nesse sentido Barbacena é automaticamente protetor de Veloso de Miranda abonando seu trabalho e tentando dirimir seus problemas com as autoridades superiores, já que inicialmente sua principal ligação com a Coroa Portuguesa era via Domingos Vandelli, que naquele período, caía em “desgraça” junto à nobreza e à comunidade científica.

Ainda com prestígio intacto e boa reputação junto ao secretário de Estado, em fevereiro de 1788, escrevia D. Martinho ao Governador Barbacena:

"Por diferentes vezes se tem recomendado aos predecessores de V. Sa. a remessa de das produções naturais da capitania de Minas, que são próprias para o real Gabinete de historia Natural, e sendo muitas as ditas produções, em tudo semelhante às que se acham nas outras capitancias do Brasil, das quais o Real Museu esta bastantemente provido, recomendei somente a V. As. a indagação, e remessa daquelas coisas mais próprios, e particulares à mesma capitania, e se não acham ordinariamente nas outras partes do Brasil, como são pedras com ouro que se extraem das minas e toda outra sorte de pedras preciosas, não só diamantes, mas também de outras cores, matizes todas, águas marinhas, pingos de água, topázios, e cristais principalmente sendo grandes, e tudo o mais pertencente à mineralogia, de que o

⁹⁴ Ato deliberado de dar, in Xavier e Hespanha, Relações Clientelares , in Historia de Portugal, Livro 4, org, José Mattoso.

⁹⁵ Liberdade de dar, presentear, mas também de receber e restituir; Xavier e Hespanha, ” Relações Clientelares” ,In Historia de Portugal, Livro 4, Dir, José Mattoso. Editora Estampa. 1992.p 340

Museu esta muito falto devendo ser o mais abundante e só poderá enriquecer com as riquezas que V. Sa. A respeito dos objetos de historia natural, será muito conveniente que V. Sa. Se aproveite dos conhecimento do doutor Veloso, o qual fez ultimamente uma remessa para o Museu perfeitamente bem separada e com excelente escolha, o que V. Sa. lhe agradecerá muito particularmente da minha parte, segundo-o ao mesmo tempo, que não sendo ignoradas por sua majestade as sua boas qualidades.

Lisboa, 4 de fevereiro de 1788.

Matinho de Melo e Castro

(AHU-codice 610,fl.162-163)

Além de muito recomendar o naturalista ao governador, Melo e Castro ordena que Barbacena oriente o naturalista sobre as amostras minerais, demonstrando que embora as remessas fossem sempre de boa qualidade, faltava ainda maior número de amostras minerais da capitania, o que demonstra que o secretário acompanhava o que era enviado a Lisboa bem como sua qualidade e os avanços da História Natural promovida por esses funcionários.

Como já demonstrado no capítulo anterior, foi no decorrer do ano de 1788 que se deu a querela entre o ex-Jesuíta João de Loureiro e Domingos Vandelli na Academia de Real Ciências de Lisboa, o que comprometeu seriamente seu prestígio de Miranda na metrópole, principalmente com o secretário de Estado D.Martinho, que em certa medida era próximo dos jesuítas. Como demonstra Virginia Trindade (1998), o secretário teve toda sua formação influenciada por esses, tanto no colégio da Purificação quanto na Universidade de Coimbra, a quem sempre o recomendavam como jovem promissor e “(...) *menino-isac dos Padres da Companhia, que o cumulavam de honrarias e distinções, chegando a ser escolhido várias vezes para as disputas que, por então, Jesuítas e Padres do Oratório mantinham*”⁹⁶. (op. Amado, 1985, p. 141)

Portanto, uma querela entre um Jesuíta e um partidário de Pombal, na Real Academia de Ciências, certamente chegou aos ouvidos do secretário, e a partir desse momento se mostrou mais prudente com relação às atividades de Vandelli e Veloso de Miranda. Embora quem tenha sofrido as maiores sanções foi o professor paduano, as atividades de Miranda não sofreram grandes alterações na colônia. É certo que o prestígio do

⁹⁶ VALADARES, Virginia Maria Trindade, “Trajetória e do Estadista Martinho Melo e Castro”. In Cadernos de História, Belo Horizonte, V.3 N.4,p.36-46, outubro de 1998 ,

naturalista com o secretário tenha ficado comprometido justificando algumas dificuldades enfrentadas por Veloso de Miranda a partir daquele momento.

Chegando à capitania em momento conturbado, dado as agitações políticas, primeiro pela derrama que deveria ser decretada – pois, com o acentuado declínio da mineração naquele período, as 100 (cem) arrobas de ouro a serem enviadas a Portugal deixaram de ser anualmente completadas, o que obrigava a Coroa decretar o confisco e execução de dívidas ativas junto a Real fazenda para que se completasse as referidas arrobas. E segundo, pela articulação de levante por parte da sociedade letrada de Minas Gerais, entre eles administradores ligados à Coroa Portuguesa – clérigos, militares e profissionais liberais de renome – passaram a se reunir e planejar uma tentativa de independência da região mineradora, e evitar que Derrama fosse executada.

Com forte influência das luzes francesas, o movimento articulado pela elite levava em conta as informações da capitania que eram colhidas e sistematizadas naquele momento – como sua geografia física e populacional, recursos naturais como salitre para fabricação de pólvora – o grupo se reunia e planejava o levante após o decreto da Derrama, quando então o governador seria morto e decretada a independência da capitania. Esse movimento como se sabe, não logrou êxito, dada a denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, levando o governador Barbacena a desmantelar a sedição e prender os vários envolvidos.

‘ Com o desmantelamento da Inconfidência Mineira, Barbacena, muito provavelmente, no primeiro momento, ocupou-se mais em resolver as desordens políticas aplacando a sedição, o que pode justificar o silêncio de dois anos sobre as atividades de Miranda na capitania.

Como já dito, em tal movimento evidenciaram-se as orientações de muitos eruditos “brasileiros” em relação aos ideais iluministas Franceses, muitos homens ilustrados foram presos ou indiciados, alguns desses como Simão Pires Sardinha, José de Sá Bittencourt e José Álvares Maciel eram naturalistas.

Veloso passou ileso de qualquer acusação de sedição, ressalte-se que José de Sá Bittencourt era hóspede de Miranda no ato de sua prisão em 26 de dezembro de 1788⁹⁷, e provavelmente falassem sobre a obtenção de nitro artificial, importante sal para a fabricação de pólvora e, portanto importante para o sucesso da sedição.

⁹⁷ TARQUINIO, J.B., *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.V.9, p.403-404.

Ao contrário, por exemplo, do que aconteceu com o engenheiro Militar José Joaquim da Rocha acusado de ligação e colaboração com o Alferes Joaquim José da Silva Xavier no que se refere a cartas geográficas e de população que seriam importantes para o motim⁹⁸, sendo arrolado e indiciado como suspeito. Muito provavelmente, se o governador não fosse seu amigo de longa data, Veloso de Miranda também poderia ter sido arrolado ou indiciado pelo fato de hospedar um inconfidente, já que qualquer simples conhecimento de um movimento sedicioso era considerado crime de inconfidência.

Percebe-se nesse momento a chegada em Vila Rica de antigo aliado de Miranda, na pessoa do novo Governador Visconde de Barbacena, amigos nas atividades discentes da Universidade nas viagens Filosóficas pelas serras do Buçaco e Gêses, que o admitiu como membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, em 1780. E no mesmo ano possibilitou o primeiro contato com o novo governador de Minas em sua chegada ao Brasil, e naquele momento crucial, muito provavelmente resolveu este constrangimento do hóspede inconfidente sem chamar atenção.

Embora a documentação referente às atividades de Veloso seja quase escassa, a que se analisou, dá informações importantes sobre suas atividades científicas. A primeira remessa importante de ouro, a ser trocado por moedas e também por gêneros de História Natural, é datada de 12 de junho de 1790 – mais de dois anos depois da posse de Barbacena – como informava ao Vice-Rei:

"Pelo mesmo Furriel remeto cinco caixas que levam várias produções de historia natural para serem enviadas à Corte pelo expediente da Secretaria de Estado desta repartição, e como entre elas vai uma com plantas vivas, peço a V.Exa que se sirva mandar recomendar bom tratamento delas, e que faça toda a diligência que puder concorrer para que cheguem bem da mesma forma ao seu destino. A bolsa inclusa com esta carta contém o ofício e catálogos correspondentes, e por isso deve acompanhar a dita remessa, que espero V.Exa tenha a bondade de ordenar pela fragata, ou pelo primeiro navio que sair deste porto... "

(ANRJ-Codice 97, doc.27)

⁹⁸ FURTADO, Junia Ferreira, "Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais". in Anais do Museu Paulista. v. 17. n.2. jul.-dez. 2009

Outro documento importante e que muito revela sobre as atividades e algumas questões, que muitas vezes acabam passando de forma despercebida, de Veloso de Miranda, no referido período, seguia junto a este comboio.

No documento, que a partir de agora se faz análise, mostra-se crucial dada a sua natureza absolutamente diferente do restante da massa documental analisada, sendo pertinente a análise em partes devido ao grande número de informações que este apresenta.

Ao escrever uma missiva, Barbacena mostra intrincada estratégia ao abordar D. Martinho. As correspondências dos demais governadores, em larga medida, apenas informam, dão conta, ou dão notícias sobre as atividades realizadas pelo naturalista, esta além de informar, busca produzir efeito. Para tal análise alguns pontos foram levados em conta, o primeiro é que Barbacena e D. Martinho eram nobres de primeira grandeza, compartilhando entre si linguagem e estratégias típicas do estamento a que pertenciam. Ao escrever a carta, o autor, Visconde de Barbacena, se utiliza de recursos muito comuns naquele período, mesclando o estilo Epistolar no início, e o modelo Ciceroniano na segunda metade.

Ao iniciar a carta, Barbacena informa ao secretário sobre o carregamento que seguia a Lisboa e os trabalhos de Veloso de Miranda de forma genérica, em que a condição do leitor não importa, em sua primeira metade a carta meramente informa, obedecendo ao estilo Epistolar⁹⁹.

Ao introduzir Veloso de Miranda na narrativa bem como suas opiniões e solicitações, o autor leva em conta a sua posição social de representante da Coroa Portuguesa, se mostrando junto ao destinatário, no caso D. Martinho, como igual, e ao mesmo tempo defende os interesses de um amigo que solicitava alterações na forma de pagamento e organização de suas jornadas, e também uma possível realocação como naturalista sedentário, esse tipo de escrita de missiva que visa à persuasão e efeito, na ausência da presença física é considerado como modelo Ciceroniano.

Tal modelo que articula os dois métodos de escrita, como já demonstrou João Adolfo Hansen (2000), foi largamente utilizado pelos Jesuítas ao tratar de questões político-religiosas em suas cartas junto aos superiores da Companhia de Jesus, obedecendo a lógicas já estabelecidas e compartilhadas entre autor e destinatário.

⁹⁹ HANSEN, João Adolfo. “A correspondência de Antônio Vieira (1646-1649): O Decoro”. Discurso N31, 2000, p.259-284.

Em seguida, o governador solicita ao secretário que após a análise dos professores, sobre as amostras enviadas, que estes retornem seus resultados a Minas para que tais correções possam ser apreciadas pelo naturalista, deixando entrever que eventualmente tal retorno não ocorria. Além de informar ao secretário o envio da *Poaya* ou *Ipecacuanha* nas palavras do autor, “*para que seja mais bem conhecida, e se lhes possa fixar o verdadeiro lugar que deve ter nos sistemas botânicos*”, o que demonstra que naquele momento Barbacena e Veloso de Miranda já tinham se interado da polêmica na Real Academia entre Loureiro e Vandelli.

"Nesta ocasião faço conduzir ao Rio de Janeiro para serem remetidas à Lisboa, quatro caixas de produções minerais e vegetais, numeradas e sumariamente descritas nas duas relações inclusas.

A coleção das minas consta das primeiras amostras que tinha alcançado, e que não promovi mais por ora, havendo transferido maior diligência para a outra dos vegetais, em que pretendi antecipar-me pela utilidade que dela pode resultar à medicina e ao comercio esperando que seja a primeira que tenha ido à presença de V. Exa. deste gênero e nesta conformidade, e que das mais que poderão fazer-se na historia natural desta capitania.

Espero também que V. Exma. se sirva mandar-me comunicar com brevidade o primeiro resultado dos exames e experiências dos professores, para me regular nas seguintes remessas de todas as espécies ficam lembranças, necessárias, assim como também pequenas amostras dos minerais com os números correspondentes para dar sobre cada um deles a satisfação que V. Exma. ordenar depois dos ensaios que tiverem praticado.

Remeto também a V. Exma. várias plantas novas da Ipecacuanha ou Poaya como se chama no país, para que seja mais bem conhecida, e se lhes possa fixar o verdadeiro lugar que deve ter nos sistemas botânicos.

A coleção vegetal é devida na maior parte ao doutor Joaquim Veloso de Miranda em consequências das recomendações que lhe fiz nessa matéria, e a ele mesmo encarreguei também da relação que a acompanha, feita com individuação e investigação que hora foi possível."

(AHU-cx94 doc29/APM rolo 84)

No que se refere às atividades de Joaquim Veloso de Miranda, o documento se mostra ambíguo dada à prudência de Barbacena em não expor uma queixa direta ao secretário sobre os emolumentos do naturalista, que naquele ano já estava com o prestígio abalado pelo ocorrido na Academia das Ciências. O autor ao escrever, usa uma estratégia retórica típica daquele período, como técnicas de atos de fala, que visa sua eficácia junto ao leitor no intuito de persuadi-lo¹⁰⁰, colocando os valores gastos como se fossem avultados, afinal não se cria um constrangimento com a Coroa por aquilo que ela “oferta”. Para que não demonstrasse sua ligação com o naturalista, Barbacena se coloca em posição de nobre funcionário da coroa e oculta a amizade, já que D. Martinho e o governador representam, naquele momento, a Coroa e não os interesses de um indivíduo, numa tentativa de se mostrar imparcial.

"A respeito deste naturalista dou conta a V. Exma. que meu antecessor tendo recebido ordem para servir-se dele nas diligências da sua profissão, que lhe foram ao mesmo tempo determinadas, julgo indispensável e conforme a dita ordem, fazer por conta da Real Fazenda algumas despesas necessárias.

Nestas avulta principalmente comedoria de mil e duzentos réis por dia que determinou o referido doutor, a qual junta ao pagamento de um ajudante, cavalgaduras, bestas de carga e escravos que o acompanham, vem a importar anualmente na quantia pouco mais ou menos de um conto de réis, cujo estabelecimento se tem continuado até ao presente, tendo sido a sua maior ocupação o emprego nas viagens que tem feito em tempo do meu governo o exame, descrição e debulho das plantas menos conhecidas ou que parecem novos gêneros e espécies segundo os atuais conhecimentos de botânica porque também a sua inclinação e estudo propendem muito menos para a mineralogia."

(AHU-cx94 doc29/APM rolo 84)

Mais adiante, Barbacena de forma prudente e ponderada, levando em conta os valores, e principalmente se colocando de acordo com a economia de despesas da Coroa, expõe a queixa do amigo naturalista. O documento demonstra que Veloso de Miranda recebia por seus serviços uma quantia que não o atendia nos custos de suas

¹⁰⁰ HANSEN, João Adolfo. “A correspondência de Antônio Vieira (1646-1649): O Decoro”. Discurso N31, 2000, p.259-284.

viagens e funções. Juntamente com o valor que recebia por suas jornadas e comedorias, o naturalista devia arcar com os custos de comedoria dos artistas, escravos e bestas.

O que o governador na verdade propõe é que os pagamentos sejam separados, recebendo o naturalista e seus ajudantes ordenado certo e pago pela Real Fazenda, arcando ainda com outros custos tais como alimentação, escravaria e cavalgadas.

Acredito que tal iniciativa tenha partido de queixas do próprio Veloso de Miranda e não exclusivamente do Governador, já que este informa que o naturalista reclama (cuida) de estar trabalhando de graça, não recebendo, por exemplo, no processamento das amostras, trabalho este que poderia demorar mais que as jornadas para recolha, pois as amostras deveriam ser testadas, descritas e preparadas para embarque para o Rio de Janeiro e depois arremetidas para Portugal.

É de crer também, que Veloso de Miranda tenha buscado complementar sua renda em cargos eclesiásticos, pois em 1786 e 1788 D. Martinho enviava ordens reiteradas ao Bispo de Mariana, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, que lhe fosse destinada conezia vaga ou vagar no cabido daquele bispado, e no mesmo ano de 1790 a questão volta à tona no Cabido da Sé de Mariana¹⁰¹.

Por certo as cômguas e tenças advindas dessa função poderiam muito bem complementar os emolumentos do naturalista, mas tal ordem Régia nunca foi atendida¹⁰².

Ao fim desse trecho do documento percebe-se outra atitude em benefício das atividades de Veloso de Miranda: o governador destinou um soldado para aulas de desenho no intuito de suprir as necessidades do naturalista, como se vê no trecho a seguir.

"No caso que sua Majestade haja por bem que esta despesa continue com alguma economia, além das extraordinárias que forem convenientes, entendo que seria melhor determinar ao referido naturalista um ordenado certo, por que ele cuida que tem servido de graça dando-lhe somente algum

¹⁰¹ BOSCHI, Caio Cesar. *O cabido da Sé de Mariana(1745-1820) documentos básicos*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro /editora PUC Minas,2011.p.452

¹⁰² É compreensível a postura do cabido da Sé de Mariana em não admitir Joaquim Veloso de Miranda como Cônego. Como muito bem demonstra Villalta (2007), naquele período o Cabido da Sé de Mariana estava em crise com o governo central por questões de pagamentos de conhecenças. Ao que se constata os clérigos locais cobravam avultados cabedais pelos serviços prestados pela igreja, levando a D. Martinho a Escrever ao governador Barbacena a se entender com o Bispo sobre os clérigos do cabido e os "extorsivos" emolumentos paroquiais, aconselhado-o a negociar novo regimento eclesiástico para reduzir os custos dos referidos emolumentos (Villalta, 2007,p.30). Nesse sentido era pouco provável que o cabido da Sé de Mariana ou mesmo o prelado, atendessem a ordem do secretario de Estado em destinar uma conezia a Joaquim Veloso de Miranda, que muito provavelmente seria interpretado como pessoa ligada a D. Martinho e ao governador e pouco favorável aos interesses daquele bispado.

acréscimo por ajuda de custo nos dias de jornada ou marcha efetiva, e limitando nas suas viagens que tem sido quase sempre em povoado e para a botânica somente o gasto que mal se pode proporcionar de uma equipagem, carta e regular, em cuja conservação ele é interessado em conservar: e que o ajudante seja um desenhador também com ordenado normal, para se tirar o maior fruto das expedições porque somente tem servido até agora, para este fim, um soldado do regimento que mandei aperfeiçoar nesta arte e se acha mais adiantado com o uso, depois das lições com que se habilitou."

(AHU-cx94 doc29/APM rolo 84, grifo nosso)

No que se refere ao foco das atividades do naturalista, é importante observar que Veloso de Miranda coletava amostras de todos os reinos da natureza. No entanto, se dedicava mais ao estudo botânico, e segundo o governador, os estudos do naturalista pouco propendiam à mineralogia.

Sem desdouro das atividades de Veloso de Miranda, Barbacena aconselha que a Coroa obtivesse um melhor resultado sobre o estado das minas, se incentivasse os homens "curiosos" e oficiais a enviarem amostras das referidas jazidas a Vila Rica, ficando Veloso de Miranda como funcionário coletor e destinatário inicial das amostras, gerenciando as escolhas a serem enviadas a Lisboa, além de fazer testes e descrições das referidas amostras, o que nos faz crer que o naturalista objetivava uma carreira de naturalista sedentário.

"Querendo sua majestade que se empregue maior eficácia no descobrimento das minas que é muito incerto, podem bem suprir e concorrer para ele segundo o estado desta capitania as diligências dos homens curiosos e oficiais dos distritos, tendo ordem para remeter logo ao governo as informações e amostras de todas as que aparecerem; o que depende de poucas despesas extraordinárias nas ocasiões ocorrentes; e será ainda melhor efeito havendo nesta capital um coletor inteligente, que saiba discernir o que se deve mandar à Corte e fazer os catálogos dos recebimentos ou remessas, e outras lembranças ou apontamentos que forem necessários.

(AHU-cx94 doc29/APM rolo 84)

Tal documento corresponde à primeira carta do governador sobre os pagamentos de Veloso de Miranda. Nos anos seguintes o Visconde insiste no assunto em reformular o pagamento do naturalista junto a D. Martinho, que se abstinha do assunto.

A postura irreduzível de D. Martinho é justificável, provavelmente o intuito era não fomentar mais querelas com os opositores de Vandelli, levando o secretário a postergar a resolução do problema. Caso o secretário acatasse a proposta do Visconde de Barbacena, beneficiando Veloso de Miranda, tal postura poderia desagradar politicamente muitos de seus aliados políticos.

Em 1793, o Visconde, por iniciativa própria, suspende o pagamento do naturalista, no entanto tal suspensão não pode ser vista como retaliação aos trabalhos de Miranda, mas sim uma estratégia para dirimir o problema.

Estar suspenso não significava que o naturalista tivesse dado alguma pausa em suas atividades, pois tal suspensão não passava de uma manobra possivelmente arquitetada pelo naturalista e o governador. Em carta datada de 02 de dezembro de 1794, Veloso de Miranda informa a Vandelli sobre suas atividades e sobre as questões de seu pagamento e também de suas experiências com o óleo da Copaíba na cura da morfea, no caso a lepra, o que muito deveria interessar ao naturalista paduano, além de demonstrar que suas pesquisas se dedicavam à medicina e, portanto, úteis ao comércio e a humanidade como pregava o iluminismo português.

"... no papel incluso faço menção dos produtos naturais, que podem dar nova matéria para algum ramo de comercio. Entre estes creio que vão alguns dignos de maior atenção, e principalmente depois que eu acabar as observações médicas, em que me acho juntamente com o cirurgião mór do Regimento de Cavalaria destas Minas, a respeito do Balsamo de Copaiba na cura da Morfea. Correu aqui notícia de que na Aiuruoca, distante desta capital três dias de jornada, se curava a dita moléstia com o mencionado bálsamo, e que alguns ficavam perfeitamente sãos, e outros não; e procurando saber o método de sua aplicação soubemos que nele entravam supertições populares, e muitas superfluidades, com grande falta das disposições necessárias para melhor acertar o remédio.

Tentamos fazer observações e para subsistência dos enfermos se pediram aqui algumas esmolos, com as quais se compôs uma casa, e nela recebemos treze doentes a 4 de outubro do presente ano. Procuramos dispor os

enfermos com tudo o que fosse capaz de abrandar-lhe a pele. Adoçar os humores, e evacuar a maior copia; e depois se lhe aplicou a unção. Com efeito tem desaparecido em quase todos uma boa parte dos tumores, tem-se cicatrizado chagas terríveis, e nem um só deixa de sentir melhora. Só o que todos os dias observo melhora, sem ainda chegar ao fim, me faz não duvidar de que este seja o específico desta moléstia: excessiva evacuação que o balsamo move por suores continuados, e por velas faz considerá-lo com um poderoso inconsciente, além de vulnerável meio e por consequência próprio para fazer a cura.

Vamos continuando com todo o cuidado no tratamento dos ditos enfermos, e no fim mandarei o resultado das nossas observações... "

(AHMB-Cn/M71)

O aproveitamento de saberes locais, por parte das instituições científicas, nunca foi costumeiro no Império Ultramarino Português durante aquele período. Bernardino Antonio Gomes, por exemplo, sempre criticou tal postura da Administração portuguesa, louvando as iniciativas dos Ingleses nessa prática.

‘Os ingleses, que a muitos respeitos nos deviam servir de modelo, tendo feito grande estabelecimento na Índia, não tem procurado tirar do comercio com aquele longínquo e mui diverso País riquezas somente; como nação sábia tem procurado importar também para a Europa os conhecimentos particulares dos povos que o habitam...

Assim Mr. Buchanan, cirurgião inglês, estabelecido em bengala, pelo Endinb. Med. And. Phys. Journ, v.3 p.22, deu ao público notícias do remédio com que na Índia costumam expulsar a tênia, e de que agora vou falar’. (Apud.Kury,2004)

Segundo Gomes, Buchanan havia purgado a fórmula indiana dos ingredientes inúteis e desta sorte experimentada em Londres por Mr. Breton, cirurgião daquela capital¹⁰³ (Kury, 2004).

¹⁰³ KURY, Lorelai Brilhante. “Homens de Ciência no Brasil: Impérios colônias e circulação de Informações”. História, Ciências, Saúde -Manguinhos, Vol.11, (suplemento1), p.109-129.2004

O que Veloso de Miranda e o Cirurgião-mor Antonio José Vieira de Carvalho estavam fazendo com o óleo da Copaíba em Minas, sem dúvida era exatamente o que Buchanan fez com a referida fórmula, ou seja, retirando dela o que consideravam ser superstições populares e conservando somente suas propriedades medicinais, ou princípios ativos.

Era comum que alguns naturalistas fizessem algumas observações medicinais, afinal a botânica sempre esteve ligada intimamente com a área médica. Por exemplo, a constante busca pela árvore da Quina, poderoso antipirético largamente comercializado pelo império Espanhol, ao lado de outros gêneros naturais, sempre foram ambicionados pela Coroa Portuguesa constando em boa parte das correspondências.

Como se nota, Veloso de Miranda também fazia suas observações na botânica médica, como consta em seu inventário apetrechos referentes a uma botica, onde constavam gêneros naturais de uso medicinal¹⁰⁴, e ainda segundo Freire Alemão, que teve contato com pessoas próximas a Miranda, no caso Antonio Nogueira Pontes, o naturalista ainda fazia observações sobre o veneno de cobras, principalmente da cascavel¹⁰⁵.

Em larga medida, os documentos referentes à administração do Visconde de Barbacena são lidos e interpretados tendo em vista os acontecimentos deste com a inconfidência mineira, sendo atribuído a ele o caráter de uma espécie de sensor de homens ciências afeitos ao iluminismo, o que pode acabar por excluir relações de amizade e clientela com membros da elite colonial. Como por exemplo, para Carlos Stelfeld (1956), seguido por Warrem Dean (1999), Veloso de Miranda seria suspeito de sedição por possuir livros proibidos como o do Abade Raynal,¹⁰⁶ livro que pelo menos em seu inventário não constava .

Tal ponto de vista pode advir da absorção acrítica dos relatos dos naturalistas envolvidos na inconfidência mineira como, por exemplo, no relato de José de Sá Bittencourt em carta a José de Bonifácio de 1821 ao lhe dedicar uma memória, relembrando dos acontecimentos, “*voltei para Bahia- onde residi muitos anos não dando exercício algum à minha faculdade, nem querendo mesmo ser por ela conhecido, uma vez que era crime o apelido de naturalista*¹⁰⁷”.

¹⁰⁴ BOSCHI, Caio Cesar. ..2012.p.171

¹⁰⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. Notícias a respeito dos naturalistas Joaquim Veloso de Miranda e José Mariano da Conceição Veloso, colhidas de vários informantes, 1849. (manuscrito) In. Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos- cota I-28-9-54.

¹⁰⁶ STELFFELD, Carlos. *Os Dois Vellozo. Biografia de Frei José Mariano da Conceição Vellozo e Padre doutor Joaquim Vellozo de Miranda*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Sousa, 1952.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, TARQUINIO.J.B.; *Autos da Devassa da Inconfidência*. Brasília: Câmara dos Deputados , 1977, V.9 p.403-404.

Tal frase é assimilada de foram acrítica e, em certa medida, generalizada a todos os naturalistas por alguns autores e os levam a crer que o corte dos pagamentos do naturalista, por Barbacena, em 1793 como retaliação a Veloso de Miranda.

Para Tarquínio J. B. de Oliveira (1977) a atitude do governador de cortar os vencimentos do naturalista estaria relacionada com a querela entre o padre jesuíta João de Loureiro com Domingos Vandelli e Veloso de Miranda no que se refere à publicação do volume *Florae Lusitanae*.

Tal hipótese de Tarquínio se mostra frágil dada à proximidade entre naturalista e o governador, o que nos leva a crer que tal querela, ocorrida em Lisboa, não teve relação direta com o corte, mas sim com a resolução que se mostrou difícil e morosa.

Caio Boschi (2012) também não parece crer totalmente no argumento de Tarquínio, já que o próprio Barbacena foi um dos homenageados na referida publicação. E também se mostra uma atitude contraditória, à medida que tais “profissionais” ganhavam maior relevância no contexto colonial.

Levando em consideração que Veloso de Miranda estava com prestígio abalado junto a D. Martinho, e com reduzida comunicação com Vandelli, anteriormente seu principal patrono – que também tentava se estabilizar depois do ocorrido na academia – e da suspensão das aulas na Universidade de Coimbra em 1790, solicitar aumento em seus emolumentos ou qualquer outra benesse só seria possível através de um novo patrono influente que pudesse abonar suas atividades com as autoridades reinóis e nesse caso Barbacena se engajou perfeitamente, na solução do problema.

A estratégia de Barbacena consistia em suspender os emolumentos e de forma indireta, fazer com que se soubesse na Corte, via Vandelli – que gozava do ouvido Real – que embora com pagamentos suspensos, Miranda continuava em experiências com gêneros naturais importantes, mandando notícias e pouquíssimos resultados das atividades em curso, e deixar claro e de forma desinteressada que haviam resultados prontos a serem enviados quando a questão fosse solucionada, como demonstra no fim da carta de 1794 de Veloso para Vandelli.

“Agora faz um ano que fui suspenso da diligência em que andava, pela junta da Real Fazenda destas Minas. Ficam aqui quase trezentas estampas de plantas com muitos gêneros novos, e alguns de animais, os quais por ordem do meu general se acham em minha mão.”

(AHMB-Cn/M71)

Embora tal estratégia estivesse em curso a questão do pagamento do naturalista se resolve juntamente com a alteração do secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos em 1796, com a morte de D. Martinho Mello e Castro, e posse de D. Rodrigo Sousa Coutinho, que como se observa, teve uma postura bem diferente de seu antecessor.

O Visconde de Barbacena, durante seu período de governo, foi um protetor significativo para Veloso de Miranda. Com a posse de D. Rodrigo na Secretaria de Estado e sua política de caráter fortemente ligada ao incentivo das atividades científicas por certo minoraram os efeitos da partida do governador Barbacena nas atividades de Veloso de Miranda, que mais uma vez, teve que se articular politicamente para solucionar seus problemas junto a Coroa portuguesa.

CAPÍTULO III

III.1 OS NOVOS VENTOS DE D. RODRIGO

Com a morte de D. Martinho de Melo e Castro em 1795, é designado para a secretaria de Estado da Marinha e Ultramar D. Rodrigo Sousa Coutinho. Tal mudança de secretário significou também uma nova forma de conduzir a política portuguesa no que se refere às colônias. Uma vez no poder, D. Rodrigo engajou uma força-tarefa de brasileiros eruditos com o objetivo de elaborar uma política que pudesse garantir a Portugal “*a conservação de seus tão vastos domínios, particularmente os da America, que fazem propriamente a base da grandeza do nosso augusto trono*”, em suas próprias palavras. (MAXWELL, 1999, p.187) Souza Coutinho conseguiu articular interesses metropolitanos e de potentados coloniais, incorporando membros letrados dessa elite colonial num projeto conjunto de Império transatlântico, promovendo o desarme das tensões entre metrópole e colônia. Essa nova forma de política compreendia que a colônia teria um papel ativo como fornecedora de gêneros naturais exploráveis a luz do método científico. Outra característica importante do novo secretário foi a divulgação do iluminismo português nas colônias, numa tentativa clara de alterar as mentalidades e com o intuito de reformar o sistema de produção colonial, via divulgação de textos e memórias. Com isso pode-se ressaltar a criação da Tipografia Calcográfica do Arco-do-Cego em 1799 onde por alguns anos o Frei Veloso e sua equipe, traduziram obras importantes de países como França, Inglaterra e Estados Unidos numa tentativa de modernizar a produção agrícola, e de gêneros comerciais típicos dos países industrializados, além de publicar relevantes resultados dos naturalistas luso-brasileiros. D. Rodrigo ao assumir a secretaria de Estado centralizou em seu Ministério os assuntos relativos à História Natural das colônias. É a partir desse momento que a política científica ganha vincos mais profundos do utilitarismo e do pragmatismo.

Sousa Coutinho se interessava diretamente das pesquisas realizadas na América, e mais do que isso, capitaneou um número significativo de Brasileiros formados em Coimbra e “Naturalistas Curiosos¹⁰⁸” nas pesquisas a serem realizadas na América, chegando a se comunicar diretamente com estes sem o uso de intermediários administrativos.

¹⁰⁸ Assim como demonstra, Outram (1983) é falho nos modelos da sociologia das ciências uma categoria que enquadre cientistas sem formação específica na área ou mesmo com estudos superiores, é inegável a atuação e a contribuição desses nas diversas áreas das ciências, no presente texto optamos por tratar esses homens como Naturalistas Curiosos, ou homens de ciências como propõe Lorelai Kury.

Maria Odila Leite a Silva Dias nos dá uma boa ideia sobre o referido período de D. Rodrigo à frente da secretaria de Estado.

“Incontáveis projetos, atribuições de estudos, pedidos de levantamento eram endereçados à colônia nessa fase de atividade febril, a tal ponto que, em um ofício de 24 de janeiro de 1800 para D. Rodrigo, escrevia Melo e Castro que os naturalistas da capitania se achavam impossibilitados de cumprir a última incumbência que lhes fora ordenada, por já estarem ocupados em outros fins tornando-se necessário que se combinasse de antemão e proporcionasse com eles as suas ocupações¹⁰⁹.”

Agindo dessa forma é de se perceber que D. Rodrigo, mais que Secretário, passou a agir como principal patrono em Portugal no que concerne a exploração científica das colônias, já que este articulava no interior do Império Ultramarino Português uma rede de conhecimento composta de homens de ciências sob suas ordens diretas.

No que se refere à capitania de Minas Gerais, a posse do novo secretário por poucos anos não coincide com a troca de governadores. Deixando o poder em 1797 o Visconde Barbacena passava seu cargo a Bernardo José de Lorena, e nesse período as atividades referentes à História Natural da capitania passaram por transformações consideráveis. No caso de Miranda suas atividades passam a ficar mais intensas e específicas.

Nesse período o naturalista vai se dedicar, em maior parte do tempo, a fábrica de salitre, e simultaneamente com a construção de um jardim botânico além de algumas poucas viagens. Ainda em 1796, ano de sua posse na secretaria de Estado, D. Rodrigo envia ordem ao Visconde de Barbacena para que Miranda fosse novamente restituído de seus pagamentos no formato anterior e que se deslocasse até o Rio São Francisco, região nordeste da capitania, para averiguação de minas de ferro, chumbo e salitre naquela região. (AHU- cx153 doc36/APMrolo138 , BN.)

No ano seguinte, dando continuidade as ordens do secretário Sousa Coutinho, o então já empossado governador Lorena, envia a Portugal os primeiros resultados das investigações na região do Rio São Francisco, em carta de 07 de outubro de 1797 juntamente com uma onça pintada e dois urubus reis, envia amostra de chumbo das

¹⁰⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Aspectos da Ilustração no Brasil. Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.p 67

minas analisadas por Miranda, juntamente com os primeiros resultados das terras de extrair salitre processadas na fazenda de Veloso de Miranda.

Anexa à carta do governador seguia também uma missiva do naturalista, que de forma muito clara, prestava vassalagem ao secretário e informava a D. Rodrigo sobre o estado em que se achavam suas observações e experiências na fábrica de salitre.

Desejava eu, em vez desta carta, poder ir a essa capital para ter a honra de beijar a mão de V. Exa., alegre-me na sua respeitável e sempre amável presença, e justamente dar contas do estado com que se acha a fatura da nitreira artificial, e apresentar a V. Exa. O resultado de uma pequena experiência sobre salitre, que aqui fiz; porém não é permitido ainda ter esse prazer; por enquanto não posso desamparar o trabalho que esta em meio.

“Fiz uma casa própria para experiências, com tanques necessários para rega muros, e agora vou combinar as terras, e mais adjurá-los, que devem dar matéria para a fatura dos mesmos muros; industrias a um dos caçadores nos modos de regar; do muito depende o bom êxito de semelhantes estabelecimentos.

No pequeno embrulho, que vai, pode V.Exa. já ver que este terreno tem toda propriedade para dele se tirar o salitre artificial. Nos dias de maior sol achei, somente em uma espécie de piçarra, algumas florescências nitrosas, que recolhi. Acabei pela arte, o que só a natureza tinha precipitado; e ajuntando-lhes os alixiali das cinzas, e aplicados os meios necessários se cristalizou a pequena porção que remeto.”

(AHU cx 153 doc.58)

Tendo seus emolumentos restituídos no mesmo formato de antes – o que o obrigava a sair em viagem – é de crer que Veloso de Miranda não tenha ficado satisfeito com tal iniciativa já que este visava a condição de naturalista sedentário, passando a se articular na conquista de um cargo que o deixasse próximo à Vila Rica e às suas propriedades, é justamente neste momento que o naturalista passa a se movimentar para a conquista do cargo de secretário de governo da Capitania de Minas Gerais.

Como demonstra Lorelai Kury (2001) as viagens científicas eram efetuadas normalmente por naturalistas mais jovens, oficiais da marinha ou nobres em busca de

entretenimento filantrópico, Miranda neste momento já passava dos 50 anos o que pode ter sido crucial para que o naturalista visasse uma postura mais sedentária.

Em transição do século XVIII para o XIX a opinião dos homens de ciências não eram unânimes sobre a valorização do trabalho do naturalista viajante.

Ainda segundo Lorelai Kury (2001), George Cuvier, importante naturalista do século XIX, nunca saiu da Europa. Embora convidado por Napoleão para viajar ao Egito na expedição de 1798, preferiu ficar em Paris, justificando mais tarde que tal decisão se deu por motivos científicos, preferindo ficar na cidade considerada capital da ciência dispondo de completa biblioteca e coleções para comparação do material coletado, e viajar naquele momento não seria coerente com o caráter sistemático de seus trabalhos. As ciências em vias de se constituir como campo autojustificado não garantia ao homem de ciência um local ou rendimentos certo e determinado já que sua formação estava ligada às carreiras tradicionais, com isso a alocação de homens de ciências em áreas burocráticas era recorrente. José Viera Couto, ao ser comissionado nas atividades científicas pela capitania em 1799, além de receber os mesmos emolumentos que Veloso de Miranda, solicitava cargo no exército no intuito de complementar seus honorários, configurando também uma estratégia, já que esse naturalista vinha sendo admoestado pelo administrador daquela região. (AHU-cx145, doc12)

Como bem observou Caio Boschi (2012), tal cargo de Secretário de Governo da capitania de Minas foi solicitado por Miranda, já que o titular deste cargo já estava empossado com o dobro do tempo de costume – 03 (três) anos. Continuando no referido cargo Pedro Araújo de Azevedo.

O que mais uma vez corrobora a hipótese de que Veloso de Miranda desejava se tornar naturalista sedentário é o fato que, de pleito próprio abriu mão dos honorários de naturalista para que pudesse assumir a secretaria da capitania de Minas, o que automaticamente o desobrigava em sair em viagens mais dilatadas. (AHU-Cx 143,doc.68)

Em 18 de março de 1797 D. Rodrigo, em carta direta a Veloso de Miranda, informa o parecer favorável à ocupação do cargo e ordena que o naturalista investigue a ocorrência da Quina na Capitania.

"Havendo sua majestade feito a Vmce. A Graça de nomear Secretário do Governo de Minas Gerais: esperava a Mesma Senhora ver continuados os seus trabalhos sobre as produções daquela capitania, e que pelos seus distintos

conhecimentos em botânica, Vmce. procurará aumentar as descobertas de novas produções, para o que manda Sua Majestade lembrar lhe que o célebre Dombey disse ao padre Veloso, muito hábil naturalista, que em todas as serras entre os trópicos havia Quina, e que lhe procurava pelo fato de a haver descoberto em lugares fora do distrito em que os espanhóis a encontraram: A vista disto espera a Mesma Senhora que Vmce. empregue o seu zelo e os maiores esforços para tentar algum feliz descobrimento a este respeito.

Igualmente manda sua Majestade recomendar-lhe que informe sobre todos os descobrimentos de Minas que se possam fazer na mesma capitania assim como o estado das mesmas.” (AHU- código 610.fls.202-203)

Embora, com parecer favorável, sua posse no referido cargo de Secretário não ocorreu de forma imediata, o governador Lorena solicitava maiores instruções e termo para que Veloso de Miranda fosse empossado na função.

Em dezembro de 1797 o naturalista envia a Vandelli uma correspondência, informando que os desenhos prontos, naquele momento seguiam para Portugal junto ao Visconde de Barbacena, revelando, assim, a continuidade da amizade e da confiança de Miranda para com antigo governador, e que tais desenhos deveriam ser entregues ao paduano para suas correções e retorno do material corrigido à Capitania.

"Sr. Dr. Domingos Vandelli,

Meu mestre, Sr. do meu maior respeito, como não tenho recebido carta de V.S. há alguns anos, procuro nesta ocasião notícias suas, lhe dou parte de alguma coisa de que deve ser ciente.

O Sr. Visconde fez ir agora em sua companhia a remessa de trezentos e tantos desenhos de plantas, e alguns animais, com suas descrições, que esta feito há anos, em virtude se S. Majestade, e até o tempo da suspensão que se fez na assistência, que aqui tive, e agora torna a continuar, por ordem expressa de S. Majestade. Como é muito natural que V. S. seja ouvido sobre o merecimento da remessa, eu desejo como seu discípulo ouvir seu voto, e saber da correção que a mesma deve ter; não obstante o cuidado que tive na sua descrição¹¹⁰."

¹¹⁰ SIMON, Willian Joel. *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808)*. Instituto de Investigação Científica Tropital, Lisboa, 1983.

(APUD: SIMON.1983: p.370-373)

Na mesma carta Veloso de Miranda descreve com detalhes suas experiências com o nitro na fazenda do Mau Cabelo.

"Acho me encarregado por ordens reiteradas de S.Mde. do exame de salitre natural, e artificial, e como achei pouco distante desta capital toda tendência para uma nitreira artificial, a fiz erigir e dela remeteu ao Ministro, secretário de Estado Ilmo. e Exmo. Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, um desenho e sua descrição.

Em uma Fazenda de criações de Gado observei que entre outras pedras que formam os muros e calçados da mesma fazenda, se observaram eflorescências nitrozas com uma concreção e consistência media entre as pedras, e as terras, martial ou tinta de ferro, é porosa, ou fossem os muros e calçados antigos ou de pouco tempo feitos; expostos ao rigor das chuvas e do sol. Remeti o aqui meu governador uma pequena porção de salitre daquele lugar; depois de ajuntar lhe a base alcalina as flores assim ditas, e a este Sr. arremeteu como amostra a S. Mde¹¹¹. "

(APUD: SIMON.1983: p.370-373)

No entanto, o maior motivo da correspondência é a solicitação de Veloso de Miranda a Vandelli: a intervenção do naturalista paduano para que conquiste o termo que lhe daria posse no cargo de governo. Embora com prestígio em franco declínio, como já dito, com a nobreza e com a comunidade científica, Vandelli ainda circulava pelo Passo Real e gozava do apreço do príncipe e para solucionar tal problema este era o mais indicado.

"Eu necessito nessa corte dos ofícios da muita amizade, e honra que devo a V. S. negócio que vou expor a Ilmo. Exmo. Sr. Dom Rodrigo de Souza me fez a mercê particular a Graça deste governo; continuando as diligencias de que estou encarregado pela mesma Sra. Chegou agora um aviso para este Sr., e meu Governador em acatar o ofício, porem não obstante a amizade que lhe devo, e dizer que não duvida da vontade de S. Mde. a meu favor, quer

¹¹¹ SIMON, Willian Joel. *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808)*. Instituto de Investigação Científica Tropital, Lisboa, 1983.

declaração de um turno, ou palavra do mesmo aviso, que ele diz se deve entender, ou pode interpretar no ofício em que não vier declaração do termo, o que pede nesta ocasião.

V. S. queira ser a meu favor, interpondo os seus ofícios, fazendo o que acho que convem para uma decisão favorável dessa fatal duvida; e a ajuntarei essa obrigação mais tantas outras, de que sou devedor."

(APUD:SIMON.1983: p.370-373)

Além de detalhes importantes referentes às suas atividades, um detalhe nos chama a atenção, ao finalizar a carta Veloso de Miranda dá instruções claras ao mestre de como este deveria responder.

"Se me quiser fazer a mercê de meu dever, pode para segurança da sua carta fecha-la, e mete-la em outra capa para o Rio de Janeiro, com o sobrescrito: ao sargento mor Thomas Gonçalves, ausente João Braz Viana. Estes me remeterão."

(APUD:SIMON.1983: p.370-373)

Embora a transcrição do documento não nos revele se Miranda enviou de forma direta ou por terceiros essa missiva, a orientação de sua resposta demonstra o tom de confidencialidade das relações entre ambos. Desde o ocorrido na Real Academia das Ciências de Lisboa, Veloso pode ter evitado corresponde-se diretamente com Vandelli e, quando ocorre, este se utiliza de terceiros e a faz via pessoas de sua confiança, o que demonstra que a ligação entre ambos os naturalistas estava comprometida e que tal ligação, mesmo de amizade, deveria ser mantida em sigilo. Veloso naquele momento prestava homenagens a outro patrono, no caso D. Rodrigo Sousa Coutinho, que lhe garantia suas atividades e ainda se mostrou favorável à conquista de cargo de Secretário. Este novo patrono e Vandelli nunca foram muito próximos o que poderia gerar algum constrangimento entre o naturalista mineiro e o Secretário de Estado, caso viesse a público. A carta também trata de um desenho que muito elucidaria sobre o conhecimento e técnicas articuladas por Veloso de Miranda, referentes aos primeiros desenhos da fábrica de salitre na fazenda do Mau Cabelo.

Já em 1798, Veloso de Miranda envia uma carta à D. Rodrigo informando sobre suas observações sobre as minas da Capitania dando cumprimento à ordem de 18 de

março de 1797. O naturalista inicia sua narrativa com um breve histórico dos descobrimentos do ouro na Capitania, e justifica que, tais descobertas foram obras do acaso e que, em um século as técnicas utilizadas em novos descobrimentos pouco evoluíram se mostrando menos metódicas. O atraso na técnica, dado ao tipo de exploração, já que o ouro se encontrava de forma superficial, juntamente com a alta mortandade de escravos, segundo o autor, colaboram muito para a queda da extração aurífera. (AHU-cx.145 doc.02)

Continuando sua análise não só sobre as minas, mas também sobre o quadro econômico da Capitania – no que concerne a dependência do ouro – Veloso de Miranda faz uma observação muito clara sobre a economia que, naquele momento, passava por uma forte crise da mineração e falta de utensílios de ferro, pólvora, sal e escravos, obrigando os mineiros a investirem na agricultura, demonstrando que a economia no referido período se voltava para o abastecimento interno via agricultura, o que a historiografia sobre a economia de Minas vem demonstrando já há algum tempo. Escreve o naturalista,

"... se principiou a observar um grande atraso na extração, porém muito sensivelmente tem crescido aquele pela grande carestia de escravos, ferro, aço, pólvora e sal, que se tem aqui experimentado há alguns anos. Este aumento de preço nos gêneros da primeira necessidade tem desanimado a muitos mineiros e obrigado a lançar mão de meios mais fáceis para o promoverem os seus interesses; os quais são os da agricultura. Neste gênero de trabalho acham mais segurança, ainda que pouco interesse; poupam mais que o quádruplo de ferro e aço; não dispendem pólvora alguma; os escravos, ainda que velhos, dão serviços considerável; o que não acontece nas minas onde são precisos homens de grandes forças para suportar um serviço rude..." (AHU-cx.145 doc.02)

Continuando suas observações Veloso de Miranda passa a tratar não só sobre o estado das minas de ouro, mas principalmente, das técnicas de mineração. Segundo o naturalista as diligências para descobrir novas jazidas deveriam ser mais metódicas e precisas, com a utilização da nova química, defendendo a introdução do azougue (mercúrio) e de máquinas para a extração do metal nas minas, e informa ainda que D.

Martinho teria encomendado uma máquina (Veruma) na Inglaterra para que a extração do ouro fosse otimizada.

Além disso, Miranda informa a D. Rodrigo da existência de minas de metais menos nobres, das quais até então, tinha se dado pouca atenção, como no caso do ferro, cobre, manganês e chumbo. Tal documento, em larga medida, muito se assemelha ao texto enviado a Vandelli em 1781 na primeira remessa, no qual o paduano se utilizou para compor sua memória sobre as minas de Ouro do Brasil e Diamantes – manuscrito de 1798¹¹². No entanto, Miranda se abstém de dar informações detalhadas de alguma mina de ouro ou de mencionar informações mais precisas como o fez na descrição da Cata Preta de propriedade de sua família, preferindo escrever de forma mais genérica sobre a mineração, finalizando seu texto chamando a atenção para as minas de metais menos nobres.

Tais informações podem ter surtido efeito nas deliberações de D. Rodrigo. A partir daquele momento, boa parte de suas ordens vão privilegiar esses metais menos nobres e suas descobertas no interior da Capitania, embora já demonstrasse algum interesse há alguns anos antes. Por exemplo, em 1799, José Vieira Couto é comissionado pelo Secretário de Estado a fazer indagações mais precisas sobre os referidos metais na região do rio São Francisco.

Tal região, já visitada por Miranda alguns anos antes, foi novamente visitada por Vieira Couto em maior grupo, e em tal diligência seguiu também um dos auxiliares de Miranda, o furriel Apolinário de Sousa Caldas. A região foi batizada por Couto como Nova Lorena Diamantina, onde foram experimentadas minas de chumbo, ferro e salitre. Ao mesmo tempo João Manso Pereira era comissionado a fazer indagações sobre salitre na capitania de São Paulo, chegando o Ministro da Rainha a enviar exemplares de livros sobre o assunto para o naturalista paulista¹¹³.

Embora algumas ordens tenham contemplado não só Vieira Couto, mas também Veloso de Miranda, cada um se dedicou a experiências diferentes. Em suas diligências sobre o ferro, Veloso de Miranda percebeu que as amostras enviadas por Vieira Couto eram mais ricas, atribuindo a este que experiências com ferro seriam mais promissoras na comarca do Serro do Frio. (AHU-cx.148, doc.45/APM rolo134)

¹¹² Memória sobre as Minas de Ouro do Brasil, 1798, In Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro v.20, p.272 1889

¹¹³ WEGNER, Robert. "Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, supl. 1, p.131-140. 2004.

Por outro lado, Vieira Couto ao averiguar as minas de nitro constatou que eram superficiais e que tais terras seriam melhor aproveitadas se fossem subsidiários da fábrica do Mau Cabelo, de responsabilidade de Veloso de Miranda, ficando cada naturalista responsável por experiências diferentes.

O salitre base para produção da pólvora sempre foi um problema em Portugal, embora D. Martinho tenha reformado os Paióis da Barcarena e Alcântara e as nitreiras da Moura, esses depósitos nunca conseguiram ser suficientes para suprir de forma suficiente o Reino e o Ultramar¹¹⁴. Já na administração de D. Rodrigo a busca pelas minas de nitro se tornaram ainda mais acentuadas – sendo tratada em boa parte das correspondências do período – além de outros metais menos nobres como chumbo, bismuto e ferro. Tais metais ganharam relevância considerável, afinal era naquele momento que as principais potências da Europa se envolviam em conflitos de grande escala advindos do período napoleônico, que mais tarde varreria toda a Europa. Sendo estes metais usados na fabricação de armas e munições. Por outro lado, a constituição de fábricas de salitre promoveria também a produção de potassa, derivada da queima de vegetais, largamente utilizada nas indústrias de vidros, saboarias e tinturarias podendo suprir Portugal em suas necessidades. Os êxitos dos naturalistas em encontrar depósitos salinos, ou ainda na fabricação artificial do nitrato, eram recompensados com pensões extras de 400 mil reis, além de angariar prestígio junto ao secretário e a corte portuguesa, vale ressaltar que Veloso de Miranda e João Manso Pereira recebiam essa pensão pelo desenvolvimento de pesquisas em torno do salitre.

É de crer que Veloso de Miranda já possuía em sua fazenda – Mau Cabelo – algumas estruturas para fabricação de salitre anterior a 1790. Como já dito, o próprio Gonzaga já o satirizava em suas cartas chilenas sobre seu empenho em “retirar os sais da terra”, provavelmente durante esse período Miranda tentava fazer “melhorias” e ampliações nas instalações da mencionada fábrica. Em 1798, Bernardo José informa a D. Rodrigo que a fábrica já se encontrava pronta. Não restando dúvida de que se pudesse produzir salitre naquela localidade. (AHU-cx 144, doc.03/APM rolo 130)

No ano seguinte em carta de 12 de janeiro de 1799, novamente o governador da conta dos resultados sobre o salitre e o estado da possível fábrica.

¹¹⁴ CORTESAO, Ana Alexandre S. C.V, *Arquitetura da Pólvora em Portugal no século XVIII: As reais Fabricas de Pólvora de Alcântara e Barcarena, os armazéns de Lapa da Moura e a Real Nitreira do Braço da Prata*. dissertação de mestrado apresentado na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2001. Disponível em <http://dited.bn.pt/30071/index.html>

"...Quanto as nitreiras, o doutor Joaquim Veloso vai, como V. Exma, me ordena dar-lhe maior extensão possível, porem com maior economia da fazenda de sua majestade a fim de se poder fazer calculo da importância de cada quintal de salitre posto em porto de mar, que a seu tempo ei de remeter a V. Exma. e esperar a Régia determinação: O doutor Veloso se oferece para ser diretor da fabrica quando deva estabelecer-se..."
(AHU- cx147, doc.10 /APM rolo 132)

As atividades em torno da obtenção do salitre renderam ao naturalista prestígio e entusiasmo na Corte. Evidentemente Miranda ambicionava ser o diretor do empreendimento já que o comércio de salitre deveria ser prerrogativa da Coroa. Em 19 de setembro de 1799 despachava D. Rodrigo, louvando a iniciativa do naturalista e dando instruções, ao governador de Minas para que pagasse aos naturalistas pensão referente aos trabalhos com Salitre.

..."Viu sua alteza real com muita satisfação a noticia, V. Sa. comunica no ofício número 32 a respeito da produção do nitro, e ordena a V. Sa, que procure animar quanto puder a mesma produção para o fim que já lhe participei por ordem do mesmo Senhor, e que poderá vir a ser com grande vantagem desses povos, motivo de um considerável aumento para a Fazenda Real dessa capitania. O mesmo Augusto Senhor autoriza a V. Sa. para recompensar competentemente os naturalistas que se forem distinguidos nos trabalhos e comissões de que estão incumbidos.(...) "

(Apud :Munteal 2007 :p186-187/ AHU-codice 611)

Em 1800, Miranda envia novamente a D. Rodrigo mais desenhos e desta vez com algumas descrições ou tábuas. Tal correspondência encaminhada a D Rodrigo, permite ter uma boa ideia da estrutura para produção do nitrato e também da técnica usada. Embora encaminhada com 05 (cinco) imagens, ainda não localizadas, suas detalhadas legendas revelam detalhes importantes. (AHU-Cx154,doc36)

É possível constatar nas legendas a técnica de produção do salitre artificial, tendo como matéria prima o esterco de animais – no caso de equinos – consistindo da seguinte forma: Tábua 01(um) – É recolhida as terras de currais de equinos juntamente com seus dejetos em barris ou cochos, adicionando-se água em abundância até que tudo se

misture, onde deve ficar por período de dois dias, até que a mistura decante na altura de um palmo, devendo a água ser escorrida e a terra disposta em canteiros, por onde descansará por 03 (três) meses, período de aparecimento das primeiras “flores salinas”. Ao fim deste período o autor informa que essa massa deverá ser remexida várias vezes e a cada vez mais a fundo, e que se adicione mais água até que mais flores salinas voltem a aparecer por toda a massa, feito isso as terras estariam prontas para serem lixiviadas¹¹⁵.

Na tábua 02 (dois) , o autor relata a lixiviação dessas terras já preparadas, onde é misturada a potassa (cinzas,carbonato de potássio) e dispostas em várias tinas e dornas onde a terra é passada por um processo de filtragem com palhas.

As lixívias nesse período eram comumente usadas na fabricação de outros sais como a soda ou potassa, sendo técnica comum e relatada em boa parte da literatura da produção de sais como na memória publicada pro Frei Veloso em 1799, *Memória sobre Alcalix Fixo ou Potassa*.

Na tábua 03 (três), o autor relata o passo a passo da evaporação com utilização de caldeiras onde a água e a terra salitrada é “cozida”, o que ocasiona a saída de outros produtos no fim do cozimento, como o sal marinho, e ainda chama atenção para a utilização de uma pequena fornalha feita de um cupinzeiro – colônia de insetos típico dos campos do Brasil – como se dá essa utilização. Sem as imagens o processo se torna incompreensível.

Na tábua 04 (quatro), Veloso de Miranda relata a nitrificação com o uso do chamado piçarrão vermelho – rocha composta de argila, areia e ferro decomposto, do qual se faz calçada – com vãos onde ocorreram mais lixívias das terras filtradas e a evaporação da água e aparecimento das agulhas nitrosas, salientando que nesta fase do processo deve ser acrescido mais cinzas e regadas com partes iguais de urina e água, explicando que caso isso não seja feito tais agulhas podem evaporar com o calor do sol. Nesse trecho do documento o autor ainda faz menção a um desenho que fez ao verificar as agulhas nitrosas no microscópio, não se sabe ao certo quando o mesmo adquiriu tal equipamento raro na colônia, podendo ter sido enviado por Vandelli em solicitação feita pelo naturalista em abril de 1799¹¹⁶ ou ainda trazido consigo em seu retorno a

¹¹⁵ A lixiviação - que ocorre pela adição de água - tem como objetivo a separação, pela dissolução, dos componentes solúveis, entre eles, o salitre. A adição de cinzas e potassa (em alguns casos, adicionava-se uma ou outra) intercalando as camadas de terra visava à obtenção de uma quantidade maior de salitre. Podemos hoje dizer que a cinza e potassa reagem com os nitratos de cálcio e magnésio presentes nas “terras”, produzindo o nitrato de potássio.

¹¹⁶

Minas, ou ambas as hipóteses, já que no inventário do naturalista de 1817 constam dois exemplares desse equipamento.

Na tábua 05 (cinco), o naturalista relata as várias maneiras do uso do Piçarrão vermelho para a melhor produção do salitre, evidenciando que Veloso de Miranda ainda fazia experiências sobre qual a melhor forma de se obter o sal.

Tal iniciativa deve ser observada em comparação a outras de mesmo cunho na colônia e no contexto a qual a pesquisa com o nitrato está inserida.

A obtenção do salitre como já dito, era algo desejado pela Coroa, seja pela fabricação de pólvora; diretamente e indiretamente na produção da potassa que a largo, o Brasil poderia suprir as demandas de Portugal e sua pequena indústria.

Um bom documento para comparação é de autoria do também naturalista, por ofício e não por formação, João Manso Pereira, funcionário da Coroa encarregado de algumas indagações na capitania de São Paulo.

Manso Pereira no mesmo período colocou em funcionamento naquela capitania, mais propriamente na vila portuária de Santos uma nitreira artificial.

Em correspondência também minuciosa o “naturalista” explica às autoridades portuguesas suas motivações e principalmente como seria as instalações de sua fábrica de salitre, revelando um conhecimento técnico e científico de acordo com a principal literatura da época sobre a produção do nitrato, o que mereceu significativa atenção do Frei Veloso que publicou este documento com o título *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na Villa de Santos, da Capitania de S. Paulo, dirigida a esta corte*, na tipografia do Arco do Cego em 1800.

Iniciando a narrativa com uma citação de Antoine Baumé, João Manso Pereira, relata de forma detalhada a nitreira que erigiu na Vila de Santos. Discorrendo sobre a vila, e sua localização para construção de uma nitreira artificial, o autor é enfático nas condições climáticas a qual considera *um excelente clima para a produção do sal*, observando que no clima daquela região a produção do salitre seria mais promissora que na Europa, já que o calor dos trópicos eram propícios a putrefação e a volatilização do azoto (hidrogênio), Manso ponderava ainda que, tal postulado se baseia nas observações do químico Francês Jean-Antoine Chaptal (1756-1832).

Sempre dialogando com a literatura mais recente da época, o autor da conta que naquela localidade há grande concentração de pessoas o que facilitaria muito a colheita da matéria prima para fabricação do sal, que neste caso seria a urina humana, justificando

que, segundo Pierre Thouvenel¹¹⁷ (1745-1815), “*a urina humana é depois do sangue a melhor matéria prima para fabricação do salitre*”.

Ainda discorrendo sobre a ótima localização para a fábrica Manso Pereira informa que naquela capitania há em abundância uma grande árvore, a qual ele classifica de ordinária e homicida das outras, que seriam mais úteis a Coroa na fabricação de potassa, argumentando que seria muito útil a Coroa instalar naquela região fornos para queima da Figueira.

Chegando de fato a produção de salitre, Manso novamente cita Baumé e explica que “*se este conseguiu encontrar boa quantidade de salitre em tão pouco tempo em clima frio, ele, num clima quente encontraria tanto e melhor em menos tempo*”. Segundo o autor, sua salitreira foi construída a moda local, assim como os monjolos e demais construções da terra, feita de madeira e coberta de palhas, que além de úteis estruturalmente, seriam de baixo custo aos cofres régios. Justificando sua opção pela utilização de materiais menos nobres, João Manso informa que de madeira e coberta de palha amenizaria o inconveniente advindo da volatilização do azoto, assim como nas nitreiras de Alemanha como narrou o conde Milly em publicação de 1776, obra que segundo o autor, possuía em sua biblioteca.

O processamento da urina em putrefação seria feito inicialmente de maneira mecânica, com uma roda d'água que giraria lentamente agitando vagarosamente a urina, e depois desse processo seriam acrescidos terra, plantas e madeiras, que mais tarde seriam escorridos, cozidos, regados e secados para a aparição das agulhas nitrosas, não diferindo em nada do processo de Veloso de Miranda em Minas.

O autor explica que tal processo foi retirado do tratado de artilharia D'Urtubie publicado na França em 1796, por quem jura seguir todos os preceitos e técnicas.

Tal iniciativa de Manso em constantemente citar a tratadística sobre o assunto está diretamente ligada à demonstração de seu conhecimento da literatura, mostrando a D. Rodrigo destinatário da correspondência, sua leitura dos livros que o secretário provavelmente lhe enviou. Manso Pereira não restringiu sua metodologia de obtenção do salitre apenas pela putrefação da urina humana, mas também por meios heterodoxos que segundo o autor, “*conseguiu salitre em maior copia na metade do tempo*”.

Tal metodologia utilizava terras de sepultamento, a qual atribuiu ser a melhor forma de obter o salitre, justificando que tais terras já tinham passado pela fermentação vinhosa advinda da putrefação do sangue e da carne.

¹¹⁷ Medico formado em Montpellier e inspetor de águas minerais de Paris.

Digno de nota é como o autor se esquivava do impedimento moral na utilização de tal matéria prima, solicitando que não fosse interpretado como “*profanador de coisas sagradas*” ou como “*agitador das cinzas dos mortos*” pois, segundo o próprio, agia em benefício da saúde dos vivos. Tal ponto de vista de Manso Pereira vai de encontro com preocupações sanitárias da época, que mereceu de alguns estudiosos adeptos das luzes, textos que tratassem do tema como *Dos prejuízos causados pelas sepulturas de cadáveres nos templos* de Vicente Coelho de Seabra Telles, por exemplo, que indicavam que as terras dos templos estavam corrompidas pelas fermentações e semeando defluxos e epidemias em todos os locais onde a prática era realizada, advertindo que as terras dos templos deviam ser renovadas.

Ao justificar a escolha dessa matéria prima, Manso Pereira é enfático ao informar a D. Rodrigo que enviava grande quantidade de salitre, já tendo ficando com uma parte e dividido com alguns amigos, e chama atenção ao criticar de forma explícita os naturalistas empregados nas colônias:

“(…) Remeto V Exma Arroba de salitre, que extrai das amostras das terras com que ia enchendo a minha nitreira. Cá reparti outra meia arroba entre os meus amigos, mando não para aumentar o numero de inúteis amostrinhas que se acha cheio o Real Museu, mas para me fazer a mercê de mandar dizer se nesse estado já serve para a pólvora¹¹⁸.”

Em terceiro e último caso Pereira informa que testava uma terceira forma de obter salitre, desta vez utilizando das sobras das pescas das baleias, que segundo ele “*daqueles monstros cassados no mar, de onde se retira grande quantidade de óleo perde-se sua carne que apodrece a céu aberto sem dar grande serventia ao homem*¹¹⁹”. Informando ainda que mandou construir na fortaleza de Itapema uma palhoça, onde seriam enterrados os restos desses animais em camadas de terra para que sua putrefação tornasse viável a obtenção do sal, salientando que tal processo estava inconcluso, “*pois há muito não se pegava ou aparecia naquele litoral, baleias para caça*”.

Embora Manso tenha narrado em seu texto suas indagações de forma mais precisa e clara, não quer dizer que houvesse diferenças qualitativas se comparado ao

¹¹⁸ PEREIRA, João Manso. *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na Villa de Santos, da Capitania de S. Paulo, dirigida a esta corte*, Tipografia do Arco do Cego, Lisboa 1800

¹¹⁹ PEREIRA, João Manso. *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na Villa de Santos, da Capitania de S. Paulo, dirigida a esta corte*, Tipografia do Arco do Cego, Lisboa 1800

trabalho de Miranda. Cada naturalista obrou de forma consciente dialogando com a literatura coeva da época, e no que se refere à técnica de obtenção do sal em nada se diferem¹²⁰, sendo diferente apenas a matéria prima que cada um utilizou.

Veloso de Miranda optou por trabalhar longe do centro urbano de Vila Rica, seja por questões de ordens pessoais – como estar longe de olhos curiosos da sociedade que poderiam fazer juízo de valor de seu trabalho, ressalte-se que em sua formação inicial o trabalho tido como mecânico ou indigno era vedado a clérigos ou a homens que se revestiam de certa honradez, o que poderia ser problemático dado a escolha do material para obtenção do sal, no caso esterco animal – ou ainda pelas condições climáticas do local, já que Vila Rica se mostra maior parte do ano com clima úmido e chuvoso e pouco propício para a obtenção do nitro.

Manso Pereira optou por trabalhar no meio urbano e principalmente contando com ele para captação da matéria prima, no caso urina humana ou das terras de sepultamentos, não sentindo incômodo em trabalhar com tais materiais, próximo às vistas do público, dialogando sistematicamente com a literatura coeva, demonstrando ao destinatário erudição, já que não possuía formação acadêmica, sendo compreendido como um técnico, que controlava fornos e processos que envolviam a utilização de fogo, como alambiques, produção de cerâmica e de cinzas¹²¹.

Boa parte da literatura citada por Manso também constava na biblioteca de Veloso de Miranda, com exceção de D’Urtubie, o que demonstra que ambos articulavam o mesmo tipo de conhecimento, no entanto com estratégias diferentes em noticiar suas atividades às autoridades.

Manso noticiava suas descobertas com textos detalhados dialogando com a nova literatura, Miranda embora com texto austero, preferia contar também com ajuda de desenhos minuciosos para demonstração de seu trabalho, compreendendo que o desenho era parte importante e complementar do registro científico. Manso tinha que demonstrar erudição para compensar sua falta de formação. As trajetórias destes dois naturalistas poderiam ter se cruzado caso as ordens e esforços da Coroa fossem atendidos, como notou Caio Boschi (2012). Existiu no referido período várias tentativas para que Manso

¹²⁰ Mais detalhes sobre o processo podem ser vistos em José Martins da Cunha Pessoa, “Memória sobre o Nitro, e utilidades que dele se pode tirar”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo IV, Lisboa, Tipografia da Academia, 1812

¹²¹ FILGUERAS, Carlos A. L. “João Manso Pereira, químico Empírico do Brasil”. In *Nova Química*, (16) 2 1993. p 155-160

Pereira se deslocasse de São Paulo a Minas no intuito de reformar as fundições de ouro e indagar sobre a produção de ferro na Capitania.

D. Rodrigo enviava ordens reiteradas para que Manso fosse a Minas e que se juntasse a Miranda, José Vieira Couto e a José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, para averiguações mais precisas sobre as técnicas de fundição. O que não veio a ocorrer. (AHU- Códice.611 fls.7-8)

Em seu texto sobre a salitreira artificial da Vila de Santos, percebe-se certa resistência de Manso às atividades dos naturalistas formados em Coimbra, “*sempre enviando pequenas amostrinhas a serem expostas no Real Museu*” e não amostras com maior volume para testes mais precisos, como ele o fez. O comentário do naturalista Manuel Arruda da Câmara, publicado no jornal enciclopédico O Patriota, ilustra bem a crítica no sentido inverso, ou seja, aos naturalistas sem formação, afirmando:

“Lendo as Obras dos Naturalistas, que falam sobre o algodoeiro, vejo que se enganarão a respeito do terreno mais apto para melhor produção deste gênero de planta tão importante; e meditando profundamente na causa disto, não posso deixar de supor que escreveram por noticias de viajantes e homens que não tratam ex professo dessa cultura¹²².”

Querelas que envolveram naturalistas não foram tão costumeiras quanto aquelas que envolviam o poder local. Manso Pereira, por exemplo, se envolveu em briga com o Governador da Capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça que oficiava em 21 de maio de 1802 para o visconde de Anádia as deficiências do “naturalista” como diretor da fábrica de ferro de Sorocaba, concluindo que deveria, em sua opinião, voltar para a sua cadeira de latim no Rio de Janeiro e deixar “essas coisas” de fundição para químicos de profissão¹²³. José Vieira Couto também se viu envolvido em briga contra a administração local com o Intendente dos Diamantes João Inácio do Amaral Silveira, o que resultou na saída do intendente, pois Vieira Couto gozava de prestígio com o governador Lorena e D. Rodrigo Sousa Coutinho que interviam diretamente na contenda a favor do naturalista ¹²⁴.

¹²² CAMARA, Manuel Arruda da; “Memória sobre a cultura dos algodoeiros”. O patriota, n2, fevereiro 1813, pág 53, In KURY ,Lorelai ____ CD. Imagem I0000141.

¹²³ Documentos interessantes, v.30 p.179

¹²⁴ Para mais detalhes ver, SILVA, Clarete Paranhos. “Desvendar o Grande livro da Natureza : as Práticas geocientíficas no Brasil vista por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista Brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de

Paralelamente com as atividades com o nitro, é fato que Veloso de Miranda continuava com algumas diligências pela capitania, em carta de 30 de março de 1799, o governador de Minas envia a Lisboa novo carregamento de produtos naturais,

(...) "Remeto 48 caixotes de plantas vivas, e constam com descrição botânica que se vê no catalogo incluso: no caixote numero 4 vão alguns ornatos, produtos artificiais, e moveis domésticos dos índios destes distritos, e no caixote numero 5 vão algumas das suas armas ao que acompanha a relação competente inclusa (...)"

(AHU-cx 148, doc 12/APM rolo 133)

O Conductor do comboio, o Tenente Francisco Xavier Machado, provavelmente pessoa de confiança do naturalista, levava junto de si e não com as remessas, missiva de Miranda a Vandelli, o que mais uma vez corrobora a discrição com que a amizade deveria ter.

"Sr. Domingos Vandelli

Meu mestre meu maior respeito, o portador desta é o tenente Francisco Xavier Machado, condutor de uma remessa de plantas vivas, que aprontei por ordem do meu governador ; e de outras produções naturais, que o mesmo remete. Daquelas não envio a V. S. o catalogo por que sei que vai agora ao ministério, lhe será seguramente entregue, e sobre o estado em que se acha a manufatura do salitre, algumas coisas mais, de que fico dispensado de o dizer o que há na matéria pode V. S. informar se querendo sabe-lo.

O mesmo condutor, oficial desta da guarnição desta praça, que me merece todo o bom conceito de que digno, vai encarregado de levar para isso dinheiro, para mandar alguns livros, de que necessito, e instrumentos de física; mas como não é versado nestas ciências não pode fazer eleição na escolha; e portanto rogo a V. S. que o queira encaminhar, e noticiar o que eu peço em uma lista que lhe dou.

Desejo a V. S. as maiores felicidades, e poder mostrar em tudo o tempo que sou;

Joaquim Veloso de Miranda

Vila Rica, 01 de 1799"

(APUD .SIMON:1983,p373)

É importante ressaltar a postura de Miranda em não enviar o catálogo sobre as plantas, informando que não enviaria dada a alteração de destinatário, no caso a remessa iria diretamente ao ministério, o que revela que Vandelli não tinha mais contato com as remessas. Mesmo na carta, Veloso de Miranda se mostra mais austero não dando maiores informações sobre suas atividades como das vezes anteriores. É de se perceber que mesmo a amizade entre os naturalistas estava seriamente abalada, embora Veloso solicitasse a Vandelli o favor de enviar materiais de Física e livros.

É muito provável que Vandelli tenha atendido a solicitação do naturalista enviando os livros e materiais solicitados, haja vista que o inventário do naturalista contava com publicações daquele período.

Tal documento pode ser considerado um dos últimos, pelo menos que se tem notícia, de correspondência entre Veloso de Miranda e Vandelli, que como já dito o naturalista passa a se corresponder com D. Rodrigo de forma direta, não recorrendo mais ao antigo mestre. Ainda em 1799, além de se dedicar a fábrica de salitre e a algumas viagens, mais uma ordem chega à capitania, desta vez D. Rodrigo ordenava a construção de um Horto Botânico.

III.2 O HORTO DE OURO PRETO

Outro traço importante do governo de Sousa Coutinho foi a paulatina revalorização da agricultura, incentivando a cultura de novos gêneros agricultáveis e reformando os meios de produção agrária já existentes, foi comum neste período a publicação de textos sobre o cultivo da cochonilha, anil, cacau, café, algodão entre outras plantas que deveriam ser cultivadas e incrementadas nas colônias.

A Coroa capitaneava, em larga medida, os experimentos científicos sobre a aclimação de plantas, principalmente aquelas que gerassem novos ramos de comércio. O centro condutor dessas pesquisas eram os jardins botânicos da Universidade de Coimbra e de Ajuda criados, anos antes, em Portugal.

O Jardim Botânico era considerado um espaço polêmico, pois ainda não se configurava clara, para boa parte da sociedade, como um local de pesquisa científica e não mero local para deleite cortesão. Fato que pode ser comprovado com a opinião de Pombal sobre o projeto enviado por Vandelli na construção do jardim da Universidade de Coimbra, o qual vetou boa parte escrevendo ao reitor reformador informando que *“Essa gente de Itália, costumada a ver deitar para o ar centenas de mil cruzados de*

*Portugal para Roma, e cheia deste entusiasmo, julga que, tudo que não é excessivamente custoso, não é digno do nome português, ou do seu nome deles*¹²⁵.

E ponderando o que tem concorrido para a ruína de grandes casas, na vangloria de demonstrar o malmequer da pérsia, uma açucena da Turquia, terminavam por fazer novo plano e orçamento para um jardim. E a Coroa solicitava ainda a Francisco de Lemos, que Vandelli adequasse o projeto “*para educação de rapazes e não ostentação de príncipes ou de particulares como aqueles extravagantes e opulentos que vinham fazendo ruína das grandes casas na cultura de bredos, beldroegas e poejos da Índia, China e Arábia*”¹²⁶.

Em 1788, Vandelli já havia publicado o *Dicionário de Termos técnicos da Historia Natural* e juntamente a essa publicação um texto intitulado *A Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos*, um texto curto, em tom de justificativa, em que o autor elenca as utilidades dessa instituição e suas vantagens na agricultura e economia. Além de demonstrar os benefícios de países que já possuíam tais estabelecimentos sendo enfático sobre a França e a Inglaterra, numa tentativa clara de demonstrar à sociedade portuguesa os benefícios econômicos desta instituição.

Sousa Coutinho, conhecedor dos benefícios desse espaço, ambicionava a criação de uma rede de jardins botânicos na colônia, polos de aclimatação e descoberta de plantas e dinamizadores da agricultura, criando novos ramos de comércio e fortalecendo outros que ainda se mostravam incipientes, nos moldes franco-inglês.

Evidentemente o centro dessa rede seria os jardins portugueses para onde boa parte de sementes e amostras deveriam ser enviadas e funcionando também como polo difusor de espécies.

Com respaldo científico D. Rodrigo visava à reformulação e à dinamização da agricultura na colônia e na metrópole, via exploração e domesticação de gêneros naturais e publicações que instruíam produtores e curiosos nas mais modernas técnicas de agricultura e de variada “indústria”. Haja vista as publicações da Tipografia do Arco do Cego sob a direção do Frei José Mariano da Conceição Veloso que com uma equipe de tradutores passavam para o português as publicações recentes, e estudos sobre o cultivo de batatas, algodão, anil, cochonilha, quina entre outros gêneros negociados nos Impérios Frances e Inglês com o título *O Fazendeiro do Brasil*.

¹²⁵ Anuário da Universidade de Coimbra, ano letivo 1869-1870. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1869, p138

¹²⁶ Anuário da Universidade de Coimbra ano letivo 1869-1870. Coimbra. Imprensa da Universidade Coimbra 1869. p138

Nessa dinamização os Jardins Botânicos nas colônias passam a ser compreendidos como instituições fundamentais nesse processo, levando D. Rodrigo Sousa Coutinho a expedir circular a vários pontos do império ordenando que fossem criados naquelas localidades hortos para aclimatação de plantas.

No Brasil os governadores das capitanias do Grão Pará, Goiás, São Paulo, Bahia, Minas e Pernambuco receberam essas ordens, no entanto apenas algumas localidades conseguiram de fato executá-la. A região que se mostrou mais exitosa na execução dessa ordem foi a Capitania do Grão Pará, importante localidade do norte da colônia dada a sua localização estratégica, no que se refere a questões de divisa com as colônias francesas e também por estar às portas da floresta amazônica de onde abundavam diversos gêneros naturais dando à região forte tendência ao extrativismo vegetal de drogas do sertão.

Em trabalho recente Nelson Sanjad (2004), chama atenção para o contexto de sua criação e principalmente quais os objetivos da Coroa portuguesa com a criação de um jardim às portas da floresta amazônica. Segundo o autor, a criação de um Jardim Botânico na Capitania fazia parte de um projeto que visava dinamizar a economia e a agricultura da região amazônica, alterando o extrativismo para o cultivo em larga escala. Tal perspectiva deve ser levada a um contexto mais amplo, não se tratava de uma iniciativa localizada, mas que compreendia todo o Império Ultramarino e sua reformulação agrícola.

Criado junto ao antigo prédio do Hospício dos Capuchos de Nossa senhora da Piedade, onde também funcionava um quartel e regimento militar, o horto de São José era conhecido como o jardim paraense. Ocupava uma área de 12 (doze) mil metros quadrados, onde foram cultivadas espécies da região amazônica e também algumas espécies exóticas do império português e outras contrabandeadas do Jardim de Caiena então colônia francesa. Segundo Sanjad, a Coroa portuguesa tinha predileções nas espécies cultivadas, sendo enfática na ordem de cultivo de plantas arbóreas para fornecimento de madeiras usadas na construção civil e naval. Fator importante para o sucesso desta instituição é a sua localização geográfica. A proximidade com a Guiana Francesa possibilitou uma circulação de espécies entre os jardins, a princípio na forma de contrabando e mais tarde, com a ocupação da Guiana Francesa (1808-1809), com a transferência de espécies exóticas de forma sistemática para o jardim paraense.

Essa proximidade com a Guiana não proporcionou apenas o trânsito de espécies, mas também o aproveitamento da mão de obra. Os primeiros funcionários empregados no

Horto de São José eram, em sua grande maioria, exilados franceses que se abrigaram em Belém com medo das revoltas escravas ocorridas no período. (SANJAD, 2004)

Ainda segundo Sanjad, o cultivo das espécies locais, de uso cotidiano e sua domesticação, consorciada à plantas exóticas de alto valor comercial como cravo e a canela, rendiam um lucro considerável tendo em vista o baixo custo do cultivo. Neste sentido o Horto paraense logrou êxito e o reconhecimento do Ministro Sousa Coutinho, que logo o tornou modelo para outros congêneres a serem implantados nas outras capitanias, levando-o a emitir nova circular ordenando a construção em todo Brasil.

Embora a ordem tenha seguido para boa parte das capitanias nem todas obtiveram sucesso na construção dos jardins e a maioria nem sequer chegou a existir.

No que se refere ao Horto de Vila Rica, em carta régia de 19 de novembro de 1798, D. Rodrigo ordenava a Bernardo José de Lorena, então Capitão General da Capitania, a construção de um horto de plantas onde deveriam ser cultivadas “*plantas tanto indígenas como exóticas*” e principalmente árvores para construção, nos moldes do Horto paraense, com o “*menor dispêndio possível*”. Em resposta a D. Rodrigo, escrevia Bernardo José de Lorena em carta datada de 10 de maio de 1799.

"Em observância do que me ordena na carta de V. Exa. De 19 de Novembro do ano passado, tenho dado todas as providências para o estabelecimento de um Jardim Botânico; achou-se um lugar excelente, e são casas e terrenos do tenente coronel José Pereira Marques, devedor ainda de grande quantia à Real Fazenda pelo Contrato de Entradas que teve arrematado: em consequência da representação inclusa do Doutor Joaquim Veloso de Miranda, se estabeleceu em Junta da Real Fazenda o ordenado de duzentos mil réis por ano ao doutor Luiz José Godoy Torres, como ajudante do referido Veloso; espero que a despesa não seja excessiva, o tempo mostrará, e será presente a Sua Majestade pelo Real Erário ficando ao meu cuidado participar a V. Exa. O progresso de um estabelecimento tão útil e tão recomendado. (AHU-cx 148,doc36/APM rolo 133) "

Tal tarefa, como demonstra o documento, recairia sobre o futuro secretário de Governo e naturalista Joaquim Veloso de Miranda já em diligência com as pesquisas nas nitreiras artificiais na fazenda no Mau Cabelo, e com algumas viagens mais curtas no interior da Capitania.

Assim como o Horto de Belém, em Vila Rica o local para a construção do Jardim é dentro do perímetro urbano e com alguma proximidade da administração, dado ao seu caráter estratégico na política colonial.

Já atarefado com as pesquisas das nitreiras artificiais na Fazenda do Mau Cabelo e demais experiências, Veloso de Miranda solicita ao Governador a contratação de um ajudante que pudesse prosseguir com as atividades da implantação do jardim em sua ausência. Atendida a solicitação pelo governador, sempre justificando os gastos com a instituição, é contratado o médico Dr. Luiz José Godói Torres com remuneração de duzentos mil reis anuais, e ao que consta, Veloso de Miranda continuou com as demais experiências com nitratos. (AHU-Cx.148 doc.36/APM rolo 133)

É importante ressaltar o caráter de ajudante do Dr. Godói Torres existindo entre este e Veloso de Miranda uma hierarquia, sendo delegado ao primeiro apenas o cultivo e manutenção do Horto, e ao segundo experimentos mais detalhados, como classificação, nomeação de novas espécies, preparo em caso de envio de amostras a Portugal, além de responder por tudo aquilo que se referia à instituição.

Em 1799 o Horto Botânico já estava em funcionamento e devidamente estruturado, situado em terreno em aclive como consta em mapa de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães datado de 1799, contando com sete terraços da parte baixa até a parte alta do terreno, e com duas samaritanas para captação de água. Ainda hoje existe no local parte da estrutura daquela época.

No que diz respeito à distribuição e ordenamento dos vegetais percebe-se, no mesmo mapa, a preocupação em separar plantas arbustivas das de maior porte e ao que se constata, arbustos e cipós eram plantados nos terraços, e o lote maior era dedicado a plantas arbóreas, de maior porte, distribuídas em três seções.

Das plantas cultivadas no Horto de Vila Rica poucos são os registros das espécies que chegaram a ser cultivadas. Consta que até o início de julho de 1800 aproximadamente 500 plantas estavam sendo cultivadas “*com todo asseio*” como atesta o governador Lorena, além de ressaltar que “*os trabalhos do Dr. Veloso com as nitreiras não tem dado lugar a descrição botânica das plantas, que remeterei a V.Exa. Logo que seja possível concluir-se*”. (AHU-cx.153,doc36/APM rolo 138)

Se comparar o número de plantas existentes no Horto de Ouro Preto – com suas 500 plantas – com o Jardim Paraense no mesmo período – que contava com 2.805 plantas de 84 espécies diferentes – a princípio será possível constatar algum grau de inferioridade ou atraso. No entanto, deve-se levar em conta questões como o tempo na recolha de

exemplares e as aquisições vindas da Guiana e das várias regiões do Império para o Horto paraense, além da proximidade com o maior bioma da colônia.

O tempo de recolha e de cultivo das plantas do Horto mineiro foi de no máximo 2 anos, a partir da ordem da construção, portanto um bom rendimento no acúmulo e ordenamento da coleção de 500 indivíduos. (AHU-cx153 doc.36/APM rolo 138)

Um bom registro das espécies “índias” ou nativas presumivelmente cultivadas no Horto de Ouro Preto pode ser encontrado nos escritos do Dr. Godói Torres, publicado em 1813 no periódico enciclopédico *O Patriota* com o título *Plantas Medicinai Indigenas de Minas Gerais* em que o autor lista as principais plantas usadas na farmacopeia mineira. Espécies que normalmente chamavam mais atenção de Veloso de Miranda, descrevendo o nome vulgar, nome científico e função médica.

Consta também um manuscrito do mesmo autor, datado de 07 outubro de 1813 com o título *Flora Medicinal Mineira*¹²⁷, em que além de listar as mesmas plantas ainda escreve uma breve descrição do manuseio de raízes, cipós, lenhos, folhas, frutos, sementes e cascas.

"Preceitos, que devem guardar na colheita das plantas medicinais, que as houverem em tirar nesta capitania

As raízes devem ser arrancadas em Maio, e continuar-se até Agosto, tirando-se de arvores, ou arbustos de meia idade, e só a raiz, que desce perpendicularmente, ou a principal, separando-se delas as raízes menores das fibrosas. As raízes carnosas, como são as do Mechoacan etc. cortão-se em talhadas, e secam ao sol, ou a forno brando, o que deve praticar com as mais partes das plantas.

Nos lenhos se observem os mesmo preceitos acima, sobre o tempo de se cortarem, a idade, e o meio de secarem.

As cascas, que são resinosas, se tiram em Agosto até Setembro; e as que são resinosas em março e julho: a idade, e o modo de se secarem é o mesmo que fica dito.

¹²⁷ Manuscrito publicado na revista do Arquivo Publico Mineiro 1892.in Revistas do Arquivo Publico Mineiro 2007. Cd/02 APM, Fundação João Pinheiro

As plantas herbáceas, isto é de pouca duração, como um ano, ou pouco mais, se devem colher, quando as flores principiam a abrir-se, menos as que em idade tem as folhas duras como a Xicoria etc. que se devem colher antes da florescência. Secam se como fica dito, e com prontidão.

As folhas devem ser colhidas depois da florescência, mas antes que a planta amadureça. Secam como as plantas.

Os Frutos serão colhidos, quando estão próximos a sua perfeita maduração; secam se, e recolhe depois os mais nutridos e bons; os oleosos, como a Bicuiba secam se a sombra.

As sementes devem estar bem maduras, para se colher; escolhem se as grossas, bem nutridas, inteiras, bem cheirosas e de sabor forte, quando devem ter essas qualidades . devem secar se nas suas caixas, e conservarem se nelas. "

(Revista do Arquivo Publico Mineiro, 1902, ano 7, p.735-745)

Neste registro constam 25 espécies onde figuram plantas como o Anda-açu, Salsa-Parrilha, Mil Homens, Butua, Poaia, entre outras que se presume que também foram cultivadas no Jardim Botânico de Vila Rica no referido período¹²⁸. No mesmo documento Torres informa a melhor forma de acondicionar esses objetos para remessas, muito provavelmente Veloso de Miranda também utilizava esta metodologia.

“A remessa destes produtos vegetais deve ser em caixas que tenham as juntas bem tampadas externamente com tiras de pano coladas com alcatrão; dentro nas mesmas caixas se porão pedacinhos de alcanfor embrulhados em papel e espalhados entre os produtos.” (Revista do Arquivo Publico Mineiro, 1902, ano 7, p.735-745)

¹²⁸ Plantas listadas por Godoy Torres; *Figueira terrestre, Congonha, Poaia, Subragi, Raiz Preta, Ipu ou batata purgante, Erva de Santa Maria, Anda-açu ou fruta de arara, Salsa parrilha, Pau Quiabo, Sassafrás, Calumba, Copauba, Estouraqué, Almeiga da Beira do rio, Jatobá, Casca de Anta, Caroba, Maracujá grande, Mil homens, Capim Cheiroso, mamona ou carrapato, Abobora do mato, Bieniba redonda, Butua.* Manuscrito publicado na revista do Arquivo Publico Mineiro 1892. 20 Cd/02 APM, Fundação João Pinheiro.

Em relação à existência de plantas, de alto valor comercial, vindas de outras localidades do Império e aclimatadas no horto, que muito provavelmente se encontravam ali, tem-se referência, por exemplo, ao linho cânhamo escrevendo o conde de Resende ao governador de Minas Gerais em 1800 .

"Lembrando-me de repartir com V. Exa. Sementes de linho Cânhamo remetidas do Rio de Janeiro persuadido de que esse clima teria mais analogia com a natureza e produção deste vegetal do que o desta capitania, dei conta para Lisboa das diligencias que tinha praticado, prometendo fazer em tempo competente a participação do seu resultado: e como nesta ocasião me seja necessário tratar para a Corte este particular tão importante aos Reais Interesses, espero merecer de V.Exa. a contemplação de noticiar-me os progressos do mesmo linho, pois entendo que este zelo e eficácia de V.Exma. serão proporcionados aos meus desejos, e às positivas recomendações de Sua alteza.

Deus Guarde V.Exa. "

(ANRJ-código 70, volume19, fl79v)

A cochonilha importante gênero cultivado para produção dos insetos utilizados para a produção de tintas também foi outra espécie que D. Rodrigo ordenava que se cultivasse no jardim, como demonstra sua ordem ao governador de 22 de novembro de 1799,

"Sendo o príncipe regente (...) a representação inclusas do feitor da Casa da Índia sobre as qualidades e preços das cochonilhas. É o mesmo senhor servido que V. Sa. enquanto aquele preciso gênero se não estabelece e anima pela concorrência dos negociantes, procure animar a sua cultura, fazendo-o V. Sa. comprar por conta da Fazenda Real pelo preço proposto pelo mesmo feitor, para o remeter para aqui bem acondicionado". (AHU-Codice 611,fl22)

Ainda no que se refere ao recebimento de gêneros botânicos de outras localidades, a documentação consultada da conta de que em 1801, o então Vice Diretor do Jardim Botânico da Ajuda, Alexandre Rodrigues Ferreira envia de Portugal sementes de sândalo *"para cada governador (...) e que poderia ainda repartir algumas sementes, dessas que vão nos vasos de vidro para Pernambuco a um naturalista, que ali esta, e*

*para o Museu que esta em São Paulo, e para o Dr Veloso em Minas Gerais*¹²⁹". (PATACA, 2006, p.414)

Embora inicialmente a Coroa tenha manifestado interesse nas madeiras para a construção, em ofício de 05 de abril de 1799, ordena que seja verificado a existência de plantas e madeiras que sirvam para a fabricação de papel como informa o governador Lorena a D. Rodrigo em carta de 20 de novembro de 1799.

"Em consequência do ofício de V. Exa. de 5 de abril de 1799 encarreguei ao doutor Joaquim Veloso de Miranda o cuidado de fazer as precisas indagações de plantas e arvores que sirvam para fabricar papel; e que em tempo próprio informarei a V. Exa. do resultado. "
(AHU-cx151 doc.16/APM rolo 136)

Tal interesse de D. Rodrigo na fabricação de papel deve ser observado, tendo em mente, o contexto das tensões advindas dos distúrbios causados por Napoleão Bonaparte. O papel é importante componente para fatura de cartuchos dos canhões, portanto se ligava diretamente à indústria do salitre na fabricação de pólvora e, se fosse viável, o Jardim de Ouro Preto seria o centro de cultivo destas espécies.

Em carta datada de 15 de outubro de 1800, Bernardo José de Lorena informa sobre os resultados das indagações de Veloso de Miranda sobre as observações de plantas próprias para a fabricação de papel.

"No meu ofício de numero 11, de 4 de julho corrente, disse a V. Exa. que apesar de encontrarem aqui plantas, e árvores próprias para fabrico de papel, estas existiam muito espalhadas, e em lugares remotos, que seria de grande despesa para ajuntar suficiente porção, e ainda maior para fazer uma plantação própria; estou pelo mesmo: contudo remeto amostras inclusas; e nota do Dr. Veloso que as acompanha.

Lista;

Embiras e cascas de paus, para experiências do papel; que gastam oito pra nove meses em apresentarem no estado em que se acham; Guaxima

¹²⁹ PATACA. Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)* tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade de Campinas 2006 pág. 414

Branca, Guaxima ordinária (a), Embira branca, Dita vermelha, paina de Embiruçu vermelho, Gameleira

Ficam em boxes de maceração por se acharem muito rijas e intratáveis, as seguintes;

Baçoura grande de folha ruiva, Carrapixo, Iraticu, Jequitibá, Pindaíba Preta, Dita vermelha, Embiruçu branco, dito vermelho, Baçoura grande, Embaúba, Pitta, Arco de pipa.

Nota;

Quando procurava em lavagens repetias branquear e aprontar esta casca, tentei consegui-lo fazendo-a ferver em água mãe do salitre, que então tinha entre mãos; porem foi tal a aderência de principio extrativo da matéria colorante, de que a abunda a mesma água mãe, que, não obstante fazer ao depois ferver por vezes a dita casca, ou em água pura, ou ajuntando-lhe cinza nunca pude reduzi-la a cor, que de antes tinha, e tem a primeira espécie de Guaxima; e por não parecer desprezível esta observação assim envio. Dr. Joaquim Veloso de Miranda"

(AHU-cx.154 doc.44/APM rolo139)

Embora dispersas e apesar do alto custo para plantio em larga escala, não quer dizer que tais espécies não tenham sido cultivadas no Horto de Ouro Preto.

Não se localizou nenhum documento referente ao intercâmbio mais efetivo com outras instituições congêneres no Brasil. Ao contrário do Horto de São José, em Belém, que pode ser considerado como centro receptor de espécies do Jardim de Caiena e principalmente difusor de espécies para o restante do Brasil, enviando plantas ao Maranhão, Salvador e outras capitânicas.

O Jardim de Ouro Preto ao que se apresenta, não teve o mesmo êxito em consorciar o cultivo de plantas de alto valor comercial com as nativas, tendo maior êxito apenas na domesticação de plantas locais se comparada ao Horto paraense.

Na mudança da conjuntura política local, ou seja, com saída de Bernardo Jose de Lorena do governo da Capitania em 1804 e posse de Pedro Maria Xavier Ataíde Melo (1803-1810) mudava também as orientações com relação à instituição. Em carta enviada à Coroa, Ataíde Melo informava que:

“O estabelecimento do jardim botânico não corresponde aos seus fins, porquanto as plantas indígenas não é preciso transplantarem-se, e, quanto às exóticas, em vão se aplicaram meios para sua conservação.”

(BNRJ-Coleção Casa dos Contos. Pasta I-25-19-1n 1)

Tal afirmação do novo governador de Minas sugere que as tentativas de aclimação de plantas no referido jardim era infrutífera, crê-se que em parte pela sua localização geográfica e condições climáticas. Portanto, essa foi a sentença do fim desta instituição que acabou por funcionar por curto um período de tempo na capitania.

Esclareça-se que, anos mais tarde, já no período pós-independência é ordenado a construção de novo Horto Botânico em Ouro Preto em 1825. No entanto, a escolha do lote para instalação do novo jardim deveria ser em local bem diferente, fora do limite urbano, no chamado Passa dez, nas cercanias da cidade.

A existência desse segundo jardim, que nada envolve Joaquim Veloso de Miranda, funcionou de maneira conturbada durante sua existência como relata seu diretor Fernando Pereira de Vasconcelos¹³⁰. No entanto a documentação sobre o Jardim Botânico do Passa Dez é bem mais volumosa, contendo lista específica de espécies cultivadas – cultivo de amoreiras para introdução da cultura do Bicho da seda¹³¹, cultivo de chá. Até seu declínio e extinção, no fim do século XIX, passou a funcionar como local de quarentena e cemitério de bexiguentos durante as epidemias de varíola na então capital da província¹³².

Como se observa, as atividades de Joaquim Veloso de Miranda, na última década do século XVIII, foram intensas e variadas e em torno de objetivos muito específicos da Coroa Portuguesa, seja na criação da fábrica de salitre ou no Horto Botânico de Ouro Preto. Por certo as viagens já não eram do seu interesse, embora tenha realizado algumas poucas neste período. O já senil naturalista, por certo, preferia se dedicar à pesquisa de forma sedentária no seu refúgio – a fazenda do Mau Cabelo.

Em princípios de 1800 Veloso de Miranda é empossado na secretaria de Governo da Capitania, e a partir desta data a documentação sobre suas atividades científicas é absolutamente rarefeita.

¹³⁰ , Documentos diversos: o jardim Botânico de Ouro Preto em 1835.in Revista Arquivo Publico Mineiro n3 ,1898,p774

¹³¹ Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto. Registro de Portarias e ordens de Governo 1844-1848. registro de Correspondência fls. 6 - 7

¹³² Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto. Registro de Atas de Sessão da Câmara. Cx11-L01. 1868-1883

Durante certo tempo Veloso era constantemente consultado sobre os profissionais aptos para recolha de gêneros ou ainda dando pareceres sobre algumas produções naturais a serem enviadas a Portugal, nada de grande monta ou resultado de seu trabalho. Vindo aparecer inclusive possíveis pupilos do naturalista como é o caso de João Gomes da Silveira Mendonça a quem o naturalista abonava seus méritos na recolha, desenho, descrição e classificação, pelo sistema de Lineu, de amostras da História Natural como consta em documentação expedida pelo Governador Ataíde Melo. (AHU-cx 180.doc79)

Como bem demonstrou Caio Boschi (2012), é clara a influência de Veloso de Miranda nas orientações desse jovem militar que, com 25 anos de idade, recolheu exemplares e os descreveu segundo o sistema de Lineu e os enviou a Corte para serem remetidos a corte de Berlim, demonstrando que Veloso de Miranda tenha repassado seus conhecimentos. Ainda segundo Boschi, Silveira Mendonça passou ao reino no intuito de se formar na Universidade de Coimbra em Matemática, o que segundo o pesquisador mineiro não veio a ocorrer. O que não o privou de possuir importante relevância na administração colonial em seu retorno ao Brasil, sendo agraciado com o cargo de auxiliar e diretor da Real Fábrica de Pólvora no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, vindo também a se tornar Ministro da Marinha.

Embora se tenha tentado responder a algumas perguntas, ainda ficam muitas outras. Porquê Veloso de Miranda nunca publicou seus resultados? ou ainda Porquê Vandelli não mais publicou os resultados, que por certo tempo ainda chegavam às suas mãos, das observações de Veloso de Miranda? A resposta talvez possa ser compreendida à luz da polêmica na Real Academia das Ciências, por motivos políticos, por uma reputação fortemente abalada junto ao universo científico português, não restando mais do que é possível perceber do que é sugerido pelas fontes pesquisadas. Para que não houvesse qualquer dúvida seria necessário um estudo pormenorizado da trajetória de Domingos Vandelli e sua gestão das informações que lhe chegaram não só de Veloso de Miranda, mas de seus diversos discípulos como Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó, entre outros.

Miranda nunca mais voltou a Portugal, talvez se algum dia tal hipótese estivesse em pauta fora antes do ocorrido na Academia de Real Ciências de Lisboa, quando ainda esperasse que suas atividades na Capitania, juntamente com o trabalho de Vandelli, tivessem outro tipo de repercussão no universo científico.

Outro ponto importante é que embora a Coroa tenha encetado a criação de uma fábrica de Salitre na região, tal não veio a ocorrer¹³³, o que deve ter levado o naturalista a se dedicar a outras observações para sua “subsistência intelectual” como a tinturaria de tecidos e a fabricação de chapéus¹³⁴, diga-se de passagem, atividades naquele momento relevantes e tratadas pelo seu antigo mestre Domingos Vandelli nas Memórias da Real Academia das Ciências de Lisboa¹³⁵.

Após deixar a secretaria de Governo em 1804, Veloso de Miranda muito provavelmente se recolheu em sua fazenda em Ouro Branco, a dita do Mau Cabelo, o que não significa que tenha parado com suas pesquisas. Alguns contemporâneos seus dão notícias e informações valiosas sobre seus últimos anos. Eschwege informa que o naturalista desenvolvia pesquisas em torno da tinturaria de tecidos o qual classificava com melhor qualidade do que os carmesins da Europa. No entanto as notícias sobre os últimos anos do naturalista ainda são obscuras no tocante a suas atividades e mesmo sobre a sua personalidade. Alguns o consideravam “*intratável misantropo*”, outros “*bravo botânico*” residente num “*acantilado rochedo de Ouro Branco*”, onde viveu até o fim de sua vida em 1816.

¹³³ É provável que a Coroa tenha optado em instalar fábrica de salitre artificial mais próxima aos portos, se tornando o produto final mais barato, já que a salitreira artificial de Veloso de Miranda encetava para um alto custo mais elevado. Tal afirmativa leva em conta a criação do Real Laboratório de Refinação de Salitre no Ceará pelo naturalista João da Silva Feijó em no mesmo período. Ver; Ferraz, Márcia Helena. A produção do Salitre no Brasil Colonial. 2000. In QUÍMICA NOVA, 23(6) (2000)

¹³⁴ Consta no inventário do naturalista peças para fabricação de chapéu como, prancha de cobre para fazer chapéus, ferro de engomar e molinete para levantar pelo de chapéu de baetão. Para maiores detalhes Caio Boschi; *Exercícios de pesquisa Histórica*, editora PUC Minas. 2012. p170

¹³⁵ Nas *Memórias econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da agricultura das artes e da industria em Portugal e suas conquistas*: Memória sobre várias misturas de matérias vegetais na factura dos chapéus”, tomo II, 1790, Memória sobre as produccões naturaes do reino e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fâbricas, ou manufacturas”, tomo I, 1789

CAPÍTULO IV

IV.1 UM OPULENTO NATURALISTA

Embora nos últimos anos de sua vida Veloso de Miranda tenha se recolhido em sua fazenda, e ao longo de sua trajetória tenha enfrentado alguns percalços, ao que consta não teve o mesmo fim de muitos dos naturalistas seus contemporâneos.

Miranda não obteve nenhum cargo vitalício ou mercê régia de grande monta – como aconteceu, por exemplo, com Alexandre Rodrigues Ferreira – ou mesmo solicitado hábito de alguma ordem, como era comum alguns homens honrados solicitar a sua majestade, no entanto, era proprietário de avultado patrimônio.

Possuía casa urbana em Vila Rica em frente à Casa dos Contos, e como consta em seu inventário bem guarnecida de mobiliário e utensílios denotando pompa e opulência. Em sua Fazenda – Mau Cabelo – era um pouco mais simples, dedicada a atividades diversas, como tecelagem, tinturaria e fabricação de chapéus possuindo para estas atividades diversos apetrechos e 24 cativos, o que o colocaria como possuidor de um plantel de escravos de médio para grande porte, além de criações de gado e ovelhas. Neste mesmo local Miranda guardava também uma considerável fortuna, 35 (trinta e cinco) barras de ouro numeradas e devidamente quintadas, com peso médio de 3,5 marcos, num total de 29 (vinte e nove) quilos e 300 (trezentas) gramas¹³⁶. Como muito bem demonstra Caio Boschi (2012) em análise detida do inventário do naturalista, tal montante possivelmente não era decorrente das atividades daquela fazenda já que ela não possuía grandes proporções para grandes expectativas agrárias¹³⁷, o que talvez possa corroborar com a hipótese de que, em seu retorno a Minas em 1780, Miranda estaria reformando o garimpo de sua família na Mina da Cata Preta ou Calderão, e que talvez a memória enviada a Vandelli sobre as minas de Ouro do Brasil, possivelmente fossem resultados de atividades científicas práticas implementadas naquele local.

Miranda ainda deixou uma biblioteca considerável, em sua livraria constavam 104 títulos, com 260 volumes, onde figuravam importantes nomes das ciências como Lineu, Jean-Batiste François Rozier, Charles Plumier, Felix Avelar Brotero, entre outros.

¹³⁶ Boschi .2012.p170

¹³⁷ BOSCHI.....212..p171

O que mais nos chama atenção e que entre a livraria arrolada no inventário, a obra que leva seus resultados – *Florae Luzitanicae et Braziliensis specimen* – não consta, o que não quer dizer que ele em algum momento não a tenha possuído, no entanto a falta deste volume é digno de nota. Como bem nota Boschi (2012), não consta na livraria de Miranda algum livro referente a religião, bíblia ou missal ou ainda joia de natureza religiosa, nem imagem, cruz, crucifixo ou rosário, fato que instiga não só o pesquisador mas, também a nós quando temos em mente a formação religiosa do naturalista.

Em ambos os imóveis, tanto urbano quanto rural, Miranda mantinha um microscópio, como chama atenção Boschi (2012), artigo raro nos inventários da colônia mesmo quando comparado ao de outros naturalistas do mesmo período.

Outro item interessante que revela algumas particularidades do trabalho de Joaquim Veloso de Miranda são as duas Caçambas de Jacarandá preto chapeadas em prata e cobertas de moscóvia, tais caçambas é o que hoje temos nos museus como liteiras para viagens, o que indica que o naturalista ao sair em suas viagens se revestia de dignidade e opulência como um funcionário Régio deveria ter, revestindo sua prática científica de dignidade afastando qualquer observação negativa de seu trabalho pudesse ser alvo.

O montante total de seus bens foi avaliado em 17000\$000 contos de reis, sem dúvida um homem muito rico, já que em comparação a outros homens de grande prestígio e reconhecidamente ricos da época, poucos chegaram a completar a cifra dos 10.000\$00¹³⁸.

Veloso de Miranda possuía um padrão de vida abastado e opulento, de onde veio tamanha riqueza não podemos afirmar mais do que as fontes podem sugerir.

IV.2 NO ACANTILANDO ROCHEDO E NO REMANSO DA FILOSOFIA

‘ Dos registros de pessoas próximas a Joaquim Veloso de Miranda poucos são os relatos. No entanto, os que foram possíveis localizar, nos dizem pouco da personalidade do naturalista.

Seu vizinho em Vila Rica, Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos atribui ao naturalista gênio cordial e amistoso reputando-o de “*bom caráter, além de admirável*”

¹³⁸ BOSCHI,2012, p 163

*homem, Vassalo útil e bom amigo*¹³⁹”. Vasconcelos, ainda em seus escritos, enaltecia as atividades do naturalista como na sua *Breve descrição geográfica física e política da Capitania de Minas Gerais*.

“Temos a quina, a salsa, e mil outros simples vegetais, descobertos pelo Dr. Joaquim Veloso Miranda. Seria para se desejar que este valente botânico transmitisse ao publico suas laboriosas explorações.”

As linhas que foram dedicadas a Veloso de Miranda pelos naturalistas Europeus que vieram a Minas Gerais depois de suas atividades, em larga medida, são decorrentes dos relatos do engenheiro alemão Wilhelm Ludwig Von Eschwege, único que realmente pode ter tido algum contato com Veloso de Miranda. Chegando a Minas em 1810, Eschewege foi comissionado pela Coroa Portuguesa para as reformulações sobre a fundição de ouro e outros metais, além de levantamentos sistemáticos e mais precisos sobre os depósitos dos vários metais existentes em Minas. Se estabelecendo em Vila Rica, Eschewege se tornou para os naturalistas, vindos da Europa em direção a Minas Gerais, referência de informações e hospedagem. É certo que o nome de Joaquim Veloso de Miranda pode ter figurado em algumas conversas entre os naturalistas em busca de maiores informações sobre a história natural da região e sobre Miranda, escreveu Eschewege:

“Mais a leste de Ouro Branco, no mais acantilado dos rochedos, viveu no remanso da filosofia o botânico Veloso, ali falecido em 1816(...) Ai ocupava-se ele utilmente de estudos de Quimica e de lavoura, mas principalmente da criação e reprodução da cochonilha. Da lã dos seus rebanhos, fazia preparar pelos seus escravos tecidos, a que dava cores tão duradouras que se podiam comparar aos melhores tecidos europeus, sendo tão finos como as casimiras. Para tintura desses tecidos, empregava ele exclusivamente matérias colorantes brasileiras, que havia descoberto em varias plantas; e para apisoa-las servia-se de uma terra excessivamente untuosa ao tato, a qual encontra-se em grandes camadas

¹³⁹ VASCONCELOS, Diogo P.R.de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Carla M.J. Anastásia. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e culturais, 1994.p.67

nas jazidas de topázio do Capão, e parece resultar da decomposição ou incompleta formação da rocha secundária do talco.

Veloso era tão aferrado e cioso em suas descobertas que não as divulgava a ninguém, nada podendo-se aproveitar dos papéis que deixou, e dos quais tinha o comentário na cabeça. Com sua morte também desapareceram suas descobertas, que poderiam ter sido tão úteis à indústria e ao comércio se não as sepultasse o capricho do seu autor”.¹⁴⁰

O breve relato do engenheiro alemão pode nos dar uma boa ideia das atividades de Miranda depois de sua saída da Secretaria de Estado de Minas Gerais.

Ao que se constata Veloso de Miranda se dedicava a tecelagem e a tinturaria dos tecidos por ele produzidos na fazenda do Mau Cabelo, muito provavelmente utilizando a estrutura da fábrica de Salitre. Ao verificarmos o seu inventário constam além de materiais para tecelagem artigos e utensílios para a fabricação de chapéus¹⁴¹.

O relato de Eschewege ainda nos revela que Miranda fazia experimentos sobre química, o que mostra que o naturalista, mesmo no fim de sua vida, não deixou de fazer suas observações. O alemão ainda lastima a ausência de escritos com comentários do naturalista que por capricho levou seu conhecimento para o túmulo. Entre os naturalistas estrangeiros que posteriormente tiveram contato com Eschewege e que dedicaram algumas linhas a Veloso de Miranda, podemos destacar Auguste de Saint-Hilaire e Von Martius.

Auguste de Saint-Hilaire embora de forma sucinta, parece compreender bem a atividade científica de Veloso de Miranda, percebendo os fortes imperativos sociais a que a prática científica estava condicionada no referido período na sociedade colonial. Escrevia o naturalista Francês:

“cedendo excessivamente ao preconceito que, em sua pátria, condenava os homens brancos a fugirem do trabalho, ele mesmo herborisava pouco, usando no mais das vezes escravos para esse fim”. (Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay, 1824,p23)¹⁴²

¹⁴⁰ Barão de Eschewege, ” Contribuições para o estudo da Geologia do Brasil,” Trad. Rodolpho Jacob, apud XAVIER DA VEIGA. Efemérides mineiras, p.708

¹⁴¹ BOSCHI, Caio Cesar....2012, p 163

¹⁴² Gostaria de reiterar o agradecimento à querida professora Lorelai Kury que gentilmente traduziu parte do texto.

Saint-Hilaire por certo compreende a aversão da sociedade portuguesa ao trabalho manual, mesmo que naquele momento a prática de campo viesse ganhando cada vez mais notoriedade e prestígio no meio científico, no entanto a sociedade colonial ainda via esse tipo de trabalho como algo mecânico e indigno o que levava o naturalista a trabalhar longe dos olhos do público ou mesmo herborizando mais via escravos do que ele próprio.

O naturalista Francês faz observações importantes sobre a parceria de Veloso de Miranda e Vandelli, reconhecendo que de fato existia.

"Veloso enviava a Vandelli uma parte de suas descrições; este último, depois de acrescentar algumas palavras as publicava em sua Florae Lusitanicae et Brasiliensis specimen, e, para me servir da expressão que Lineu usou ao escrever ao próprio Vandelli a respeito de Grisley (Lin., litt. in Fl. lus. spec., p. 81), o professor de Coimbra oferecia aos botânicos, em um livro mais nocivo que útil, uma sequência de enigmas que somente um Édipo teria podido adivinhar."

(Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay, 1824,p23)

Interessante notar que Saint-Hilaire compara o trabalho de Vandelli ao de Gabriel Grisley, médico alemão, professor de Coimbra e autor do primeiro livro sobre a botânica de Portugal o chamado *Viridarum Lutitanicum de 1661*. Considerado, nas palavras de Lineu, ambas as obras como obscuras e enigmáticas.

Ainda sobre Veloso de Miranda, Saint-Hilaire informa que teve contato com alguns de seus manuscritos, não podemos afirmar se via Eschewege ou outra pessoa próxima a Miranda que possuía estes documentos. Segundo o Francês, "*Seus desenho se perderam e os manuscritos que pude ter em mãos não poderiam ser úteis*".

Outros naturalistas que tiveram contato com o Barão de Eschewege e outras pessoas ligadas a Miranda foram os Bávaros Spix e Von Martius escrevendo o último:

"O primeiro que neste sentido conquistou méritos, foi Domingos Vandelli, de Pádua, o que foi chamado primeiramente a Coimbra e depois a Lisboa pelo culto e enérgico ministro Pombal, a fim de lecionar

química e botânica. Ele preparou muitos alunos que lhe enviavam plantas do Brasil, que, em parte, foram por ele mesmo estudadas (também Lineu recebeu remessas dos mesmos) ou permaneceram nos gabinetes de historia natural de Lisboa, até que, após, a invasão dos franceses sob comando de Junot, foram levadas e depositadas nos herbários do Jardim de Plantas de Paris.

O mais ativo aluno de Vandelli foi um certo Veloso, natural de Minas Gerais, um jesuíta e possivelmente o mesmo que é chamado por Vandelli: Doutor Joaquim Veloso de Miranda. Dele procedeu, tal como me assegurou o Dr. João Gomes, diretor em 1818, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Minas e que Vandelli notifica em seu “*fasciculus Plantarum cum novis generibus et specibus*” e em sua “*Florae Luzitanicae et Brasiliensis especimen*” alias, em geral, muito escassamente descritas.”¹⁴³

Ao escrever sobre as primeiras atividades de botânicos no Brasil, se fiando em comentário de João Gomes, algumas questões podem não ter ficado claras ao naturalista bávaro, como por exemplo, Veloso de Miranda não era Jesuíta, embora clérigo, não era professo de ordem, o que demonstra que Martius provavelmente confundia Miranda com o Frei José Mariano da Conceição Veloso, que por acaso também não se enquadraria como inaciano.

Outro ponto importante e certamente equivocado se refere à publicação *Fasciculus Plantarum cum novis Generibus et specibus*, tal obra publicada em 1772, não possui ajuda de Veloso de Miranda, pelo menos não de forma evidenciada. Esclareça-se que tal obra foi publicada no mesmo ano da chegada de Veloso em Coimbra, e seus manuscritos com todas as imagens e textos são datados de 1771, portanto, tal colaboração é improvável.

No que se refere à *Florae Luzitanicae et Brasiliensis especimen* de 1788, Von Martius, assim como outros naturalistas, criticam a obra considerando-a obscura.

Ainda no documento, Eschewege ao tratar de Veloso de Miranda, afirmava que o naturalista não comunicava suas descobertas a ninguém e delas não possuía anotações, no entanto, Von Martius afirma que por intermédio do próprio engenheiro alemão,

¹⁴³ Von MARTIUS. Carl Frederich Philipp, *Botanische Zeitung* (1837), excertos, apud STELLFELD. Os dois Velosos, p.238-239.

conseguiu manuscritos de Veloso que estava em posse de um aluno, o qual teria servido de base para escritos do Dr. Gomide, de Mariana em publicação feita no jornal Enciclopédico O Patriota de 1813.

“Vandelli recebeu outras espécies da província do Pará por intermédio do medico do então governador do estado do Pará, D. Mendonça Furtado, irmão de Pombal e de D Brandão, vigário geral do Pará.

Os estudos de Veloso foram, alias muito mais fecundos que os de seu próprio mestre.

Durante uma permanência de mais um ano no convento de Mariana, ele observou e descreveu uma grande parte das plantas que se lhe apresentavam na tão rica redondeza daquela cidade serrana. Seus Manuscritos foram parar nas mãos de seus alunos de Vila Rica, onde eu também recebi uma parte dos mesmos por intermédio do meu excelentíssimo amigo Barão de Eschewege, diretor de minas lá mesmo e foram entre outros, também aproveitados pelo Dr. Gomide, de Mariana, em sua classificação das plantas officinais de Minas: Mapa das plantas do Brasil, suas virtudes e lugares em que florescem, extraindo de officios de vários médicos e cirurgiões (em revista “O Patriota” Rio de Janeiro, 1814, julho. P.3 e seguintes)

Além disso, ficou depositário dos conhecimentos de Veloso seu aluno e conterrâneo, o já mencionado João Gomes da Silveira Mendonça, posteriormente diretor da Fabrica de Pólvora e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e por Ultimo Ministro da Marinha”¹⁴⁴.

Von Martius dá pistas importantes sobre os documentos de Veloso de Miranda, ao verificarmos os volumes da publicação de *O Patriota* (1813-1814), constatamos que as informações são corretas, existem as duas publicações uma de Gomes Silveira¹⁴⁵ e outra do Dr. Luiz José Godoy Torres¹⁴⁶ pessoas que seguramente tiveram contato com Veloso de Miranda. Ao compararmos os escritos do Gomes e de Godoy Torres, há fortes

¹⁴⁴Von MARTIUS. Carl Frederich Philipp, *Botanische Zeitung* (1837), excertos, apud STELLFELD. Os dois Velosos, p.238-239

¹⁴⁵ Relações de Plantas Exóticas e especiarias, cultivadas no Real Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas. *O Patriota* 1813. In org. KURY. Lorelai, *Iluminismo e Império no Brasil o Patriota* (1813-1814) cd. Imagem I0000183

¹⁴⁶TORRES. Luiz J G, *O Patriota* 1813. In org. KURY. Lorelai, *Iluminismo e Império no Brasil o Patriota* (1813-1814) cd. Imagem I0000840

semelhanças, desde as plantas indicadas até o formato que tal lista é apresentada, o que nos leva a crer que de fato, ambos poderiam possuir escritos de Veloso de Miranda.

Martius ainda ressalta o uso dessa documentação pelo Dr. Gomide, provavelmente referindo-se ao celebre cirurgião ilustrado formado na Universidade de Edimburgo, conhecido pelas suas críticas a administração e ao governo e com o clérigo de Mariana Cônego Saião ¹⁴⁷.

Outra informação importante ou, provável equívoco, se refere à permanência de mais de um ano de Miranda em convento de Mariana, o que sugere que Veloso de Miranda tenha se hospedado no convento do Caraça, o que não é de se duvidar, no entanto a família do naturalista é dessa mesma região ou mesmo Von Martius pode ter confundido com a estadia de José Mariano da Conceição Veloso no convento de Macacu, este no Rio de Janeiro onde o Frei desenvolveu atividades botânicas significativas.

Não há dúvida que Silveira Mendonça foi pupilo ou até mesmo discípulo de Veloso de Miranda como já demonstrado, e que este tenha ficado com muitos dos manuscritos que até o momento não foram localizados. Estes escritos inéditos e não publicados, que por várias vezes alguns estudiosos mencionam terem sido base para a descrição de plantas foram alvo de constantes buscas por homens de ciências que já chamavam a atenção em 1818 na *Instrução para naturalistas empregados nas Colônias*.

“O doutor Joaquim Veloso de Miranda, lente que foi da Universidade de Coimbra, falecido a uns dois anos em Minas Gerais sua Pátria, viajou muitos anos por ela a custa do Estado, fez grandes remessas a Portugal; e escreveu em suas viagens, segundo me consta, coisas importantes que nunca se imprimiu. Conviria examinar se ainda existe algum de seus escritos ou produtos e enviar tudo ao museu.”

Embora o autor não nos dê maiores informações, este sugere ter notícia de alguns dos manuscritos do naturalista e ao que consta, tal afirmativa pode ter tido algum efeito prático na tentativa de localização desta documentação.

Como se observa alguns anos depois, já no período do governo Imperial Brasileiro, no decreto de 22 dezembro de 1825 *para descoberta dos escritos do Dr.*

¹⁴⁷ LEITE. Paulo Gomes, “A inquisição em Minas Gerais: denúncias”. In RESENDE. Maria E. L. de /VILLALTA. Luiz Carlos. *Historia de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. V. 2. Autêntica. 2007. p 136-137.

*Joaquim Veloso de Miranda em Minas Gerais e suas providencias, portaria 2^a, 5 de agosto de 1825*¹⁴⁸.

Tal decreto tentava encontrar os escritos inéditos de Joaquim Veloso de Miranda, que muitos naturalistas informavam ou indicavam existir, no entanto ninguém sabia ao certo seu paradeiro, tal decreto vinha à luz justamente no ano que novamente o governo tentava estabelecer novo jardim botânico em Vila Rica.

Até o presente momento não tivemos noticias da localização dos referidos manuscritos de Veloso de Miranda, se estes já naquele momento estavam dispersos circulando em mãos de pessoas próximas ao naturalista, encontrá-los hoje se torna ainda mais difícil, nos restando os catálogos depositados no Museu Bocage de Zoologia em Portugal, que por sorte sobreviveram ao incêndio da instituição.

¹⁴⁸ Repertorio Geral ou Índice de Leis do Império do Brasil, Tomo IV, 1855, pagina 5.

CONCLUSÃO

Joaquim Veloso e a Historiografia das ciências no Brasil

Elucidar as atividades de Joaquim Veloso de Miranda na capitania de Minas Gerais, em larga medida, compreendeu em verificar os liames entre ciência e política colonial e principalmente perceber a ciência feita de acordo com seu meio social.

E principalmente, em certa medida, sua articulação num universo político com algumas diferenças. Suas atividades em Minas Gerais em princípios de 1780, durante o ministério de D. Martinho de Melo e Castro foram marcadas por certa autonomia na recolha de gêneros naturais dos três reinos, que o secretário régio apreciava em detrimento de memórias mais volumosas e detalhadas dos locais visitados. O que provavelmente incentivava o naturalista a enviar significativas amostras da capitania a serem expostas no Real Museu.

Nos reveses políticos da troca do secretariado régio, ou seja, na ascensão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, as atividades de Miranda passaram a privilegiar interesses específicos do Secretário como os exames de novos depósitos de metais menos nobres como chumbo, ferro e bismuto. Além de informar sobre o estado das minas de ouro da região ou ainda das investigações sobre a quina, experimentos com salitre artificial e construção de um Horto Botânico em Vila Rica. Todas essas atividades com ordens expressas do ministro, que visava recompor a cambaleante economia portuguesa.

Para nós, embora não fosse um objetivo do trabalho, os estilos de governo de D. Martinho e D. Rodrigo que, de alguma forma seguiam no mesmo sentido, demonstram algumas diferenças no que concerne o papel dos naturalistas a serviços de sua Majestade. D. Rodrigo se mostrou mais pragmático se comparado a D. Martinho em suas ordens. É durante o seu período de governo que a ideia de um império transatlântico é reforçada; cooptando sistematicamente membros da elite colonial em cargos administrativos e científicos; promovendo os desarmes das tensões entre colônia e metrópole e suprimindo qualquer sentimento de autonomia. Sabendo tirar proveito das expectativas da elite colonial sedenta de benesses ulteriores e ao mesmo tempo mantendo os laços com a metrópole.

É neste sentido que temos que observar as atividades de Joaquim Veloso de Miranda, verificando o homem de ciência como protagonista de intrincadas redes políticas e de influências, se articulando de forma consciente levando em conta suas vicissitudes

peçoais juntamente com questões e demandas típicas do seu campo naquele momento. A ciência no período colonial não era compreendida como campo autojustificado. Não havia naquele momento uma ideia de um universo científico a parte. Pois, de certa forma estava atrelado às demandas e necessidades de governo, sendo o Homem de Ciência um servidor da Coroa, possuidor de uma expertise para realização de tarefas específicas que passavam a ser necessárias.

Tentamos, em larga medida, observar as atividades de Joaquim Veloso de Miranda na cultura do Antigo Regime e principalmente no auge de sua crise, onde o Homem de Ciência ainda não possuía um local social definido e nem um estatuto que lhe fosse próprio.

Tentando perceber as nuances de uma sociedade em transformação e verificando que nas suas atividades havia mesmo, que de forma residual, uma compreensão do conhecimento como algo diletante, e que os frutos desse conhecimento não eram necessários comunicar a outros de seus pares ou mesmo à instituições, que naquele momento, começavam a se firmar em Portugal.

Embora muitos Homens de Ciências, já do século XIX, tenham buscado informações sobre suas atividades científicas e sobre ele dedicaram algumas poucas linhas, acabaram por cair no anacronismo em julgar suas atividades tendo como parâmetro a que eles próprios articulavam, uma ideia de um universo científico a parte, já com um *ethos* e *modus operandi* melhor delimitado. Sendo necessário compreendê-lo num momento de profundas transformações políticas, sociais e culturais.

Bibliografia:

BASALA. George, “The Spread of Western Science”. *Science*, vol. 156, 1967, p. 611-622.

BASADONA.G e SANTARELLI.G: *Ladainhas de nossa senhora*. Loyola, São Paulo, 2000

BIAGIOLI. Mario, *Galileu, Cortesão a prática da ciência na cultura do absolutismo*. Porto editora, 2003

BOSCHI. Caio Cesar, *Exercícios de pesquisa Histórica*. Belo Horizonte; Editora PUCMinas,2012.

BRIGOLA. João, “A introdução dos estudos de história natural na reforma pombalina - o quadro cultural e o movimento das ideias. Texto adaptado do Livro Coleções, Gabinetes e Museus de Portugal no Século XVIII”,FCG/FCT,2003. Disponível em <<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8325>>.

_____. “Viagens Ciências e administração no Brasil Colonial- os gabinetes de historia natural de Luiz Pinto de Balsemão, de Luíz de Vasconcelos e Sousa e Luís de Albuquerque e Cáceres. In Coleção, Gabinetes e museus em Portugal no Século XVIII,“ Lisboa, Fundação para Ciencia e Tecnologia/ Fundação Coloute Gulbekian 2003

CAMPOS.Adalgisa Arantes,“Vida Cotidiana e Produção Artística de Pintores Leigos nas Minas Gerais. José Gervásio de Souza Lobo, Manoel Ribeiro Roza e Manoel da Costa Ataíde”. In: PAIVA, Eduardo França, ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). *O Trabalho Mestiço. Maneiras de Pensar e Formas de Viver Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume/ PPGH-UFGM), 2002

_____. “Notas sobre um pintor lusobrasileiro e a iconografia dos novíssimos (a Morte, o Juízo, o Inferno, o Paraíso) em fins da Época Colonial.” *Fênix* (UFU. Online), v.IX,p.01-20, 012.<http://www.revistafenix.pro.br>

_____. “Mecenato e estilo Rococó na Época Barroca: A capela do Rosário dos pretos em Vila Rica”. *Cronos* (Pedro Leopoldo) , Pedro Leopoldo/MG, v. 4, p. 37-45, 2001

CARNEIRO et All; Ana; “Imagens de Portugal setecentista”, *Penélope*,n 22, 2000, p73-72

CORTESÃO, Ana Alexandre S. C.V, *Arquitetura da Pólvora em Portugal no século XVIII: As Reais Fabricas de Pólvora de Alcântara e Barcarena, os armazéns de Lapa da Moura e a Real Nitreira do Braço da Prata*. Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2001. Disponível em <<http://dited.bn.pt/30071/index.html>>. 20/03/2013

CRUZ, Ana Lucia Rocha Barbalho da, *Coisas por mim vistas e observadas ou Oxalá foram sonhadas*, 2004, Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CRUZ, Ligia. “Domingos Vandelli, Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra”. Separata do Boletim da Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1976.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Aspectos da Ilustração no Brasil. Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOMINGUES, Ângela. “Para um Melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais do Setecentos.” *Historia, Ciências, Saúde Manguinhos*, VIII (suplemento), pp823-38.2001

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1995.

FALCON, Francisco Jose Calazans. *Illuminismo*. São Paulo: Ática, 1994

FERRAZ, Márcia Helena. “A produção do Salitre no Brasil Colonial”. 2000. in *QUÍMICA NOVA*, 23(6) (2000)

FILGUERAS, Carlos A. L. “João Manso Pereira, químico Empírico do Brasil”. In *Nova Química*, (16) 2 1993. p 155-160

FURTADO, Junia Ferreira, “Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais”. In: *Anais do Museu Paulista*. v. 17. n.2. jul.-dez. 2009

GONZAGA, Thomas A. *As cartas chilenas*, Cia de Bolso, São Paulo 2006

GAVROGULU, Kostas et al. “Science and technology in the European periphery: some historiographical reflections”. *History of Science*, XLVI (2008), p. 153-174. PDF

HANSEN, João Adolfo. “Retórica da agudeza”. In *Letras Clássicas*, N4. p.317-342. 2000. Disponível em <<http://www.revistas.fflch.usp.br/letrasclassicas/article/view/659>>. *A correspondência de Antônio Vieira (1646-1649): O Decoro*. Discurso N31, 2000, p.259-284

HALL, Rupert. *A revolução na ciência, 1500-1700*. Lisboa: Edições 70, 1988

JOBIM, Leopoldo Collor. Domingos Vandelli e a revolução Francesa. In *Historia das Ideias*, vol. 10. 1988..

KURY, Lorelai Brilhante. Homens de Ciência no Brasil: Impérios colônias e circulação de Informações. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*, Vol.11, (suplemento1), pp109-129.2004.

_____. Viagens Filosóficas: “Vandelli e a Historia Natural”. In *O Gabinete de curiosidades do Dr. Domenico Vandelli*.Org.Dantes Editora: Rio de Janeiro. Dantes,2008.

LAPA, Manuel Rodrigues; *As cartas Chilenas, um problema histórico e Filológico* . Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1958

LEVI. Giovanni. *Usos da Biografia*.1989.in Amado.J.Ferreira. Usos e Abusos da Historia Oral.Rio de Janeiro. FGV

LUCKHURST, Gerald. “Gerard de Visme: The introduction landscape garden to Portugal (1782-1793)” In. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. N 20. Lisboa, 2011. Disponível em <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/6945/1/REAP20.pdf>>. Acesso em (data).

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tejuco – Cidade Dimantina*, Editora Itatiaia, 1980, Belo Horizonte.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. “Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou a Saga do ilustrado Frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no fim do século XVIII”. *História,Ciências, Saúde –Manguinhos*,V16,n4, Out-Dez.2009,p881-902.

MAXWELL,Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império Luzo-Brasiliro. In *Chocolate, Piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo, Paz & Terra, 1999.

_____. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*.2ª edição,Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1978.

_____. As causas e o contexto da conjuração Mineira. In *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para a historia Império Ultramarino Português*/ Org. Junia Ferreira Furtado, Belo Horizonte,Editora UFMG,2001.

_____. *Marquês de Pombal e o Paradoxo do Iluminismo*, Paz e Terra, São Paulo, 1996

MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

MORAES, E. Vilhena de. O frade poeta: frei José de Santa Rita Durão. In:Três Figuras: o frade poeta, o padre voador, o frade preceptor. Petrópolis: Vozes, [1937]. p. 9-72;

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Todo um Mundo a Reformar: Intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos ilustrados em Portugal e no Brasil, 1779-1808*; *Anais do Museu Histórico Nacional*,29, PP.87-108.

.”A academia de Real Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808)”in *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para a historia Império Ultramarino Português/* Org. Junia Ferreira Furtado, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.

MELO, Mariana Ferreira de. *Minas Gerais e a Historia Natural das Colônias: Política colonial e cultura científica no século XVIII*. Belo Horizonte, Arquivo Publico Mineiro e Fundação João Pinheiro. 2005

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003

OUTRAM, Dorinda. “ Politics and Vocation: French Science, 1793-1830”. In *The British Journal for the History of Science*, Vol. 13, No. 1 (Mar., 1980), pp. 27-43 Cambridge University Press. Disponível em < <http://www.jstor.org/stable/4026118>>. Acesso em (data).

PATACA. Ermelinda Moutinho. *Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)* Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade de Campinas 2006.

PEREIRA, Magnus Roberto de M. “Um jovem naturalista num ninho de cobras, a trajetória de João da Silva Feijó em cabo Verde em finais do século XVIII”. In: *História: Questões & Debates*, n. 36, 2002, pp. 29-60

PICHLER. Nadir Antonio, “Ágora Filosófica”, ano 4, n2, Jul/Dez 2004 p193-207

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*. Rio de Janeiro ,Alameda, 2008.

ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas, 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

SHAPIN, Steven. *La Revolución Científica: una interpretación alternativa*. Barcelona: Paidós, 2000

RUSSEL-WOOD..A.J.R. “A Base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime”. In *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Org Andrea Lisly Gonçalves, Claudia Maria das Graças Chaves, Renato Pinto Venâncio-Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.

SIMON, Willian Joel. *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808)*. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1983

SILVA, Clarete Paranhos. “Desvendar o Grande livro da Natureza: as Praticas geocientíficas no Brasil vista por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista Brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade de Campinas, 1999

SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do Indistinto- Estado e sociedade nas Minas Setecentistas*. São Paulo, Hucitec, 1999.

SIVASUNDARAM, Sujit, Sivasundaram, “Sciences and the Global. On Methods, Questions, and Theory”. *Isis*, 101, 2010, p. 146-158.

SOUZA, Laura de Mello e; *O Sol e a Sombra política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*, Cia das Letras, São Paulo, 2007

STELFFELD, Carlos. *Os Dois Vellozo. Biografia de Frei José Mariano da Conceição Vellozo e Padre doutor Joaquim Vellozo de Miranda*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Sousa, 1952

VALADARES, Virginia Maria Trindade, “Trajetória e do Estadista Martinho Melo e Castro”. In *Cadernos de Historia, Belo Horizonte*, V.3 N.4, p.36-46, outubro de 1998

VIEGAS, Arthur. *O Poeta Santa Rita Durão: revelações históricas da sua vida e do seu século*. Bruxelles, Paris: Gaudio, 1914

VILLALTA, Luis Carlos; reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa. Tese de Doutorado apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999,

VILLALTA, Luiz Carlos. “A Igreja a Sociedade e o Clero”. In *Historia de Minas Gerais, as Minas Setecentistas*. V.2 Org. Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta. Autêntica. 2007.

WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, supl. 1, p.131-140. 2004.

TARQUINIO, J.B., *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. V.9

Fontes Impressas:

Anais da Biblioteca Nacional do Rio, Memória sobre as Minas de Ouro do Brasil, 1798 de Janeiro v.20,

Anuário da Universidade de Coimbra, ano letivo 1869-1870. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1869

COUTINHO, Joaquim José da Cunha A. Discurso sobre o estado das Minas de ouro do Brasil, 1804,

PEREIRA, João Manso. *Copia de huma carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na Villa de Santos, da Capitania de S. Paulo, dirigida a esta corte*, Tipografia do Arco do Cego, Lisboa 1800

LOPES, José Carlos. *A Ipecauanha acções Physiologica e applicações Therapeuticas*, Porto, Tipografia ocidental, 1879

Repertorio Geral ou Índice de Leis do Império do Brasil, Tomo IV, 1855,

Memorias da Real academia de Ciências de Lisboa Tomo I Disponível em <<http://www.archive.org/stream/memoriasdaacad00lisbgoog#page/n48/mode/2up>>. Acesso em (12/03/2012).

PAIVA, Manuel Henriques de. *Uma Critica a Florae Luzitanicae*. In *Jornal Enciclopédico*, Coimbra, 1788.

Revista Arquivo Publico mineiro, documentos diversos: o jardim Botânico de Ouro Preto em 1835.n.3,p.774,1898

VANDELLI, Domingos. *Diccionario dos termos technicos de Historia Natural, extrahidos das obras de Linneo, e a memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos*. Coimbra: na Real Officina da Universidade, 1788

Fasciculus Plantarum cum novis generibus et speciebus. Ibi, ex Typ. Regia 1771.

Florae Lusitanicae et Brasiliensis Specimen. Et Epistolae ab eruditissimis viris Carolo a Linné, Antonio de Haen ad Dom. Vandelli scriptae. Conimbricae, ex Typ. Academico Regia, 1788

VIDE, d. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do arcebispado da Bahia*. Coimbra 1720. v.III, Tit. I-XII

Fontes Manuscritas:

- Carta para Domingos Vandelli sobre sua viagem entre Lisboa e o Rio de Janeiro, e suas observações nesta cidade antes de partir para Minas Gerais. Rio de Janeiro, 13/2/1780. AMP, Fundo José Bonifácio, 1/I-2-1/276. in PATACA. Ermelinda Moutinha. Terra, Água e ar nas Viagens científicas portuguesas (1755-1808). Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade de Campinas, 2006, Campinas. p.231

- Carta para Domingos Vandelli sobre suas experiências curativas de vegetais juntamente com o Cirurgião-mor de Minas Gerais e do envio de 300 estampas de plantas e animais. Vila Rica, 2 de Dezembro de 1794. AHMB – CN/M 71.

- Carta para Domingos Vandelli sobre uma remessa de desenhos e sobre as diligências à procura de salitre. Vila Rica, 17/12/1797. Publicada em SIMON (1983: 174).

- Carta para Domingos Vandelli sobre uma remessa de plantas vivas e sobre a manufatura do salitre. Vila Rica, 1/04/1799. Publicada em SIMON (1983: 175).
118
- Carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho agradecendo pela sua promoção no cargo de secretário do governo das Minas Gerais, e pedindo os termos do seu cargo. Em anexo: 1 decreto; 1 recibo. Vila Rica, 10/12/1797. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 143, Doc.: 67. Projeto Resgate, MG, nº 10925.

- Carta de Joaquim Veloso de Miranda, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as providências que deu para extrair o salitre na fazenda do Mau Cabelo. Vila Rica, 4/2/1798. AHU – Minas Gerais – Cx.: 144, Doc.: 2. Projeto Resgate, MG, nº 11023

- Carta de Joaquim Veloso de Miranda, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre os descobrimentos de minas e do seu estado. 6/12/1798. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 145, Doc.: 2. Projeto Resgate, MG, nº 11044.

- Carta de Joaquim Veloso de Miranda, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, agradecendo a confiança atribuída como secretário do governo de Minas informando ter dado cumprimento as ordens régias sobre o salitre, conforme a carta de 1798, setembro, 22. Vila Rica, 2/7/1799. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 147, Doc.: 41. Projeto Resgate, MG, nº 11281.

- Requerimento do desembargador Joaquim Veloso de Miranda, secretário do governador da Capitania de Minas Gerais, sobre a maneira como deviam ser recebidos os emolumentos, pedindo que seja feita a separação dos dele dos do escrivão deputado. 1799. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 151, Doc.: 53. Projeto Resgate, MG, nº 11401

- Carta de Joaquim Veloso de Miranda, secretário do governo das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o provimento dos ofícios da Fazenda e Justiça. Em anexo: cópia de 3 certidões; 1 requerimento. Vila Rica, 5/10/1800. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 154, Doc.: 16. Projeto Resgate, MG, nº 11648.

- Carta de Joaquim Veloso de Miranda, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre vários assuntos, entre eles, a fábrica de salitre que acabou de construir e a nitreira artificial, para o que envia os seus desenhos. Em anexo: 1 certidão. Vila Rica,

9/10/1800. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 154, Doc.: 36. Projeto Resgate, MG, nº 11649.

- Carta de Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, informando ter remetido para o Reino três caixotes contendo amostras recolhidas pelo naturalista Joaquim Veloso de Miranda. Vila Rica, 7/7/1787. AHU – Minas Gerais, Cx.: 126, Doc.: 48.

- Carta de Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando conta de ter remetido quatro caixas contendo amostras de produtos naturais recolhidas pelo naturalista Joaquim Veloso de Miranda. Vila Rica, 17/2/1788. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 128, Doc.: 23.

- Coutinho, Rodrigo de Souza. Carta de apresentação de Joaquim Veloso de Miranda, que vai ao Rio de São Francisco examinar as nitreiras naturais e pegar amostras de salitre. Queluz - Portugal, 10/11/1796. BNRJ, II-30,31,042.

- Cópia da ordem régia para que o naturalista Joaquim Veloso de Miranda mande todas as produções naturais e os produtos artificiais produzidos pelo índios ao seu Real Museu. Palácio de Queluz, 22/08/1796. BNRJ, I-25,19,001 n. 1.

- Carta de Bernardo José de Lorena, governador das Minas Gerais, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, dando cumprimento a ordem régia de fevereiro, 20 de 1797, de prover Joaquim Veloso de Miranda no posto de secretário do governo das Minas Gerais. Em anexo: 1 carta (cópia); 2ª via da carta. 120
Vila Rica, 11/10/1797. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 143, Doc.: 68. Projeto Resgate, MG, nº 10918.

- Carta de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre a tomada de posse de Joaquim Veloso de Miranda, no lugar de secretário do governo desta Capitania. Em anexo: 2ª via da carta. 12/1/1799. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 147, Doc.: 7. Projeto Resgate, MG, nº 11263.

- Carta de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que, em consequência da carta de 1799, abril, 5, encarregou Joaquim Veloso de Miranda do exame de plantas e de árvores próprias para o fabrico de papel. Em anexo: 2ª via da carta. Vila Rica, 20/11/1799. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 151, Doc.: 16. Projeto Resgate, MG, nº 11374.

- Lista (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando amostras de plantas e de árvores próprias para o fabrico de papel, acompanhadas da nota de Joaquim Veloso de Miranda. Em anexo: 1 nota (relação). Vila Rica, 15/10/1800. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 154, Doc.: 44. Projeto Resgate, MG, nº 11653.

- Carta de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando as amostras de embiras, para o fabrico de papel e respectiva relação, assinada por Joaquim Veloso de Miranda. Em anexo: 1 relação; 2ª via da carta; 1 relação. Vila Rica, 30/1/1801. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 156, Doc.:

22. Projeto Resgate, MG, nº 11939.

- *Notas sobre o Fasciculus Plantarum Brasiliensium do S.or Joaquim Velloso*. 3 páginas. BNRJ, I-28,32,11.

- ALEMÃO, Francisco Freire, “Noticias a respeito dos naturalistas Joaquim Velloso de Miranda e José Marianno da Conceição Velloso, colhidas a vários informantes”. 1849. Manuscrito da BNRJ – I, 28,9,54.

-*Descriptio Animalium quorundam Brasiliensium*. 1787. AHMB – Rem. 584.

- *Descriptio Animalium, avium, mineralium que quorundam Brasiliensium*. 1788. AHMB – Rem. 584.

- *Catalogus herbais*. Remetidas de Minas Gerais em 25 de Março de 1781. AHMB – Rem. 636. p. 1-13.

- *Catalogus mineralogiae*. Remetidas de Minas Gerais em 25 de Março de 1781. AHMB – Rem. 636. P. 13-16.

- *Descrição da Lavra da Cata Preta Chamada Caldeiram*. AHMB – Rem. 636. P. 16-19.

-Carta do Visconde de Balsemão a Domingos Vandelli sobre remessas feitas da Capitania de Mato Grosso 1 de novembro de 1770. AHMB- CN/S-55

-Carta do Visconde de Balsemão a Domingos Vandelli sobre remessas de produtos naturais feitas da Capitania de Mato Grosso e solicitação de intervenção de Vandelli junto ao Marque de Angeja. 1 de dezembro de 1771. AHMB- CN/B-93

-Inventario de Joaquim Velloso de Miranda, Casa do Pilar- Cartório do 2 ofício- Cód.34 auto 380.

-Relatório sobre plantação de Amoreiras para cultivo de Bichos da seda - Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto.AMOP Registro de Portarias e ordens de Governo 1844-1848. Registro de Correspondência fls. 6 – 7

-Carta do Inspetor de Saúde de Ouro Preto sobre o sepultamento de Bexiguentos no Jardim do Passa Dez -Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto.AMOP Registro de Atas de Sessão da Câmara. Cx11-L01. 1868-1883

ANEXO IMAGENS:



149



150

¹⁴⁹ Pombalia Ipecacuanha, Domingos Vandelli; *Fasciculus plantarum cum novis generibus, et specibus*. Olissipone: Typographia Regia, 1771. disponível em: [Openlibrary.com](https://openlibrary.org)

¹⁵⁰ Balsamona Pinto Domingos Vandelli; *Fasciculus plantarum cum novis generibus, et specibus*. Olissipone: Typographia Regia, 1771. disponível em: [Openlibrary.com](https://openlibrary.org)



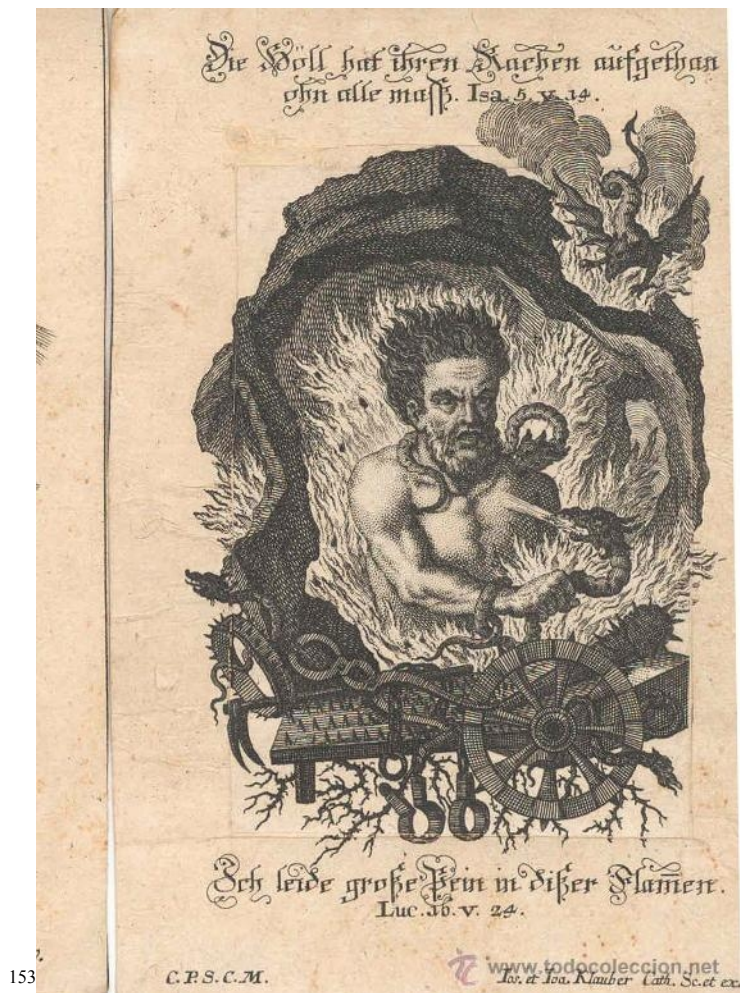
151



152

¹⁵¹ Imagem avulsa dos irmãos Klauber, Augsburg, Alemanha segunda metade do século XVIII. Agradecimento a equipe do site todocoleccionismo.net por disponibilizar o catálogo.

¹⁵² O novísimos do Homem, A Morte, por José Gervacio Lobo, Atualmente na Igreja do Pilar de Ouro Preto, fim da segunda metade do século XVIII. Foto/ Elis Furlan



¹⁵³ Imagem avulsa dos irmãos Klauber, Augsburg, Alemanha segunda metade do século XVIII. Agradecimento a equipe do site todocoleccionismo.net por disponibilizar o catálogo.

¹⁵⁴ O novísimos do Homem, o Inferno, por José Gervacio Lobo, atualmente na Igreja do Pilar de Ouro Preto, fim da segunda metade do século XVIII. Foto/ Elis Furlan



Altar lateral da Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Vila Rica, pintura de José Gervácio Lobo, segunda metade do Século XVIII. Foto: Elis Furlan



Detalhe altar lateral da Igreja do Rosário dos Homens Pretos de Vila Rica, pintura de José Gervácio Lobo, segunda metade do Século XVIII.
Foto: Elis Furlan



155



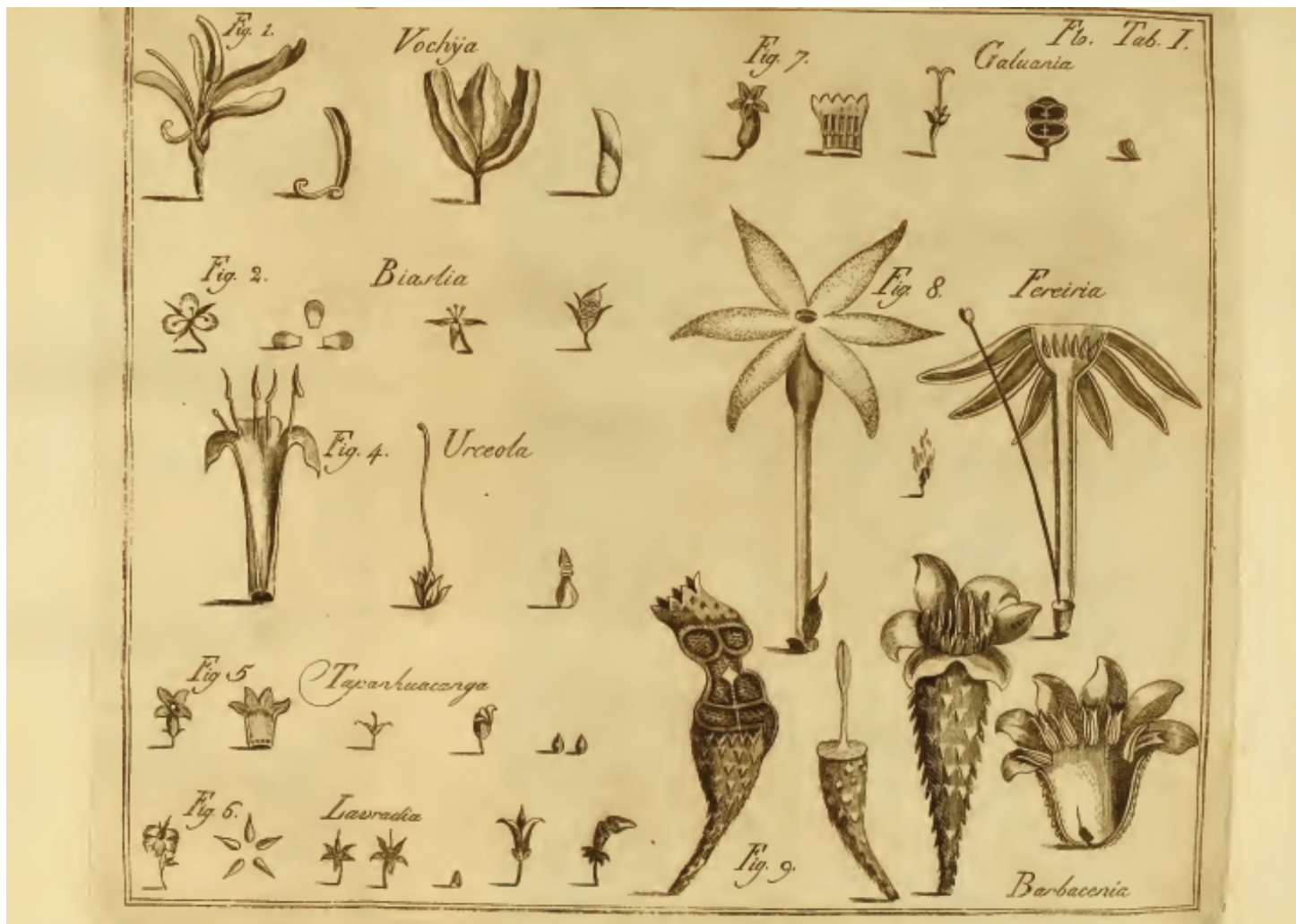
156

¹⁵⁵ Balsamona Pinto , Florae Luzitanicae et Brazieliensis specimen, 1788

¹⁵⁶ Viola Ipecacuanha, Florae Luzitanicae et Brazieliensis specimen, 1788



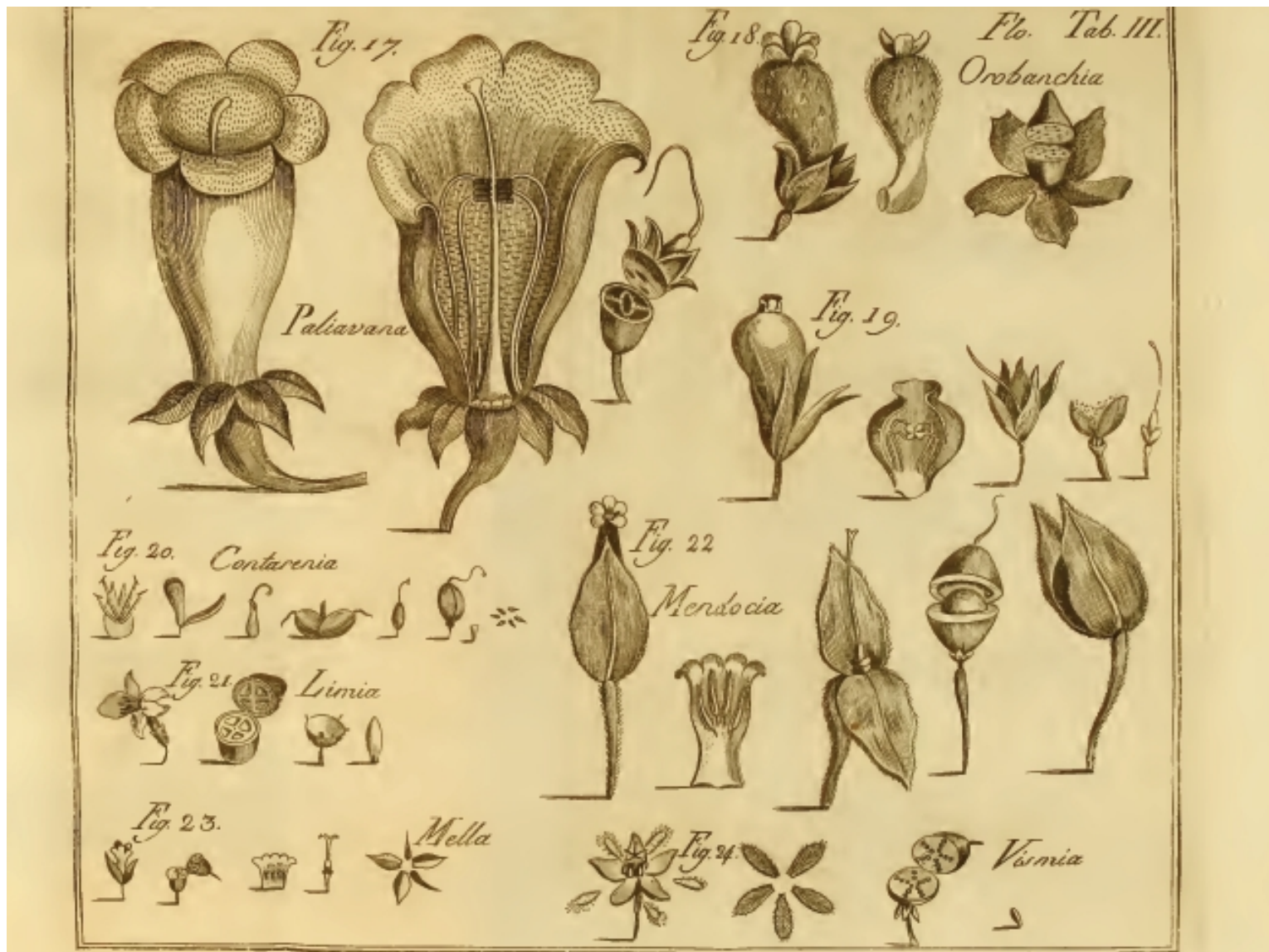
Desenho e descrição da Ipecacuanha por Piso e Marcgraf *Historia Naturalis Brasiliae*, 1646.p.161



Prancha da *Florae Luzitanae et Brasiliensis specimen* 1788, desenhos presumivelmente de Veloso de Miranda ou de seus ajudantes



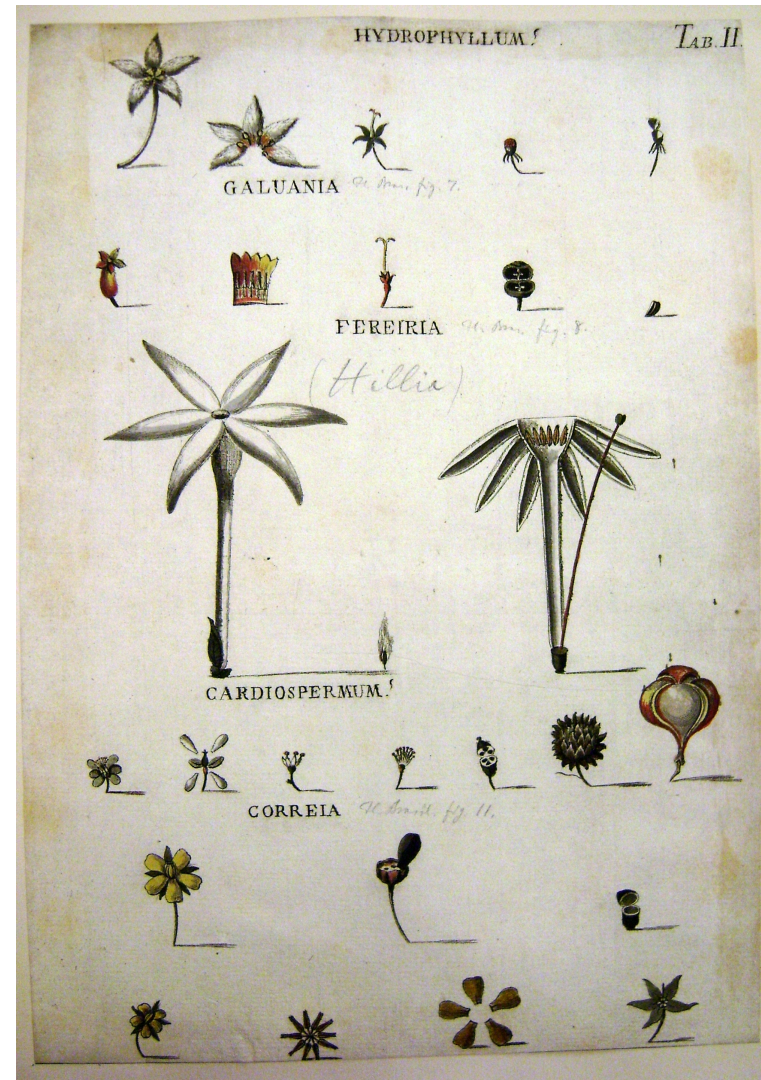
Prancha da *Florae Lusitanae et Braziliensis specimen* 1788, desenhos presumivelmente de Velloso de Miranda ou de seus ajudantes



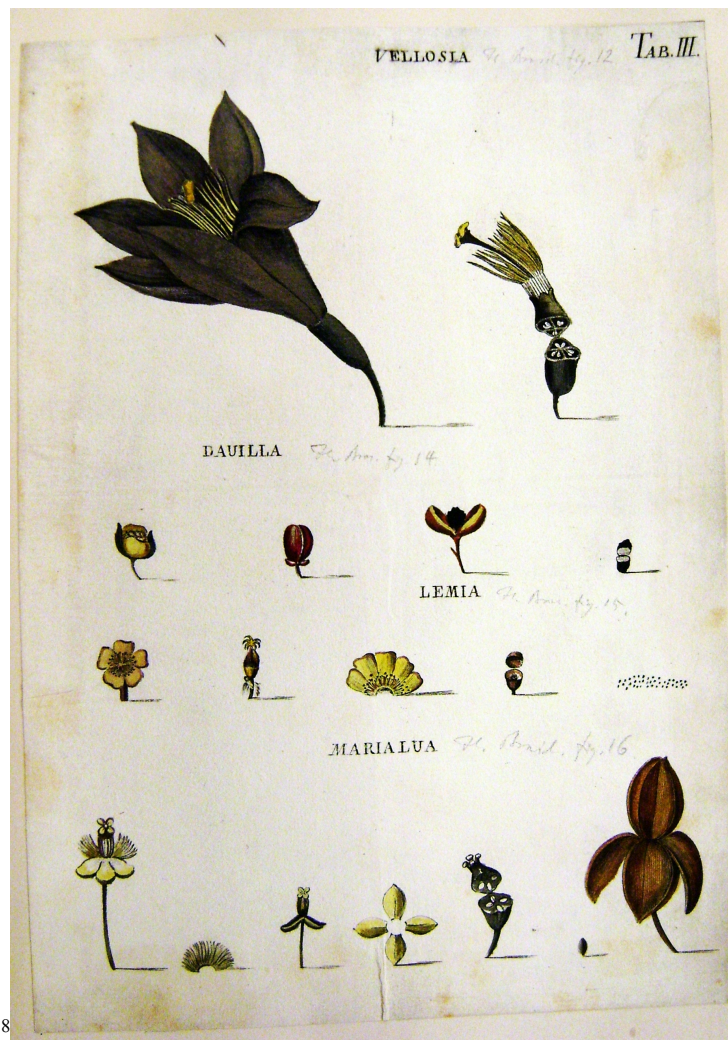
Prancha da *Florae Luzitanae et Braziliensis specimen* 1788, desenhos presumivelmente de Veloso de Miranda ou de seus ajudantes



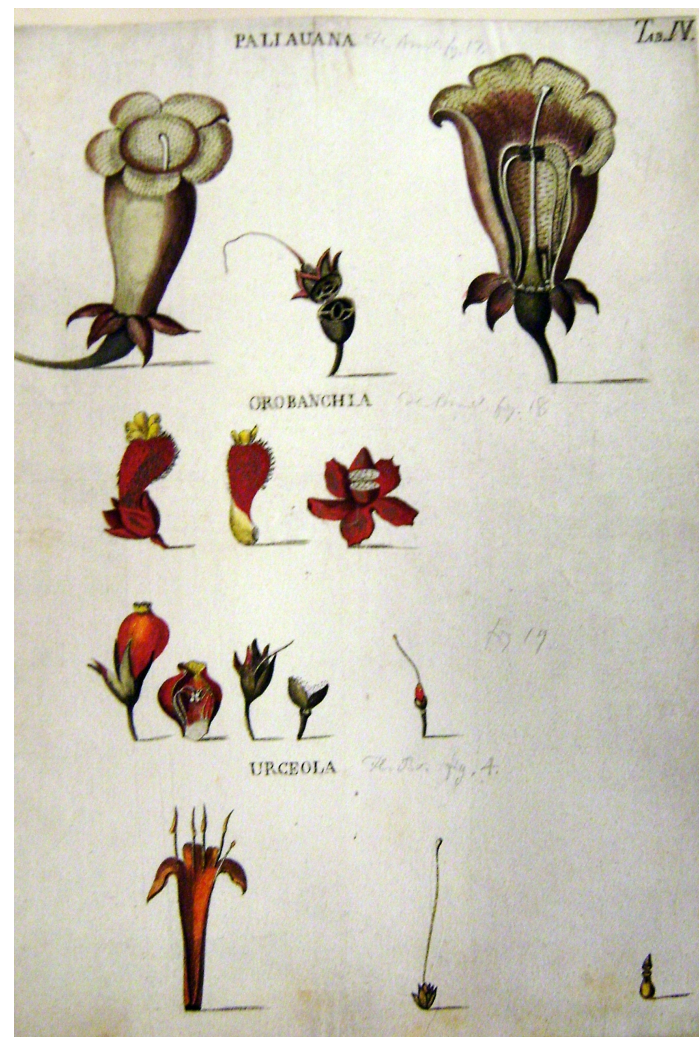
157



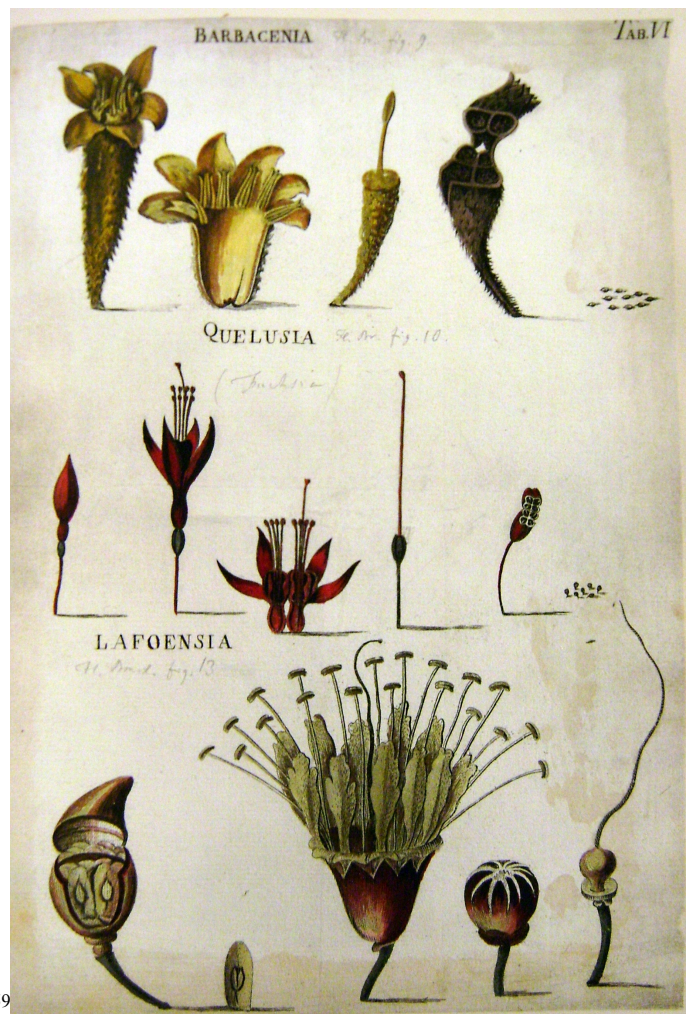
¹⁵⁷ Desenhos de Joaquim Veloso de Miranda enviados a Banks por Vandelli disponível em *Vandelli, Domenico, 1732-1816. [Autograph letter to Sir J. Banks, consisting of descriptions, with water colour drawings of genera of Plants collected in Minas Geraes, Brazil / by Joaquin Velloso de Miranda.]. 1785. foll. 8 4º. Natural History Museum, Londres.* Agradecimento a Professora Lorelai Kury que gentilmente disponibilizou as Imagens



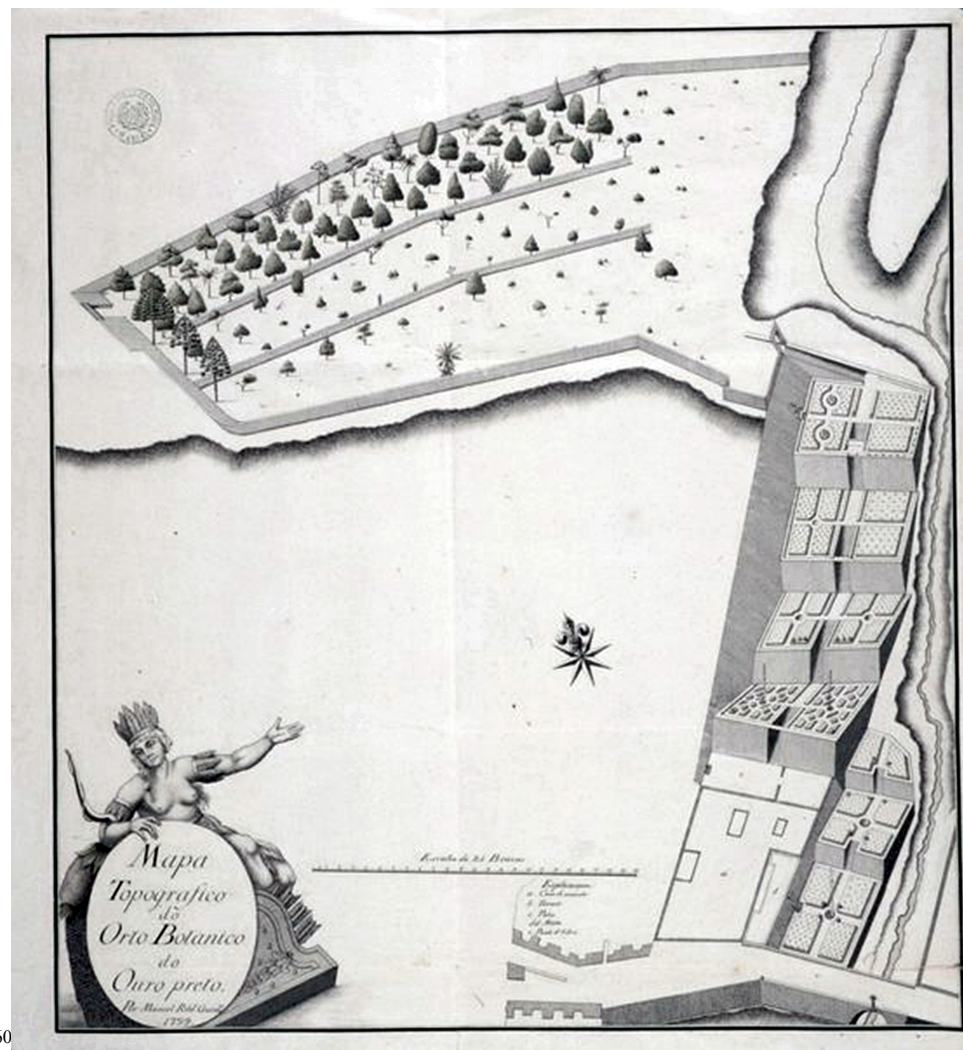
158



¹⁵⁸ Desenhos de Joaquim Veloso de Miranda enviados a Banks por Vandelli disponível em *Vandelli, Domenico, 1732-1816. [Autograph letter to Sir J. Banks, consisting of descriptions, with water colour drawings of genera of Plants collected in Minas Geraes, Brazil / by Joaquim Velloso de Miranda.]. 1785. foll. 8 4°. Natural History Museum, Londres.* Agradecimento a Professora Lorelai Kury que gentilmente disponibilizou as Imagens



159



160

¹⁵⁹ Desenhos de Joaquim Veloso de Miranda enviados a Banks por Vandelli disponível em *Vandelli, Domenico, 1732-1816. [Autograph letter to Sir J. Banks, consisting of descriptions, with water colour drawings of genera of Plants collected in Minas Geraes, Brazil / by Joaquim Velloso de Miranda.]. 1785. foll. 8 4º. Natural History Museum, Londres.* Agradecimento a Professora Lorelai Kury que gentilmente disponibilizou as Imagens

¹⁶⁰ Horto Botânico de Ouro Preto de 1799, Agradecimento prefeitura Municipal de Ouro Preto, original no AHU.Cx 153 doc.36 mapa. Autor.Manuel Ribeiro Guimarães

